

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

Fábio Lúcio de Araújo Gomes

**EMPREENHIMENTOS INFORMAIS COMO FONTE DE ORGANIZAÇÃO E
RENDIA: A EXPERIÊNCIA DE UMA COOPERATIVA DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS NO ESTADO DA PARAÍBA**

João Pessoa

2013



Fábio Lúcio de Araújo Gomes

**EMPREENHIMENTOS INFORMAIS COMO FONTE DE ORGANIZAÇÃO E
RENDIA: A EXPERIÊNCIA DE UMA COOPERATIVA DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS NO ESTADO DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de mestre em Administração no
Programa de Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal da Paraíba.
Área de Concentração: Administração e Sociedade.

Orientadora: Prof. Dra. Márcia da Silva Costa

João Pessoa

2013

Fábio Lúcio de Araújo Gomes

**EMPREENHIMENTOS INFORMAIS COMO FONTE DE ORGANIZAÇÃO E
RENDIA: A EXPERIÊNCIA DE UMA COOPERATIVA DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS NO ESTADO DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba.

Área de Concentração: Administração e Sociedade.

Dissertação aprovada em: ____/____/____

Banca examinadora:

Profa. Dra. Márcia da Silva Costa (Orientadora)
UFPB

Prof. Dr. Diogo Henrique Helal (Examinador Interno)
UFPB

Prof. Dr. Denilson Bezerra Marques (Examinador Externo)
UFPE

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte inesgotável de amor, graça e misericórdia, pelas bênçãos alcançadas.

À minha avó, Dona Eudócia, pela torcida e o carinho recebido desde sempre.

Aos meus pais, Francisco e Lúcia do Bú, pelo amor sem medidas e pela força recebida em todos os momentos desta jornada. Por acreditarem nas minhas potencialidades e não medirem esforços para me ver feliz.

Ao meu irmão Itamar, pelo cuidado e incentivo.

Aos meus amigos, Alisson, Bárbara, Fátima, Filipe, Gisele, Jessica, Raissa, Solange e Trícia, pelo carinho, apoio e compreensão. Muito obrigado por entenderem a minha ausência, o meu estresse e me abraçarem nos momentos em que precisei.

À minha professora Márcia da Silva Costa, pela orientação exemplar, pelos conhecimentos compartilhados e pela paciência.

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPB, a todos os seus professores e funcionários, pela competência e auxílio na conquista de mais uma etapa da minha vida.

Aos colegas da turma 36 pelo companheirismo e união. Minha maior conquista em todo este processo foi a amizade construída com o passar dos meses. Vocês são extremamente especiais!

Aos catadores de materiais recicláveis da COTRAMARE, por terem permitido a realização desta pesquisa. Agradeço por terem me recebido com tanta atenção, por terem disponibilizado de seu tempo e dividido experiências incríveis.

Ao CNPq pelo financiamento, por ter patrocinado tantos eventos importantes ao longo desses últimos meses.

A todos que contribuíram para que este momento se tornasse realidade. Meus sinceros agradecimentos!

“A persistência é o caminho do êxito”.

Charles Chaplin

RESUMO

A presente dissertação buscou investigar a estrutura e as regras de cooperação como fatores geradores de renda em uma cooperativa de materiais recicláveis de Campina Grande-PB. Neste contexto, onde as práticas capitalistas são de cunho neoliberal e flexível, medidas de cunho econômico pressionaram a reestruturação produtiva das empresas e redundaram no aumento considerável no nível de desemprego, na expansão de regimes de trabalho precário, como no caso dos trabalhos cooperados, terceirizados, autônomos e informais. A organização informal gera uma grande massa de organizações com uma estrutura operacional precária, com modos de trabalho mal geridos, de baixa capitalização e com poucos recursos que se transformam em renda. Este é o caso das cooperativas de materiais recicláveis, que mobilizam a mão de obra de centenas de trabalhadores que não possuem outro meio de sobrevivência. O presente estudo buscou conhecer a dinâmica de funcionamento de um destes empreendimentos informais que se baseia no regime de economia solidária, a cooperativa de materiais recicláveis mais antiga do Estado da Paraíba - COTRAMARE. Empiricamente, o estudo está fundamentado em uma abordagem qualitativa, realizada por meio de uma pesquisa de campo e de cunho etnográfico, com suporte documental e bibliográfico. Os sujeitos da pesquisa são os catadores de materiais recicláveis cooperados na COTRAMARE. Em relação aos resultados da pesquisa, constatou-se que o trabalho realizado pelos catadores de materiais recicláveis ainda está longe de ser considerado digno pelas vias conceituais da Organização Internacional do Trabalho (1999). Por fim, conclui-se que os catadores de materiais recicláveis cooperados da COTRAMARE são um grande e verdadeiro exemplo das contradições da sociedade capitalista. Entre o lucro exacerbado tão almejado pelas empresas capitalistas, o outro lado da moeda da exploração do trabalho, e a utopia socialista de uma sociedade mais humanizada e igualitária, estão os milhares de trabalhadores que vivem sob um regime de quase indigência e abandono social.

Palavras-chave: Empreendimentos Informais; Catadores de Materiais Recicláveis; Renda.

ABSTRACT

This work aimed to investigate the structure and rules of cooperation as factors that generate income in a cooperative of recyclable material in Campina Grande-PB. The purpose of this work was to generate a theoretical debate on the academy, the state, and civil society organizations about the changes in the working world, whose base is an economic system where the profit is the main goal. In this context, economic measures pressured the productive restructuring of companies and resulted in considerable increase in unemployment, the expansion of precarious work arrangements, as in the case of cooperative work, contractors, self-employed and informal. The informal organization generates a large mass of organizations with an operational structure precarious, with mismanaged work modes, low capitalization and with few resources that become income. This is the case of cooperatives of recyclable material, which mobilize the labor of hundreds of workers who have no other means of survival. This study sought to understand the dynamics of running one of these informal enterprises based on solidarity economy regime, the oldest cooperative of recyclable materials in the state of Paraíba - COTRAMARE. Empirically, the study is based on a qualitative approach, conducted through field research and ethnographic, with supporting documentation and bibliography. Regarding the results of the survey, it was found that the work done by the collectors of recyclable material is still far from being considered worthy by way of conceptual International Labour Organization (1999). The work for this category can not be considered at all productive for not having a physical and organizational structure appropriate to the development of selective collection process and also to encourage improvement in the quality of life of the worker within the organization. Moreover, this is an unhealthy profession, finding stability without labor rights and human resources and income generation.

Keywords: Informal Enterprises; Recyclable Material Collectors; Income.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Dados Sócio Profissionais dos Catadores da COTRAMARE.....	77
--	----

LISTA DE SIGLAS

ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores de Autogestão e Participação Acionária
CEBR	(<i>Centre for Economics and Business Research</i>) – Centro para Economia e Pesquisa de Negócio (tradução livre).
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
COTRAMARE	Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis Ltda.
ES	Economia Solidária
EUA	Estados Unidos da América
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSM	Fórum Social Mundial
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PDV	Programa de Demissão Voluntária
PIB	Produto Interno Bruto
PNES	Plenárias Nacionais de Economia Solidária
PREALC	Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe
UFCG	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

I	INTRODUÇÃO	11
	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA/ DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	14
	DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DA PESQUISA/ JUSTIFICATIVA TEÓRICA EMPÍRICA/ ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	15
II	AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E A EMERGÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	19
2.1	FORDISMO: MODELO DE REGULAÇÃO DO CAPITAL EM PAÍSES DESENVOLVIDOS	19
2.1.1	Crise no modelo de regulação fordista	22
2.2	DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL E SEU REGIME DE REGULAÇÃO	24
2.2.1	Acumulação flexível no Brasil: elevado desemprego e regimes de trabalho ainda mais precários	27
2.3	INFORMALIDADE: CONDIÇÃO DE INSERÇÃO DE VASTOS CONTINGENTES DE TRABALHADORES NA ECONOMIA BRASILEIRA	31
2.4	A EMERGÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (ES)	39
2.4.1	Breve introdução conceitual a respeito da Economia Solidária	39
2.4.2	Contextualizando a Economia Solidária	42
2.4.3	Economia Solidária no Brasil	44
2.4.4	A Economia Solidária nas Cooperativas de Materiais Recicláveis	48
III	ASPECTOS METODOLÓGICOS	53
3.1	NATUREZA DA PESQUISA E ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO	54
3.2	O CONTEXTO E OS SUJEITOS DA PESQUISA	55
3.3	A ETNOGRAFIA ENQUANTO ESTRATÉGIA DE PESQUISA	55
3.4	INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS	58
3.5	TRATAMENTO DOS DADOS	59
IV	COTRAMARE: conflitos e contradições de um empreendimento solidário	62
4.1	Estrutura, organização e as condições de trabalho da COTRAMARE	62
4.2	O perfil do trabalhador informal da COTRAMARE	74
4.3	Dinâmica da cooperação e da interação social	84
V	CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ESTRUTURA DOS EMPREENDIMENTOS INFORMAIS COMO GERADORES DE RENDA	93
	REFERÊNCIAS	98
	APÊNDICE A	107
	APÊNDICE B	108
	APÊNDICE C	109

I INTRODUÇÃO

O capitalismo é um sistema econômico fundado na separação entre os que detém a propriedade privada dos meios de produção e os que trabalham em troca de uma remuneração. Ele tem por finalidade o lucro, a geração de mais-valia produzida pela exploração do trabalho. A concepção de mundo que o instrui é a do indivíduo autointeressado e possessivo, que busca levar vantagem e ampliar, competindo com outros, seus recursos e poder. Em sua versão liberal e que marca a sua origem enquanto modo de produção econômica que destitui as formas tradicionais de trabalho, pelas quais os produtores detinham os meios de produção, o mercado emerge como o grande regulador das relações de troca. Bens, serviços, força de trabalho, terra, dinheiro, os fatores econômicos que provém a base material de produção da vida, se transformam em mercadoria e passam a encontrar seu preço de equilíbrio na regra da oferta e da procura. Essa lógica, dominante nos primórdios da industrialização, levou ao aniquilamento e desestruturação social de populações inteiras, possuidoras de força de trabalho, para as quais as fábricas não geravam emprego e que não tinham de onde tirar meios de sobrevivência. (POLANYI, 1980).

A devastação social e a pobreza crescentes produzidas nos Séculos XVIII e XIX pela lógica capitalista de organização da produção fomentaram os embates ideológicos e as tentativas de construção de uma ordem social mais equilibrada entre seus membros, com menos desigualdades e mais oportunidades de desenvolvimento social e econômico; na linha do que se convencionou chamar de utopias socialistas ou de um sistema social baseado em uma estrutura que reconhece o antagonismo entre as classes e busca, por meio do pacifismo, a igualdade e a distribuição igualitária de renda. Este é um contexto em que surge a economia solidária, campo teórico deste trabalho. A economia solidária é fundamentada nos ideais de democracia, da cooperação, da solidariedade e da distribuição coletiva dos meios e dos frutos do trabalho e tendo como fim o ser humano e a coesão social (SINGER, 2000), seguindo os pressupostos da teoria da dádiva e batendo de frente com a lógica da apropriação privada dos meios de produção e da competição capitalista, que tem como fim o lucro.¹

¹ Uma primeira característica de um sistema de dádiva consiste no fato de que os agentes sociais buscam se afastar da equivalência de modo deliberado. Isso não significa que a dádiva seja unilateral. Pode sê-lo, mas essa não é uma característica essencial sua. Geralmente, ao contrário, há retribuição, e muitas vezes maior do que a dádiva. Mas a retribuição não é o objetivo. É um equívoco aplicar a ela o modelo linear fins-meios e dizer: ele recebeu depois de ter dado, portanto deu para receber; o objetivo era receber, e a dádiva era um meio. A dádiva não funciona assim. Dá-se, recebe-se muitas vezes mais, mas a relação entre os dois é muito mais complexa e desmonta o modelo linear da racionalidade instrumental. (MARTINS, 2005).

Os movimentos de resistência dos trabalhadores à lógica fabril despótica constituíram, ao longo daqueles séculos, o caldeirão de forças políticas que pressionaram a transformação do capitalismo liberal. Sua maior crise, desencadeada na década de 30 do século XX, forçou, pela via da intervenção do Estado, a que o capitalismo incorporasse as reivindicações democráticas das classes trabalhadoras, abafando, assim, as iniciativas alternativas pontuais de organização social, experimentadas pelos próprios trabalhadores sob sistemas cooperativos de produção. O *fordismo*, enquanto um regime de regulação do capitalismo liberal, foi um mecanismo que apaziguou o conflito de classe inerente a este modo de produção, ofertando direitos, melhorias salariais e reconhecendo o poder de barganha dos trabalhadores (BOYER, 1998). Desta forma, o capitalismo dominou hegemonicamente o sistema de produção e os movimentos alternativos, que estavam em ascensão no século XIX, perderam a sua força.

A crise de 30 marcou o período da intervenção do Estado na economia, regulando a competição e as relações de trabalho, instituindo direitos para as classes trabalhadoras e bem estar social para as populações (BOYER, 1998). As pressões sociais, ocorridas de maneira intensa nesse período, transformaram o capitalismo liberal em um capitalismo regulado, com direitos. Este regime de capitalismo, denominado por Castel (1998), como a *sociedade salarial*, centrou-se na criação de instituições que regularam o emprego e a seguridade social e visou a redução dos desequilíbrios econômicos e sociais da acumulação capitalista. O emprego e a proteção social se constituíram em elementos centrais da contenção do conflito de classe e que permitiram a expansão do capitalismo como regime hegemônico de produção.

Os *anos dourados* da era fordista representaram o desenvolvimento no nível de investimento e retorno financeiro das economias de primeiro mundo, e elevação do padrão de renda, de consumo e bem estar do trabalhador. Todavia, o enrijecimento deste regime de produção foi pressionado por uma nova crise, no final dos anos 1970, marcando a ascensão da ideologia neoliberal que impôs medidas de reestruturação econômica e desregulamentação dos mercados, inaugurando um regime de capitalismo flexível. A maior competitividade entre as empresas fizeram-nas incorrer em mudanças estruturais, organizacionais e estratégicas buscando rapidez e flexibilidade nos processos de produção. Tais mudanças, juntamente com a desregulamentação do mercado de trabalho, implicaram processos de demissão em massa e de flexibilização dos regimes de emprego, enfraquecendo o poder de barganha dos trabalhadores. Os direitos constituídos pelo fordismo foram retirados ou rebaixados e o problema do desemprego, do subemprego, da desigualdade e, mais modernamente tratado, da exclusão social voltaram à tona em todas as partes (CASTEL, 1998).

Os efeitos da globalização, da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais aliados às práticas capitalistas modificaram não apenas a inserção do trabalhador no mercado, mas também a forma e o conteúdo dados ao trabalho. (NEVES, 2004). A crise do capitalismo regulado ou da sociedade salarial, desencadeada a partir dos anos de 1970, criou novos setores de produção, atribuiu novas perspectivas aos serviços financeiros e constituiu novos mercados. Este novo sistema produtivo exigiu que as organizações se adequassem a rapidez das mudanças e variações das demandas de mercado. (HARVEY, 2008). Além disso, revitalizou a ideologia do mercado na esteira de uma série de mudanças econômicas, políticas e institucionais que tiveram como alvo o desmonte ou enfraquecimento dos direitos do trabalho e do Estado social. Como resposta à crise, ampliaram-se os regimes de trabalho precários e instáveis, temporários, subcontratados, autônomos, e a mão de obra precária vinculada à informalidade (ANTUNES, 1999).

As instituições do fordismo se consolidaram de forma mais universal e mais democrática nos países desenvolvidos, mas elas também fizeram parte da regulação econômica e social de países periféricos, como o Brasil, embora sob condições mais autoritárias, que implicaram em elevada concentração renda e criaram muita desigualdade social. Com um padrão de regulação do emprego e da proteção social de muito baixo patamar de direitos, historicamente marcado pelos baixos salários, pela baixa qualificação e pela elevada rotatividade da força de trabalho, pela informalidade dos vínculos, o Brasil constituiria um regime de regulação fordista periférico, excluindo parcelas consideráveis de sua população do ordenamento mínimo de direitos estabelecidos. Esse contingente, fora do mercado formal de trabalho, formará as vastas e diversificadas iniciativas de geração de renda alternativas nas raias da informalidade.

A introdução da lógica do capitalismo flexível neoliberal no Brasil asseverou essa realidade, ampliando o desemprego, os regimes de emprego precários, a informalidade e a pobreza a ela associada. Como contraponto ao capitalismo neoliberal e aos problemas sociais agravados pela crise do emprego, a sociedade recorre à reemergência das iniciativas de economia solidária. A ideologia social da economia ressurgiu com força como alternativa à exclusão e à dinâmica competitiva do capitalismo neoliberal, procurando remontar os valores do cooperativismo e da produção com fim no ser humano entre as formas de geração trabalho e renda para os menos favorecidos. (SINGER, 2003).

A economia solidária surge como medida emergencial para combater o amplo desemprego gerado pelo capitalismo neoliberal, mas ela também pode constituir um modelo alternativo de organização produtiva contrário àquele, embora convivendo em condição

subordinada a ele. Trata-se de um meio democrático de produção capaz de aliar práticas de cogestão², cooperativismo e associativismo em prol do bem comum para todos os envolvidos no processo. Esta alternativa de organização não possui um único tipo de mercado, um único tipo de empresa ou uma motivação humana baseada no material e no lucro. Existem outras motivações que permeiam tal construção, como no caso da solidariedade que fundamenta e organiza o processo de produção. Este exemplo mencionado, quando bem aplicado às economias de cunho solidário, reforça a cultura organizacional e diminui os problemas relacionados à desigualdade e pobreza dos empreendimentos sociais. (LAVILLE, 2003).

Esse processo, mais intensamente desencadeado no Brasil a partir da implementação das políticas neoliberais da década de 1990, desestruturou o mercado de trabalho fazendo avançar e tornando muito mais complexa a fronteira do desemprego e do trabalho informal. As mudanças institucionais e econômicas criaram uma massa de pessoas “supérfluas” ao sistema, mudando a direção das discursões a respeito dos problemas de ordem social. A economia solidária seria chamada como alternativa ao desemprego e exclusão crescentes.

De acordo com as concepções de França Filho e Laville (2004, p.161), as atividades consideradas de Economia solidária são as “iniciativas que articulam sua finalidade social e política com o desenvolvimento de atividades econômicas, introduzindo ainda a solidariedade no centro da elaboração dos seus projetos”. Iniciativas empreendedoras como a formação de cooperativas de trabalhadores criadas para impedir o fechamento de fábricas à beira da falência, a aquisição de crédito feita por parte de pequenos empresários para compra de maquinaria e aumento da produção, bancos comunitários de desenvolvimento, ou como a que aqui se tomará por objeto de nossa pesquisa, a união de catadores de materiais recicláveis; todas elas se pautam no ideário do trabalho cooperado, onde os trabalhadores partilham os meios de produção, deliberam coletivamente as decisões, sob o princípio da autogestão e voltam seus esforços para a aquisição de renda para a garantia de sua sobrevivência.

Paul Singer, ex-secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária, como um dos principais defensores da expansão dos empreendimentos de economia solidária no país, argumenta que a lógica solidária se fortifica como alternativa aos problemas existentes no sistema econômico. As atividades informais são desempenhadas com o objetivo de organizar socialmente trabalhadores que estão fora do mercado formal de trabalho, com o

² Ver Tragtenberg (1980a), onde a cogestão é entendida oficialmente como um equilíbrio de poderes visando ao bom funcionamento da empresa e à participação nos lucros.

intuito de promover cidadania e gerar renda. A economia solidária acaba sendo uma das principais perspectivas de viabilização dessa forma de inclusão social e o governo brasileiro vem investindo nela ao ponto de ter instituído uma secretaria encarregada de fomentar e viabilizar as iniciativas de economia solidária no país. É, portanto, para essa realidade que esta pesquisa pretendeu se voltar. Mais especificamente, para o estudo da organização de uma cooperativa de trabalhadores de materiais recicláveis. A principal problemática norteadora deste estudo empírico foi a seguinte: **Como se estrutura e qual a dinâmica organizativa de uma cooperativa de materiais recicláveis fundada na cidade de Campina Grande-PB?**

Tal questionamento se deu pelo fato de esta ser uma forma de trabalho que tem se buscado viabilizar no país, sobretudo, depois da obrigação legal da sanitização dos chamados lixões e sua transformação em aterros sanitários com fim de produzir usinas de reciclagem. Na maioria das vezes, as cooperativas de materiais recicláveis surgem por meio de atividades sociais desempenhadas por instituições filantrópicas, como no caso da Cáritas Diocesana, que tem como fim central formar, educar e apoiar os indivíduos que vivem da coleta de materiais recicláveis e antes atuavam isoladamente.

Objetivo Geral

Tendo em vista que as iniciativas da economia solidária têm por princípio ideológico a disseminação dos valores do coletivismo, da cooperação, da solidariedade e da cogestão, **o objetivo desse projeto de pesquisa é investigar a estrutura e as regras de cooperação como fatores geradores de organização e renda em uma cooperativa de materiais recicláveis de Campina Grande-PB.**

Objetivos específicos

Para buscar responder ao objetivo central desta pesquisa, devemos buscar responder aos seguintes objetivos específicos:

- Descrever a estrutura e a organização do trabalhador na cooperativa;
- Identificar o perfil dos catadores e as regras de entrada e permanência na cooperativa;
- Conhecer a dinâmica da cooperação e da interação social; com foco nos mecanismos que constroem a participação;
- Caracterizar o padrão de condições de trabalho e de renda dos catadores.

Justificativa

A abordagem contemplada nas pautas dos gestores públicos, dos membros da academia e da sociedade civil a respeito da construção da economia solidária é reflexo de um processo contínuo de mudanças no mundo do trabalho e das pressões sociais por alternativas ao problema crescente do desemprego e da exclusão social, que marcaram, historicamente, o desenvolvimento do capitalismo no país. Compreender sob que bases vêm se dando essa construção é tarefa que, por si, justifica a escolha desta proposta de estudo, dada a complexidade das experiências e o campo ainda aberto para estudá-las.

Relatórios da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2011) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012) demonstram que os índices da informalidade no Brasil diminuíram nos últimos anos com as políticas públicas implementadas pelos governos de Lula e Dilma. Todavia, o número de pessoas que recorrem à informalidade ainda é grande. Os empreendimentos de economia solidária, como o que aqui será estudado, guardam relação direta com a realidade das ocupações informais, destituídas de direitos. Conhecer se esses empreendimentos viabilizam formas de proteção ou se eles proporcionam um “salto” para atividades que gerem renda³ e sobrevivência, mas sob um patamar mínimo de condições que seriam definidas como *trabalho decente*⁴, indica outra perspectiva de relevância dessa proposta de pesquisa.

Este estudo se justifica pela necessidade de reflexão e debate perante a academia, Estado, Organizações e a sociedade civil a respeito das mudanças no mundo do trabalho, cuja base está num sistema econômico onde o lucro é o alvo e o individualismo acaba se tornando um mal imposto como por obrigação e competitividade. Além disso, faz-se necessária a compreensão das atuais práticas dos empreendimentos informais com base na economia solidária. O desenvolvimento desta pesquisa pode contribuir para estudos futuros que busquem entender as motivações, os anseios e as angústias que permeiam o mundo do trabalho em sua totalidade.

³ Entendemos renda aqui como um recurso monetário derivado do trabalho que permite a reprodução social do trabalhador.

⁴ Conceito utilizado pela OIT desde 1999 para orientar os países signatários a legislares medidas de combate ao trabalho infantil, ao trabalho forçado, ao trabalho não remunerado realizado em condições insalubres e indignas. O conceito de trabalho decente é entendido pela OIT como um trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança como forma de acesso a uma vida digna.

Considerando, por outro lado, que os estudos organizacionais têm buscado deslocar o foco de seu olhar para a variedade de formas de organização de empreendimentos humanos com vista a um objetivo comum, descentralizando a perspectiva do núcleo duro da empresa capitalista, este estudo também se justifica, por buscar trazer luz sobre a dinâmica de organização do processo de trabalho, as dificuldades e potencialidades de empreendimentos sociais cujo fim não é o lucro, mas a sobrevivência.

1.2 Estrutura da dissertação

Esta dissertação se apresenta da seguinte forma: após a introdução, seguem o referencial teórico, os procedimentos metodológicos, a análise dos resultados e, por fim, as considerações finais. O Capítulo II está dividido em quatro partes, a primeira seção se refere ao Fordismo enquanto modelo de regulação do capital, a segunda diz respeito às transformações do capitalismo no Brasil, a terceira parte do referencial teórico fala sobre a inserção dos trabalhadores na informalidade e, como último tópico, tem-se a emergência da economia solidária.

No capítulo 3 foram apresentados os aspectos metodológicos, onde se delineia o método utilizado, o local da pesquisa, os sujeitos entrevistados, assim como a forma de tratamento e análise dos dados. No capítulo 4 foram apresentados e analisados os resultados da pesquisa, ele está subdividido em três seções. A primeira seção fala sobre a estrutura, a organização e as condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis cooperados. Em seguida, tem-se a construção do perfil do trabalhador informal em uma cooperativa de materiais recicláveis, cuja estrutura se baseia na economia solidária. Já a terceira e última seção desta parte do trabalho está na construção da dinâmica de cooperação e interação social dos catadores pertencentes à COTRAMARE.

II AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E A EMERGÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1 FORDISMO: MODELO DE REGULAÇÃO DO CAPITAL EM PAÍSES DESENVOLVIDOS

A crise econômica instaurada durante os anos 1930 nos EUA e repercutida em todas as economias ocidentais representou o mais longo período de recessão do século XX. Evidenciou-se o aumento do desemprego, a diminuição dos níveis de investimento e renda, falências e fechamento de empresas, além da redução do produto interno bruto de inúmeros países. Este evento atingiu todos os setores da economia e abriu as portas para a implementação de novas práticas no interior das organizações. A bússola do liberalismo econômico ou *laissez-faire* perdeu o seu norte e deu lugar a um arranjo institucional onde o Estado, o Capital e o Trabalho, enquanto atores centrais institucionalizados, passam a estabelecer compromissos para assegurar crescimento econômico com bem estar social. A crise de 30 marcou, assim, o período da intervenção do Estado na economia, regulando a competição e as relações de trabalho, conduzindo e subsidiando os investimentos produtivos, fomentando a geração de demanda agregada para incentivar o consumo e gerar emprego e criando instituições e infraestrutura coletiva para assegurar o bem estar das populações.

No campo das relações de trabalho, a intervenção do Estado na livre troca individual entre patrão e trabalhador, pela via das legislações trabalhistas e do reconhecimento dos sindicatos e da negociação coletiva, assegurou que os salários e os termos do trabalho deixassem de ser definidos pela dura lógica do mercado, instituindo um patamar de direitos para regular o regime de emprego. Na análise da chamada escola de regulação fordista, este constituiu um dos três pilares que sustentaram a trajetória de desenvolvimento experimentada pelos países centrais, sobretudo, pós-primeira guerra mundial. Outros dois pilares seriam encontrados na forma de organização do processo produtivo, que passava a incorporar a racionalidade das técnicas tayloristas e fordistas de divisão e gestão do trabalho e nas políticas sociais do Estado (previdência, educação, saúde, infraestrutura urbana, etc.), estas responsáveis por promover a elevação do bem estar material das classes trabalhadoras. (BOYER, 1995).

Essa articulação política entre os atores centrais em disputa no capitalismo configurou um novo regime de acumulação socialmente regulado. Lipietz (1991, p. 27-28) considera que um tal “regime de acumulação aparece como o resultado macroeconômico do

funcionamento do modo de regulação, com base num modelo de organização do trabalho”. O modo como esta organização do trabalho estava disposta até as primeiras décadas do Século XX indicava que as relações de trabalho existentes se davam pela lógica do mercado, onde a lei da oferta e da demanda reforçava o caráter monopolista e imperativo dos patrões. A regulação política, então estabelecida, em todas as economias industrializadas, embora com características e intensidade específicas, próprias a cada país, rompe com a lógica do mercado inaugurando um regime de relações de trabalho pautado por direitos e de economia regulada.

Nos países desenvolvidos, após a Segunda Guerra, esse regime de acumulação fomentou o crescimento do consumo de massa e este alimentou, por sua vez, o crescimento da produção industrial e do emprego de massa, caracterizando o que os economistas viriam chamar de regime de pleno emprego, regulado e com direitos. Suzigan (1989) e Lipietz (1989) nos dão uma ideia do crescimento econômico do período, para a região dos países industrializados centrais:

[...] desde o pós-guerra até meados dos anos 70, [o capitalismo] apoiava-se numa rápida expansão da produção industrial liderada pelos complexos metal, mecânico e químico, que impulsionava e transformava outros setores (principalmente agricultura, serviços e transportes e comunicações). O progresso técnico atendia as carências específicas de algumas economias desenvolvidas, ou seja, escassez relativa de mão de obra e/ou de recursos naturais e baseava-se numa fonte de energia barata – o petróleo. (SUZIGAN, 1989, p. 08).

[...] puderam, assim, apresentar, durante cerca de 20 anos, um crescimento excepcionalmente forte, excepcionalmente longo e excepcionalmente regular. É certo que houve algumas inflexões (as “recessões”) e que se registraram grandes variações entre os ritmos de crescimento nacional, mas é possível afirmar que cada país experimentou e desenvolveu o fordismo por conta própria, ampliando sua demanda interna. (LIPIETZ, 1989, p. 307).

Alguns obstáculos durante o período entre guerras dificultaram a propagação do fordismo. De acordo com Harvey (1992, p. 123-124), um obstáculo central foi a resistência dos trabalhadores à racionalização científica do trabalho, um sistema de produção baseado no trabalho extremamente mecânico, “rotinizado”, sem o controle do trabalhador sobre o processo de trabalho. Os sindicatos barganharam, até certo ponto, a redução dessa resistência em troca do repasse dos ganhos de produtividade para os salários e outras conquistas sociais.

Gounet (1999) argumenta que o fordismo se apoiou no consumo amplo, na racionalização e no parcelamento das tarefas, no trabalho regulado e com padronização. Na concepção de Antunes (2007):

[...] entendemos o fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro Taylorista e da produção em série Fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade, compreendemos o fordismo como um processo de trabalho que, junto com o Taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século. (ANTUNES, 2007, p. 25).

Na compreensão de Harvey (1992), o fordismo expressava o reconhecimento claro de que a produção em massa geraria consumo em massa e, por consequência, seria capaz de desenvolver “um novo sistema de reprodução do trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista”. (HARVEY, 1992, p. 121).

O fordismo amenizou os desequilíbrios da economia de mercado, ao mesmo tempo em que permitiu que houvesse redução do conflito de classe e apoio às alianças governamentais (BOYER, 1995). Tratou-se dos anos dourados, quando os setores têxtil, siderúrgico e energético, além do automobilístico, tiveram um aumento substancial em investimentos e retorno financeiro. Além disso, a população melhorou seu nível de renda e consumo e o trabalho ampliou sua capacidade de organização coletiva e seu poder de barganha.

Verifica-se, neste período, o aumento significativo da intervenção dos sindicatos em prol dos trabalhadores. Um exemplo que comprova este dito é a denominada regulação monopolista dos salários, pela qual, por meio de convenções feitas por setores líderes, é fixado um salário base e o fornecimento de rendimentos mínimos, ambos garantidos pelo Estado-providência. Basicamente, o aumento do salário se deu por meio do crescimento dos preços e da produtividade geral. Como consequência, tem-se o crescimento da produtividade, do poder aquisitivo dos trabalhadores e dos índices econômicos.

Em se tratando das relações de trabalho existentes neste período, o quase pleno emprego permitiu maior possibilidade de articulação sindical. O ideário dos sindicatos durante o fordismo se baseava no repasse dos ganhos de produtividade para os salários, em resposta aos resultados econômicos positivos obtidos com a implementação deste modo de regulação. O processo de negociação entre patrões e empregados durante “os anos dourados”

era efetivo e ofertava ao trabalhador a seguridade dos seus direitos. Por parte dos patrões havia o interesse de incorporar os ganhos de produção ao salário do trabalhador, desde que os sindicatos reconhecessem e legitimassem a direção do processo de trabalho, submetendo-se à iniciativa do capital sobre a organização do trabalho, estratégias de investimentos e de mercado. (FERREIRA, 1993).

A relação mais amistosa criada entre patrões e trabalhadores pela via dos sindicatos é uma das grandes marcas do fordismo. Porém, um fator trazia desconforto para o capital: o poderio de barganha dado ao sindicato por meio do numeroso contingente de trabalhadores nas fábricas, fortalecia a classe, enrijecia as regras do jogo e a política de salários crescentes, encurralando os empresários. Ampliavam-se, assim, as resistências empresárias às conquistas políticas e sociais do fordismo, abrindo margem para a emergência das reivindicações por mais liberdade de mercado.

Depois das duas grandes crises do petróleo na década de 1970, empresários, economistas, estadistas passaram a criar mecanismos para reduzir a intervenção do Estado na economia e dos sindicatos no trabalho. As políticas neoliberais implementadas a partir dos anos 80 nos EUA e na Inglaterra, e disseminadas em seguida para outras economias, se encarregariam de desmontar o arranjo fordista, promovendo a desregulamentação da economia e do mercado de trabalho e reduzindo os gastos sociais do Estado.

O processo de flexibilização das relações de trabalho, o desmonte das estruturas produtivas pela via da subcontratação, a redução do emprego industrial por conta do avanço tecnológico e da automação, a segmentação e o deslocamento das empresas para regiões periféricas onde é mais fraca ou inexistente a organização coletiva do trabalho e o Estado de bem estar, o uso de novas formas de gestão e, ainda, a criação de leis que individualizam o trato da empresa para com o trabalhador são os principais fatores que apontam para o desmonte do arranjo político do pós-guerra, para o aumento do desemprego e dos regimes precários de emprego, para a perda de autonomia da classe, para a crise do sindicalismo e para instauração de um novo regime de regulação. (RODRIGUES, 1997, 1999).

2.1.1 Crise no modelo de regulação fordista

As estratégias utilizadas pelo fordismo já não se adequavam ao comportamento e as reações do mercado, ao novo contexto competitivo, acirrado pela globalização da economia, aos recursos do Estado e aos interesses do trabalhador, ou seja, ao novo cenário mundial, de mais instabilidade econômica e incertezas. Com a concepção de que o fordismo

emperrava a economia, os governos passaram a implementar medidas de abertura econômica, de privatizações e desregulamentação dos mercados, e as empresas passaram a reorganizar suas estruturas produtivas de modo a reduzir os custos do trabalho e o poder de barganha dos sindicatos. Sobre essa nova conjuntura, Antunes (2001) escreve:

como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2001, p. 31).

Outro aspecto característico do ambiente de crise do fordismo foi a crise fiscal do Estado. Harvey (2008) afirma que o Estado tornou mais rígido os seus compromissos devido à intensificação dos programas assistenciais para o trabalhador. Estes aumentavam por conta da reestruturação produtiva das empresas, que redundou em elevado desemprego e pressões de ordem social sobre os estados. O próprio papel do Estado e de sua burocracia passam a ser questionados e transformados, no sentido de que estes deveriam enxugar suas estruturas e gastos para assegurar políticas mais voltadas para o mercado. É esse o contexto de disseminação das ideias de mais descentralização, de maior articulação do Estado com a sociedade civil, da criação de mecanismos de *accountability*, de estruturas ágeis e enxutas, de transferência de responsabilidades para a sociedade civil via, por exemplo, papel das ONGs, etc.

A crise do fordismo provocou grandes mudanças em todo o mundo. A internacionalização da produção, a concorrência acirrada e a busca constante pela redução dos custos de mão de obra fizeram com que houvesse, por exemplo, a transferência de empresas americanas e europeias para países pouco desenvolvidos. Com a garantia de dedução fiscal e benefícios outros ofertados por representantes destes países, empresários que buscavam se diferenciar de seus concorrentes prometiam empregos e o desenvolvimento de regiões fragilizadas pela pobreza e pela miséria. Essa *desterritorialização* do capital foi amplamente viabilizada pelas inovações tecnológicas, sobretudo, no campo das tecnologias da comunicação, pela desregulamentação dos mercados financeiros e pela abertura comercial.

Os regimes de emprego foram amplamente flexibilizados, tendendo fortemente para o rebaixamento de salários e direitos ou mesmo para a retirada destes, fato que acompanha o crescimento da informalidade mesmo nas regiões desenvolvidas. Cresceu,

então, o número de empregos temporários, parciais e subcontratados, estes últimos acompanhando o desmonte das estruturas fordistas de produção e a inserção dos métodos toyotistas, que primam pela empresa enxuta e desverticalizada. Os salários e o poder de barganha dos trabalhadores foram reduzidos e a economia informal e os trabalhos artesanais reapareceram ou se expandiram como meios para garantia de sobrevivência do número crescente dos que não encontram emprego. Tais práticas revelam que o fordismo não perdeu a sua essência, apenas se tornou periférico. (LIPIETZ, 1989).

A doutrina que pregava uma rede de seguridade social e direitos de cidadania (Bihr, 1998) foi abalada pela rigidez do sistema e pela necessidade de flexibilização dos processos organizacionais e de gestão do trabalho. Constituiu-se, assim, a chamada acumulação flexível. Este seria um novo regime de acumulação do capital, capaz de mobilizar globalmente as organizações e o mercado em prol de modificações ágeis e efêmeras dos processos de trabalho, do próprio trabalho e da produção de mais-valia. Além disso, o também chamado pós-fordismo ganha ares globais fundado em um “dado estágio de desenvolvimento do capitalismo, que se caracteriza por um aprofundamento da concentração do capital e de uma nova forma de organização das empresas pela financeirização e pela fragmentação”. (MARQUES, 1996, p. 136). Essa nova dinâmica foi incorporada ou transferida para formações sociais onde o padrão de desenvolvimento foi mais débil, posto que subordinado, excludente e concentrador, como a brasileira.

2.2 DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL E SEU REGIME DE REGULAÇÃO

O Brasil, como argumentou Lipietz (1989), desenvolveu ao longo da sua trajetória de industrialização, um tipo de fordismo periférico, porque incorporou a dimensão técnica da divisão e especialização do trabalho, da estrutura produtiva hierarquizada, das subvenções estatais ao próprio crescimento econômico, mas não promoveu a dimensão política e social do fordismo dos países centrais. Portanto, não distribuiu renda, seja pela via da negociação coletiva, seja pelos direitos do Estado de bem estar. No mesmo sentido, argumentaram Druck et. al. (2000, p. 154), para quem o Brasil não se alinhou simultaneamente às economias de primeiro mundo durante os anos dourados. Para esses autores, “aqui se desenvolveu a experiência do *fordismo periférico*, incompleto, precário, realizado “por cima”, sem o compromisso com os sindicatos”.

Saída de um regime de acumulação centrado numa economia agroexportadora voltada para o mercado externo e à base do trabalho escravo, a economia brasileira dá um salto para sua consolidação no pós anos de 1930, com Vargas assumindo, de forma centralizadora e autoritária, o comando do Estado. A política de substituição de importações se encarregaria, a partir de então, da tarefa de promover a indústria de base que nos anos 50 expandiria uma malha diversificada de setores produtivos no país voltada também para formação de um mercado interno. O Estado assumiu, a partir desse período, papel fundamental na regulação econômica e na condução e promoção dos investimentos, ampliando sua burocracia e suas esferas de atuação (MATTOSO, 1996; POCHMANN 2001).

Por outro lado, Vargas buscou conter o conflito de classe pela via da regulamentação do mercado de trabalho. Em 1943 ele edita a Consolidação das Leis do Trabalho, instituindo uma série de direitos que, todavia, alcançava um contingente diminuto da força de trabalho empregada nos grandes centros urbanos. A grande maioria dos trabalhadores rurais ficou de fora do patamar de regulamentação do emprego, assim como muito do trabalho urbano relacionado às atividades artesanais e de sobrevivência, constituindo as origens do vasto e estrutural mercado de trabalho informal do país. (DRUCK; FILGUEIRAS; NEVES, 2000).

Em contrapartida ao leque de direitos reconhecidos, o Estado passava a controlar a atuação política dos sindicatos, coibindo as reivindicações espontâneas, restringindo ou eliminando o espaço da barganha coletiva e impedindo que a livre negociação entre patrões e trabalhadores coletivamente organizados estabelecesse os termos da troca, sobretudo, da política salarial, de molde a que o crescimento da produtividade da economia fosse repassado para os salários. Por outro lado, não houve pressões sociais de base suficientes para que se constituísse um Estado de bem estar universal e garantidor de direitos cidadãos. Com uma organização sindical fragmentada e controlada, o país se desenvolveria sem distribuir renda, à base de uma regulação parcial e precária do emprego (baixos salários, elevada rotatividade, baixa capacidade de organização coletiva), sem articular, portanto, crescimento ao aumento do padrão de renda/consumo e bem estar da população (MATTOSO, 1996; OLIVEIRA, 2005; COSTA, 2005).

Em 1955 o governo Juscelino Kubitschek assume a presidência da república e aplica o plano desenvolvimentista intitulado “50 anos em 5”. Neste período, o Brasil fortaleceu os investimentos na indústria, na infraestrutura e na produção dos bens de consumo. Todavia, criou uma dívida exorbitante com bancos e empresas estrangeiras. Aproveitando o afrouxamento do controle autoritário, nesse breve interregno de

redemocratização do país, os movimentos sociais e sindicais vêm à tona por reformas estruturais (reforma agrária e expansão dos direitos do trabalho para os trabalhadores do campo) e valorização salarial. Esses movimentos foram violentamente reprimidos, em nome da segurança nacional, em plena conjuntura de intolerância internacional à expansão das ideologias comunistas e socialistas.

Entre os anos de 1964 e 1984 o Brasil viveu o regime militar ditatorial, sobretudo nos anos de 1970, quando impulsionou grande transformação e expansão das forças produtivas, elevando o crescimento médio da economia como jamais havia sido vivido no país. Formou-se ou ampliou-se, nesse regime, a base desenvolvimentista focada nas grandes empresas estatais e privadas (nacionais e multinacionais). Este foi o conhecido período do milagre brasileiro, comandado pela burguesia e servindo a ela, quando se asseveram, a despeito do crescimento econômico e do emprego, as desigualdades sociais, a concentração de renda, e se ampliam os bolsões de pobreza da população, oriundos do êxodo de trabalhadores rurais para os grandes centros urbanos. (OLIVEIRA, 2006, p. 266-67).

Os ganhos de produtividade não foram satisfatoriamente revertidos para os salários e preços, havendo pouco êxito nos rendimentos reais. Furtado (1972) avalia que, por essa lógica de acumulação, “não se forma um vínculo causal entre aumento de produtividade (engendrado ela elevação da dotação de capital por trabalhador e progresso técnico) e a elevação da taxa de salário que constitui a engrenagem básica da economia industrial moderna”. Um tal projeto de desenvolvimento fez com que o capitalismo brasileiro se destacasse, enquanto setor moderno, em alguns setores industriais, mas articulado à lógica da exploração do trabalho barato fornecido por toda uma economia atrasada, de sobrevivência, nas raías da informalidade (OLIVEIRA, 2005).

A própria estrutura da industrialização brasileira é resultado claro do precário e desigual padrão capitalista de produção e de promoção do bem estar social. Se, por um lado, existe uma pequena fatia de industriais com todo um aparato tecnológico que ofereça suporte e agilidade à produção; de outro, existe uma gama de pequenos empresários com equipamentos obsoletos, com deficiência de produção e com pouca especialidade. Estas características configuram o capitalismo brasileiro e deixam à mostra uma realidade pouco otimista, a da implementação de medidas industriais defensivas e a ausência de artifícios ou políticas para incorporação de progresso técnico. (SUZIGAN, 1989).

Na mesma linha, Goldenstein argumenta:

ao Estado brasileiro coube liderar o processo de acumulação capitalista, produzindo, financiando e sinalizando para o setor privado, dando a impressão de um Estado forte, quando, na verdade era extremamente fraco incapaz de romper com os setores atrasados e criar condições para centralização financeira que permitisse a construção de uma estrutura sólida de financiamento de longo prazo. Desta forma, o Estado brasileiro cumpre o papel típico de uma economia tardia que distribuiu subsídios e protegeu mercados, tornando-se refém tanto do setor privado nacional quanto internacional. (GOLDENSTEIN, 1994, p. 66).

O processo de redemocratização do país a partir de meados dos anos 80, puxado pela mobilização de diversos movimentos sociais e do chamado novo sindicalismo, trouxe conquistas importantes no campo dos direitos políticos, sociais e do trabalho, da representação e da negociação coletiva, da legalização dos partidos de esquerda, conquistas essas consagradas na chamada Constituição Cidadã de 1988. Tais avanços no campo da política seriam contraditos pela crise recessiva no campo da economia, que deu margem à introdução no país da ideologia neoliberal propugnada pelos países desenvolvidos. Por outro lado, os avanços políticos da década de 80 não foram suficientes para promover a resolução de problemas de natureza básica, como os da reforma agrária e da questão social, capazes de promover um “desenvolvimento nacional soberano” e reformas estruturais geradoras de distribuição de trabalho, renda e terra. (ALVES, 2002, p. 91).

2.2.1 Acumulação flexível no Brasil: elevado desemprego e regimes de trabalho ainda mais precários

A introdução de políticas neoliberais a partir do início dos anos 90 na economia brasileira se concretizou, centralmente, com as políticas de abertura econômica, de privatizações e de desregulamentação do mercado de trabalho. Essas medidas pressionaram a reestruturação produtiva das empresas, redundando em elevado desemprego, na expansão de regimes ainda mais precários de trabalho (cooperados, terceirizados, autônomos) e da informalidade. Druck et. al. (2000, p. 147-48) consideram que, no Brasil, durante este período,

[...] a crise do padrão fordista, em desenvolvimento no país, reforça um dos aspectos centrais do “fordismo periférico” – a exclusão de amplos setores do mercado de trabalho e de consumo – e impõe uma tendência que, além de reverter e estreitar ainda mais a estrutura do mercado de trabalho brasileiro, diminui, drasticamente, o acesso de homens e mulheres ao meio mais elementar de sobrevivência: o emprego.

A própria Graça Druck, em um texto publicado no ano anterior ao da citação feita acima, afirma de maneira mais clara que não houve uma verdadeira crise do fordismo no Brasil, pois este modo de regulação não foi aplicado à risca, em comparação aos países de primeiro mundo. E, além disso, este modelo de influência norte americana, utilizado periféricamente, foi importado com perspectivas ou tendências de exploração de mão de obra, redução de custos de produção e acumulação de capital, sem a preocupação maior de se criar um estado de bem estar social. Sua crise e as medidas neoliberais reiteraram a fragilidade da proteção do trabalho e o problema do desemprego.

O fenômeno da globalização, as novas políticas de gestão do trabalho, a terceirização, a individualização do trato para com o trabalhador, a flexibilização do trabalho e dos regimes de emprego representam as manifestações do capitalismo flexível que tiveram implicações avassaladoras sobre a capacidade política da classe trabalhadora.

Com o regime de acumulação flexível, as organizações passam a priorizar a lógica financeira e o comportamento dos mercados. Os recursos humanos, fundamentais neste processo, são colocados em segundo plano, quanto à valorização e à estabilidade do emprego, mas não quanto às exigências de qualificação, aprimoramento organizacional e aumento da produção. Durante este período, o salário flexível impulsiona a segmentação das categorias de trabalho e abre uma lacuna entre a relação capital *versus* trabalho. As elevadas gratificações que podem ser recebidas pelas gerências, por exemplo, não atingem as categorias de base, o que corresponde à estratégia do dividir para reinar. (GORZ, 1980). Tal processo favorece a individualização da remuneração, enxugamento dos processos organizacionais e, por consequência, o controle sobre a força de trabalho. Esta rotina regida pela lógica financeira, a da redução de custos, não favorece o trabalhador, pois reduz as chances de crescimento profissional. Tudo se torna efêmero e os processos se fundamentam no curto prazo.

De acordo com Graça Druck (2002, p. 13), “a hegemonia da lógica financeira exige maior mobilidade para os capitais e processos produtivos menos rígidos e cada vez mais flexíveis, objetivando investimentos e resultados de curto prazo”. Isso “[...] desorienta a ação de longo prazo, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento”, uma realidade que torna o trabalhador uma mercadoria altamente descartável no novo contexto. (SENNETT, 2003, p.3). A baixa valorização, a descartabilidade, a elevada rotatividade, o uso múltiplo da força de trabalho em empresas enxutas evidenciam formas de trabalho precário no contexto da acumulação flexível e elas se manifestam na realidade brasileira em condições ainda mais dura dado às características históricas da precariedade e da flexibilidade do mercado de trabalho aqui constituídas. Essa

precarização, conforme nos lembra Castel (1998), constitui “um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno [...]”. (CASTEL, 1998, p. 526).

As políticas neoliberais primam por um modelo de Estado cuja intervenção favoreça o mercado, a concorrência e a iniciativa privada, renegando enfaticamente a regulamentação econômica. De acordo com Boito Jr. (1999, p. 45), esta ideologia “assume, no mais das vezes, a forma de uma crítica agressiva a intervenção do Estado na economia. O discurso neoliberal procurava mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal”.

As tendências neoliberais dos países desenvolvidos ganharam forma a partir da crise do modelo econômico fordista do pós-guerra, em 1974. Neste período, o poderio do Estado não poupou esforços para desbancar as estruturas sindicais, mas acuou-se na medição de esforços quanto às pressões sobre o desenvolvimento social e a intervenção na economia. Margaret Thatcher em 1979, na Inglaterra e Ronald Reagan em 1981, nos EUA se tornaram as grandes referências na construção da hegemonia neoliberal mundial, implementando políticas que se centravam na desregulamentação financeira, do mercado de trabalho, na reforma administrativa do Estado, nas privatizações.

A entrada da ideologia neoliberal na América Latina se deu sob influência direta dos países economicamente mais desenvolvidos, de olho nos mercados da região. Carinhato (2008, p. 39) argumenta que a adoção das políticas neoliberais pela maioria dos países da região se deu como contrapartida à “renegociação das dívidas externas, que obrigaram a pôr em prática um ajuste fiscal com o objetivo de saldar essas dívidas com seus países credores. Concebeu-se uma inserção eminentemente financeira para os países dessa região”.

Sader (1995, p. 35) reitera este pensamento quando faz referência à crise do regime de acumulação fordista periférico ao dizer que o neoliberalismo latino-americano “ganha credibilidade nos argumentos dos teóricos vinculados ao projeto societário burguês que apontam como problema central para o capital a crise fiscal do Estado. Seu surgimento está delimitado pelo esgotamento do Estado de bem estar social”.

Mesmo de forma tardia, o Brasil foi um dos países que recebeu fortemente as influências neoliberais das economias de primeiro mundo, principalmente a partir dos governos Fernando Collor de Mello, primeiro governo escolhido democraticamente pelo povo brasileiro após o golpe de 1964, e Fernando Henrique Cardoso. O neoliberalismo associado à reforma administrativa do Estado brasileiro marcaria o início de uma fase em que o Estado receberia influências das técnicas e métodos gerenciais do setor privado.

O plano Collor direcionou as mudanças de ordem neoliberal por meio de um pacote de ajuste econômico e de estabilização dos índices inflacionários que assolavam a economia brasileira desde a década de 1980. Tratou-se de um projeto de mudanças estruturais e de longo prazo, em que foram realizados ajustes fiscais, reforma monetária, política de renda com base na liberação do comércio exterior e uma nova política cambial. (FILGUEIRAS, 2000). Todavia, tais mudanças não foram suficientes para reverter o quadro inflacionário e recessivo em que se encontrava a economia brasileira.

Além do seu plano de governo não ter sido bem sucedido, Collor ainda se envolveu em escândalos ligados a corrupção, o que culminou no processo de *impeachment*. Itamar Franco, o então vice-presidente, assume o poder até o final do mandato, quando novas eleições são feitas e Fernando Henrique Cardoso é eleito. Sobre o governo de Cardoso, Fiori (1997, p. 14), explicita:

FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do Fundo Monetário Internacional – FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial.

A agenda norteadora em toda da gestão de FHC foi a de “acabar com a inflação, privatizar, reformar a Constituição para flexibilizar as relações entre o Estado e a sociedade, assim como as relações entre capital e trabalho” (TEIXEIRA, 1998, p. 25). Neste período, o Brasil registrou números alarmantes de desemprego, precarização do trabalho e exclusão social. Antunes (2004, p. 131-132) sintetiza este momento político ao descrever que

o nosso parque produtivo foi enormemente alterado e retraído pela política intensa de privatização do setor produtivo estatal (especialmente na siderurgia, telecomunicações e energia elétrica), o que alterou sobremaneira o tripé que sustentava a economia brasileira (capital nacional, capital estrangeiro e setor produtivo nacional), elevando o binômio integração/subordinação do país ao universo globalizado e desorganizando o padrão produtivo existente nas últimas cinco décadas.

Nesse período, como implicações da reestruturação produtiva nas empresas, cresceu também a informalidade, a instabilidade do trabalho e a desestruturação do mercado de trabalho. O trabalho informal e as iniciativas de trabalho cooperado, na esteira dos empreendimentos de economia solidária, tornaram-se alternativas ao problema do elevado desemprego e do baixo crescimento decorrentes das mudanças neoliberais na economia. Como afirmou Pochmann:

Ao se reconhecer que o emprego assalariado formal é o que de melhor o capitalismo brasileiro tem constituído para a sua classe trabalhadora, pois vem acompanhado de um conjunto de normas de proteção social e trabalhista, conclui-se que a sua redução absoluta e relativa nos anos 90 vem acompanhada do aumento de vagas assalariadas sem registro e de ocupações não-assalariadas, implicando aumento considerável da precarização das condições e relações de trabalho. (POCHMANN, 2001, p. 98).

2.3 INFORMALIDADE: CONDIÇÃO DE INSERÇÃO DE VASTOS CONTINGENTES DE TRABALHADORES NA ECONOMIA BRASILEIRA

O trabalho informal, à margem das fronteiras do trabalho regulado e com direitos, sempre constituiu parte significativa da estruturação do mercado de trabalho no país. Na década de 1990 ele se expande assustadoramente, superando os indicadores do trabalho formal, configurando o que Pochmann (2002) tratou como uma desestruturação do mercado de trabalho no país. Ramalho e Arrochelas (2004, p. 106) falam da “[...] existência de um contingente considerável da população em situação de pobreza e se reproduzindo principalmente a partir das relações de trabalho não assalariadas, sem proteção, em suma, na informalidade”.

As primeiras discussões sobre informalidade aconteceram durante as décadas de 60 e 70, quando os projetos de modernização baseados numa cultura industrial na América Latina e África levantaram questões sobre a realidade destes blocos econômicos, principalmente sobre o aspecto do subdesenvolvimento em um sistema capitalista e regulado. Correntes de cunho estruturalista, que se inspiram na realidade social como um conjunto formal de relações; e marxista, que compreendem a vida social de acordo com a dinâmica da base produtiva e das lutas de classes, deram realce a estas discussões. O foco dado por tais correntes se centravam nas possíveis causas do subdesenvolvimento de economias periféricas que, contrariamente à realidade dos países desenvolvidos, não conseguiam inserir massas consideráveis de sua população, sobretudo, as que vinham do campo, na estrutura do emprego formal, regulado politicamente, gerado pela expansão das empresas capitalistas modernas.

Uma das primeiras correntes que abordou tal temática foi a Teoria da Marginalidade⁵, que defendia a tese de que o setor informal ou tradicional era constituído de indivíduos de baixa qualificação que não conseguiam se ajustar às demandas da indústria

⁵A respeito da teoria da marginalidade, ler: NUN, José. Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: PEREIRA, Luiz (Org). **Populações marginais**. 2 ed. São Paulo: Duas cidades, 1978.

moderna em expansão, e buscava, nas formas tradicionais de sobrevivência, seus meios de sustento, onde “[...] separado do sistema capitalista de produção, [os teóricos da marginalidade] viam os trabalhadores que não se encaixavam aos setores mais ‘modernos’ e dinâmicos da economia como participantes de um ‘grupo não integrado’ ao sistema capitalista”. (ALVES, 2001).

Outra corrente de corte marxista, no entanto, considerava a informalidade não como estrutura separada do sistema econômico, mas subordinada a ele e servindo força de trabalho barata para os setores modernos da economia capitalista regulada. Ela constituía, portanto, produto de um padrão de relações de dominação que excluía parcelas expressivas da população dos direitos instituídos pelo Estado para regular as relações de trabalho e a proteção social (OLIVEIRA, 2005; KOVARICK, 1975, CACCIAMALI, 1983).

Filguieras, Druck e Amaral (2004) argumentam sobre a informalidade como produto de uma transição de sistemas econômicos, quando o modo agrícola de sobrevivência dá lugar ou é tomado pela moderna industrialização dos bens de consumo:

[...] o setor informal é consequência do excedente de mão de obra resultante do elevado crescimento demográfico, que produziu um processo de migração de indivíduos das zonas rurais para as cidades, havendo, assim, um aumento da força de trabalho urbana desproporcional à capacidade de absorção dos segmentos modernos – associados ao processo de industrialização ocorrido no pós-guerra nos países em desenvolvimento. Assim, na ausência de mecanismos institucionais garantidores de uma renda mínima – tipo seguro desemprego – a população não absorvida teve como única alternativa de sobrevivência a ocupação em atividades de baixa produtividade, fora da relação assalariada e sem proteção social (FILGUIERAS; DRUCK; AMARAL, 2004, p.213).

De um lado, os trabalhadores pertencentes à indústria e aos serviços modernos tecnológica e organizacionalmente, portanto, de mais elevada produtividade, foram inseridos em um regime baseado em normas ou leis que asseguram os direitos do trabalhador. Já aqueles que exerciam trabalho rural, tiveram que se adaptar às mudanças de urbanização existentes na época, recorrendo ao trabalho informal como meio de sobrevivência. Noronha, (2003, p. 113), diz que “a urbanização e a industrialização ampliaram também a massa de trabalhadores subempregados, mal incorporados ao mercado de trabalho”. Este autor afirma, ainda, que:

Até o final dos anos de 1980 a “informalidade” (ou o subemprego) era percebida principalmente como um problema endêmico pela maioria dos especialistas. Porém, as mudanças das décadas anteriores levaram os especialistas e políticos a prever (e desejar) uma expressiva redução do mercado “informal”. Predominava a suposição de que a “informalidade” (ou o subemprego) era um legado de uma economia semi-

industrializada, cujo fim era uma questão de tempo e desenvolvimento. (NORONHA, 2003, p. 115).

A crença dos teóricos da teoria da marginalidade/dualidade do mercado de trabalho era que, com a expansão das atividades produtivas sob relações assalariadas modernas de trabalho, o emprego regulado, a economia de sobrevivência, informal, tenderia a desaparecer. O sonho seria desiludido por conta dos regimes autoritários que comandaram o desenvolvimento do capitalismo no país, como já discutido, e das crises econômicas que se desencadeariam logo em seguida ao período de expansão da industrialização, asseverando ainda mais, o desemprego, a exclusão e a desigualdade.

O trabalho informal no novo contexto de capitalismo flexível, quando se expandem regimes diversos de emprego e ocupação torna sua definição uma tarefa complexa e imprecisa, dada à própria complexidade das relações estabelecidas entre as atividades da economia formal e regulada com as da economia subterrânea/informal. Todavia, o termo “informal” dado ao trabalho é empregado com certa frequência para representar uma produção baseada em relações de trabalho que não se encontram bem estabelecidas, sem as formalidades legais presentes na organização do trabalho e nas legislações trabalhistas. (TOKMAN & SOUZA, 1976, 1978).

Noronha (2003) relata que no Brasil as velhas e novas formas de trabalho atípico ou informais se misturam e, por esta razão, pode tornar complexo o entendimento do seu crescimento. Todavia, é possível se dividir o conceito de informalidade em dois momentos: a velha informalidade e a abordagem neoclássica da informalidade. Esta última desencadeada pela desestruturação do mercado de trabalho provocada pela reestruturação produtiva. Segundo o autor:

A "velha informalidade" buscava explicar o mercado de uma economia em transição, que começava a gerar uma massa de desempregados e subempregados, os quais rapidamente se aglomeravam nas cidades industrializadas, recém chegados do campo. Essa era a agenda dos anos de 1960 e 1970. No Brasil, a abordagem "neoclássica" disseminou-se num momento diferente, e retardatário em relação a outros países, a saber, no final da década de 1980, quando os direitos do trabalho foram reforçados pela nova Constituição e, simultaneamente, intensificou-se o comércio internacional. A análise "pós-fordista" apareceu no Brasil no início dos anos de 1990, mas, diferentemente das outras, é mais apropriada para explicar a "informalidade" da classe média (e até operária) do que a "informalidade" dos menos abastados ambulantes e similares. NORONHA (2003, p. 120).

Diferentes denominações são dadas por teóricos do mundo do trabalho à informalidade: “setor desestruturado da economia”, “desemprego disfarçado” ou “forma de

garantir a sobrevivência”. Elas abrangem ocupações ou atividades diversas e podem ou não estar associadas aos processos de subcontratação: trabalho cooperado servindo à empresa capitalista, trabalho de imigrantes ilegais, trabalho autônomo (feirantes, vendedores ambulantes ou prestadores de serviços), trabalho doméstico, entre outros.

Todas estas ocupações e atividades se concentram em um termo denominado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como “setor informal”. Em 1972, nos relatórios elaborados sobre o Programa Mundial de Empregos, mais especificamente sobre Gana e Quênia, chegou-se a conclusão que o setor informal se constitui de trabalhadores que produzem bens e serviços por meio de atividades sem reconhecimento legal e sem proteção social concebida pelas autoridades públicas.

O modo como o setor informal é mesurado, por alguns membros da academia e pesquisadores das organizações do trabalho, pode gerar sentidos dúbios. Torna-se importante conduzir de maneira cautelosa a utilização deste termo, inclusive para não se cometer erros quanto à validação do que é, de fato, o setor informal e se as conclusões retiradas de cada compreensão sobre informalidade não mascaram os baixos salários do setor formal, por exemplo. (CACCIAMALI, 1983).

Machado, Oliveira e Antigo (2008) caracterizam o setor informal de duas formas. A primeira delas é mais abrangente, correspondendo ao profissional sem carteira assinada e trabalhadores que atuam por conta própria. A segunda categoria é mais restrita e diz respeito apenas ao trabalhador por conta própria. Segundo os autores, os empregados sem carteira assinada justificam mais as diferenças entre os rendimentos do setor formal do informal, pois esta é uma constante no sistema econômico.

Para Maria Cristina Cacciamali, o setor informal pode ser considerado como uma forma de organização e produção dinâmica e inerente ao regime capitalista, onde “sua composição e seu papel modificam-se com o padrão de expansão e reprodução capitalista e, assim, ele é continuamente deslocado e recriado, tornando-se flexível e permeável, adaptando-se às condições gerais da economia, em especial, da urbana”. (CACCIAMALI, 1983, p. 27).

Em se tratando de renda, a grande maioria das pessoas que compõem este setor está abaixo da linha de pobreza, vive em regiões violentas e recorrem a tais práticas para garantirem sua sobrevivência. Como alegam Ferreira e Velloso (2008, p.3), “áreas violentas coincidem com áreas com alto índice de informalidade, e áreas violentas expulsam negócios bem sucedidos, levando-os à falência ou favorecendo a migração para locais mais seguros”.

Mendes e Campos (2004, p. 210), relatam que “essa população, para a sua sobrevivência, foi obrigada a “inventar” seu próprio trabalho”. Souza endossa esta fala ao argumentar que a informalidade se apresenta de maneira incisiva em países de economia atrasada, onde:

[...] o desenvolvimento peculiar desses países levou à conformação de uma estrutura de emprego em que grande proporção da mão de obra, tanto rural quanto urbana (da ordem de 50% e 30%, respectivamente) não está ocupada em organizações tipicamente capitalistas. (SOUZA, 1999, p. 81).

Todavia, toda e qualquer perspectiva otimista dos especialistas do mundo do trabalho, principalmente para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como o Brasil, se transformara em grande frustração. A instabilidade econômica brasileira durante as décadas de 80 e 90 abalaram as estruturas de mercado e tornaram o trabalho formal mais precário, inclusive em suas formas de contratação e manutenção. Diante da reestruturação econômica e do baixo crescimento econômico nos anos 90, Baltar (2003, p. 142) observa:

A reestruturação da economia, com pouco investimento e lento crescimento do produto teve, por saldo líquido, a eliminação de muitos empregados, celetistas e estatutários e criou, fundamentalmente, oportunidades de emprego sem carteira de trabalho assinada em estabelecimentos e nos serviços domésticos remunerados, além do trabalho por conta própria. Para as implicações dessa reestruturação da produção sobre grau de formalização do emprego assalariado pesou o fato de ela ter envolvido uma terceirização das atividades antes realizadas dentro das grandes empresas.

Os problemas causados por esta precarização do trabalho formal fez com que milhares de trabalhadores encontrassem na informalidade sua possibilidade de vida. Num estágio onde a acumulação capitalista se torna extremamente flexível, o informal se torna uma saída para as mudanças do trabalho formal. Diante deste quadro, centenas de pessoas perderam os seus postos de trabalho ou aquelas que trabalhavam não ganhavam o suficiente para sustentar os seus familiares. A informalidade passou a ser mais frequente e crônica do que o próprio desemprego, pois se tornou um meio mais eficaz, e não menos precário, de sobrevivência.

Todavia, outros fatores contribuíram e contribuem para o aumento da informalidade, como a evasão fiscal, enquanto modalidade para burlar as leis trabalhistas e previdenciárias por parte empregadores e dos trabalhadores informais autônomos, o baixo nível de renda dos empregados que se mantém com salários mínimos e, principalmente, pelo baixo nível de escolaridade daqueles que não tiveram oportunidade de participar efetivamente do processo de alfabetização e que constituem o contingente fora das oportunidades do mercado de

trabalho formal. Em suma, estes são reflexos da crise do emprego em contexto de capitalismo global e flexível. Sousa (2009, p. 1) argumenta, por outro lado, que a expansão recente do trabalho informal nada mais é do que uma estratégia funcional do capital, que “[...] está vinculado à produção capitalista, atendendo às suas necessidades de redução dos custos variáveis de produção, distanciando os capitalistas da obrigação de arcar com os custos sociais do emprego”.

A flexibilização dos processos organizacionais referentes à reestruturação produtiva tornou suscetível a expansão da informalidade, pois “[...] munuiu o capital de mecanismos que permitem maximizar a exploração e também extrair mais-valia, mediante relações informais que se verificam na pequena empresa, no trabalho autônomo, no trabalho domiciliar, nas cooperativas, etc.” (TAVARES, 2004, p. 78).

Com o objetivo de reduzir os custos e aumentar a qualidade dos produtos ou serviços, mediante reestruturação mencionada acima, muitas organizações recorreram à terceirização. Esta emerge alimentando a informalidade, tornando-se modalidade para a exploração do trabalho (TAVARES, 2004). A responsabilidade por toda a produção, antes concebida de maneira exclusiva pelas empresas, passa a ser estratificada e atribuída a terceiros, muitas vezes em condições irregulares e informais. Nesses casos, argumenta Tavares (2004, p. 142), o “trabalho informal cumpre a mesma função do formalmente assalariado, que desenvolve a sua ocupação no interior da fábrica, ou nos ramos comerciais, sob o comando explícito do capitalista empregador”.

Tavares (2004) acredita que a terceirização, por exemplo, é um fenômeno decorrente da redução de empregos, onde a precarização do trabalho não se justifica pela legalidade ou não do posto de trabalho. Para a autora, a informalidade originada na terceirização não deve ser confundida com casos de precariedade no interior das organizações. A aquisição de produtos ou serviços terceirizados em um sistema econômico capitalista proporciona certa comodidade aos empregadores, isentando-os dos custos do trabalho, pela diminuição dos postos de trabalho.

A fragmentação existente entre os setores formal e informal é considerada como fator gerador de desigualdade de renda no Brasil, gerada pela própria dinâmica do mercado de trabalho. (BARROS; FRANCO; MENDONÇA, 2007). Além disso, verifica-se que, no decorrer do tempo, o trabalho informal ganha projeção e a indicação para uma estratégia de sobrevivência diante da perda de uma ocupação formal. Independente de ser considerado ou não precário, o trabalhador vislumbra no trabalho informal uma solução para os problemas do

desemprego e acredita que esta também pode ser uma oportunidade para se tornar autônomo na aquisição de renda ou detenção de um negócio próprio.

Mesmo havendo mudanças nas perspectivas do setor informal, fica claro que o trabalhador que recorre a este tipo de setor está em busca de uma fonte de renda que garanta subsídios para a sua sobrevivência. Oliveira (2000, p.87) faz uma crítica mais forte à informalidade, caracterizando-a como uma “desesperada tentativa de sobrevivência”. Sobre o setor informal, o autor afirma que “ele não é outra coisa senão o rabo do sistema brasileiro, profundamente desigual. O rabo de um sistema que tem uma das maiores concentrações de renda da economia capitalista”. (OLIVEIRA, 2000, p.87).

De acordo com dados fornecidos no ano de 2012, o Brasil é a sexta potência econômica do mundo, com a soma anual do Produto Interno Bruto (PIB) em 2,391 trilhões de dólares. Esta informação foi divulgada pelo instituto de pesquisa CEBR (*Centre for Economics and Business Research*), sediado em Londres, e corrobora com a fala de Oliveira, quando diz que o país possui grande concentração de renda, não distribuída de maneira igualitária. Esta desigualdade na renda é reforçada pelos elevados índices de informalidade.

Esta realidade começou a mudar após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. O governo petista propunha um diálogo mais aberto com as classes trabalhistas e se dispunha a modificar as práticas políticas que desfavoreciam o trabalhador até então.

Gradativamente, o governo Lula conseguiu melhorar os índices do emprego formal no Brasil. Dados fornecidos em relatório pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, via Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), descrevem o modo como está disposto os mercados de trabalho formal e informal no país. A população empregada com carteira de trabalho assinada teve um aumento de 6,8% em 2010 comparado a 2009, o que corresponde, em valores totais, a aproximadamente 720 mil novos contratos com carteira assinada. Em contrapartida, neste mesmo relatório, consta a informação que o grau de informalidade também molda processos de evolução, sendo considerado o menor valor já registrado nos últimos anos, cerca de 36,2% em dezembro de 2010.

Estes números, considerados pelo atual governo brasileiro como otimistas, são o reflexo das políticas econômicas implantadas no governo Dilma e que são herança das práticas do governo Lula, em resposta ao comportamento dos mercados frente a crises dos países europeus e à instabilidade da própria economia brasileira. Todavia, a considerada economia subterrânea ou a prática do subemprego contida na informalidade reitera um

problema central no capitalismo contemporâneo a precarização do trabalho, a subocupação e o desemprego.

Embora os números macroeconômicos registrem certo crescimento do trabalho formal, este não foi suficiente para que a estrutura ocupacional, geradora de renda, elevasse de maneira satisfatória e sustentável a oferta de empregos formais e reduzisse o grau de informalidade. Este ainda é um problema de grandes dimensões, cuja concepção abrange uma série de trabalhadores e diferentes formas de inserção no mercado de trabalho, como por exemplo, os empregos instáveis e inseguros ofertados aos jovens que estão à procura da primeira oportunidade profissional, os empregos subcontratados, indivíduos que estão na informalidade e aspiram estar em um posto de trabalho formal e os trabalhadores que atuam em empregos de condições de trabalho degradantes e precárias.

Um dos principais aspectos que favorece ao emprego precário é o fato de a maioria da mão de obra disponível não possuir qualificações especiais, que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho. Mesmo com a evolução da formalização do trabalho, os índices de elevada rotatividade, que remetem aos empregos de baixa qualificação e instáveis permanecem elevados. Estas formas mais precárias formam um contingente de trabalhadores que recorre a meios alternativos de renda, que garantam a sua subsistência.

A emergência de novas modalidades de ocupação e trabalho como, por exemplo, na forma do cooperativismo, do associativismo, dos grupos de produção para consumo próprio, modalidades estas surgidas na esteira da chamada economia solidária, torna ainda mais complexa a tarefa de entender as mudanças do capitalismo e sua relação com a informalidade. Estas iniciativas representam um regime de autogestão inserido no mundo do trabalho informal. Alguns autores dão início a esta discussão alegando que o cooperativismo é o *start* para a evolução de práticas informais para formais. Singer (2000, p. 12) alega que “a organização em cooperativa permite transformar o trabalho informal em formal e a pequena produção, fragilizada pelo tamanho reduzido das unidades, em produção em escala média e grande”. Essas iniciativas tentam elevar o número de trabalhadores dispostos a trabalhar em prol do bem coletivo por meio de uma divisão igualitária da renda, moldando uma nova configuração para as alternativas de produção e de geração de renda nas franjas do regime de acumulação capitalista.

2.4 A EMERGÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA (ES)

2.4.1 Breve introdução conceitual a respeito da Economia Solidária

As transformações econômicas, políticas e sociais desencadeadas pelo modo de produção capitalista, sobretudo nos contextos históricos de maior liberalismo econômico, influenciaram a construção de experiências alternativas de organização produtiva e social de caráter cooperativo e coletivista, em oposição direta aos princípios individualistas de acumulação privada típicos daquele modo de produção. Os empreendimentos solidários, com fundamento na livre associação, no cooperativismo e na autogestão, têm se tornado cada vez mais presentes no desenho social das economias capitalistas e, tal propositura econômica surge para as classes sociais de baixa renda como resposta à desocupação estrutural e ao empobrecimento inerentes ao desenvolvimento da sociedade capitalista de a partir do século XIX. (LAVILLE, 1994). De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), responsável pela articulação entre empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos, a economia solidária é:

fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular. (FBES, 2006, p. 3).

No mesmo sentido, embora atentando para as dificuldades de se conceber um conceito generalizado para um tema que ganha complexidade, face sua interconexão com o modo de produção capitalista, Guélin define economia solidária como:

composta de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros. (GUÉLIN, 1998, p. 13).

Diferentemente da típica organização capitalista, caracterizada pela separação da propriedade dos meios de produção e dos frutos do trabalho entre capitalista e trabalhador, na economia solidária, o capital é adquirido e distribuído de maneira igualitária pelos membros cooperados. Trabalho e capital se nivelam pelo fato de não haver níveis hierárquicos estabelecidos com o intuito de estimular os jogos de poder. As decisões são tomadas por

assembleia, pois todos são patrões e moldam o empreendimento de acordo com os valores e interesses comuns a todos. (SINGER, 2002).

Ainda segundo Singer (2000, p. 10), a economia solidária pode ser entendida como um “modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”.

Nos empreendimentos solidários há uma unificação entre a posse e a utilização dos meios de produção, que pode ser caracterizada por meio das seguintes premissas: a) os meios de produção fazem parte da propriedade social, impedindo a individualização do processo; b) o poder é destituído de maneira paritária, ou seja, o controle do empreendimento é coletivo e igualitário; c) a gestão do empreendimento é exercida pela comunidade do trabalho, por meio da qual as estratégias econômicas e os excedentes são desenvolvidos para o bem comum. (VERANO, 2001). Trata-se de um meio pelo qual a renda do trabalhador é gerada pelas relações construídas com outros trabalhadores que possuem uma mesma perspectiva de vida e profissional. Utilizando de atributos de cooperação e autogestão, estes trabalhadores lidam com questões de cunho organizacional e administrativo, só que por um ângulo ideológico e estrutural que se pauta não na geração de excedente a ser apropriado privadamente, mas na apropriação coletiva voltada para a valorização humana. Faria e Sanchez (2011) relatam que essa discussão tem ganhado espaço nas pautas gerais da sociedade nos últimos anos e afirmam que

a Economia Solidária ganhou grande expressão e espaço social nas últimas décadas, dando azo a um vasto campo de experiências e iniciativas de produção e reprodução dos meios de vida estruturados a partir da propriedade coletiva dos meios de produção, da autogestão, da solidariedade e do coletivismo. (FARIA; SANCHEZ, 2011, p. 413).

Baseada nesta abordagem, a economia solidária diz respeito às atividades econômicas organizadas coletivamente. Singer (2003, p. 116) enfatiza esta característica ao dizer que organizações econômicas solidárias têm duas especificações: “a) estimulam a solidariedade entre os membros através da prática da autogestão e, b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com especial ênfase na ajuda aos menos favorecidos”.

Para que este estímulo à solidariedade entre os trabalhadores se torne possível, faz-se necessário o engajamento de todos os envolvidos no processo de organização e gestão de um empreendimento solidário. Nesse sentido, uma das características mais presentes na

construção de uma economia solidária, e que complementa a fala de Singer, é a mobilização social que, de acordo com Gohn (2008, p. 448) é

um processo político e cultural presente em todas as formas de organização das ações coletivas. Ela tem diversos sentidos, segundo a fonte ou o campo onde se articula sua organização, ou seja, em movimentos sociais, em ONGs isoladas ou atuando em redes e por meio de políticas públicas estatais.

A autora defende que a mobilização social é composta por um processo duplo nas formas de organização, o político e o cultural. Todavia, “a dimensão do político é esquecida ou negada. E essa dimensão é o espaço possível de construção histórica, de análise da tensão existente entre os diferentes sujeitos e agentes sociopolíticos em cena”. (GOHN, 2008, p. 450). Os laços culturais unem a força de trabalho solidário, enquanto as raízes políticas são pouco disseminadas ou não fazem referência pelo grupo ao aspecto solidário da economia.

O “ser político”, dentro de uma vertente solidária da economia, ainda não é bem assimilado por seus membros. Basicamente, isto se dá pelo fato de o sentido da política ser atribuído a práticas partidárias. Toro e Werneck (2007) traduzem este “ser político” por meio da definição de mobilização social. Para os autores, a mobilização social se traduz pela participação ativa do cidadão, da organização social e da empresa nas ações da sociedade, podendo ser desempenhada de diferentes maneiras. O que se mostra claramente compreensível é que a mobilização social tem como principal ator o próprio cidadão. Este, acreditando que os meios de produção e os frutos do trabalho podem ser distribuídos e organizados coletivamente, por meio da interação com outros que partilham dos mesmos valores, promove o cooperativismo e a possibilidade de modificação das relações sociais e de trabalho.

Viver sob um regime de economia solidária é compactuar de uma mobilização social, capaz humanizar as relações de trabalho. Zanin e Gutierrez (2011) alegam que trabalhar com um regime de cooperativismo é modificar as atuais relações de trabalho. A subordinação e o isolamento dão lugar à autonomia e a colaboração, além da importância da construção de redes entre os cooperados, pois um verdadeiro regime de parceria e solidariedade é estabelecido com o objetivo de potencializar os resultados gerados pela ação coletiva de todos.

A temática de uma sociedade global em rede, mencionada por Zanin e Gutierrez, é muito bem explorada por alguns autores, como Castells (2001, 2008) e Fischer (2008) e pode ser facilmente traduzida nos moldes da economia solidária. Para Castells (2001, 2008), as

estruturas sociais são compostas a partir de redes com sistemas abertos, dinâmicos e suscetíveis de inovação. Já para Fischer (2008), o conceito de rede é mais abrangente e está ligado a um processo de desconcentração dos meios de ação e agregação de várias organizações sob um único interesse.

Em síntese, percebe-se que a disseminação dos valores e o crescimento das iniciativas de economia solidária, sobretudo nas economias periféricas, são uma resposta alternativa aos problemas gerados pelas transformações do mundo do trabalho, com o advento do capitalismo flexível. Esta prática se baseia numa ideologia de comunitarismo entre trabalhadores, capaz de mobilizá-lo socialmente, formar redes de contato com foco na autogestão e passível de gerar ações que promovam um regime de cooperativismo em prol da geração de renda e do bem comum.

2.4.2 Contextualizando a Economia Solidária

Nos países da Europa, os socialistas utópicos foram os precursores do que Singer (2001) denominou de “cooperativismo revolucionário”, segundo o qual a busca ideológica se centrava no “máximo de autonomia comunitária possível, dentro de uma reestruturação da sociedade”. (BUBER, 1945, p. 27). No contexto de reestruturação produtiva do capitalismo de final do Século XX, a disseminação dos empreendimentos solidários tem se mostrado muito mais sólida do que na Inglaterra e nos Estados Unidos do século XIX, onde as múltiplas experiências com comunidades cooperativas criadas pelas forças sindicais foram sucumbidas pela forte reação dos patrões e oposição governamental.

Na base da reemergência dos empreendimentos cooperativos de finais do século XX confluíram dois fenômenos tidos como convergentes. O primeiro deles foi a criação de movimentos contraculturais em 1960, como os ecológicos, feministas e de minoria, que estavam desacreditados das proposituras do capitalismo e até do próprio socialismo de Estado existente na época. O segundo deles decorreu da reestruturação econômica, da crise do fordismo e da acumulação flexível. A respeito do aumento do cooperativismo em função dos problemas econômicos ocasionados pelas lacunas do capitalismo, Jacob Carlos Lima (2004, p. 48) afirma que:

A reestruturação econômica a partir de 1970, com o fechamento e o deslocamento de fábricas, o declínio de regiões industriais, a abertura e a internacionalização dos mercados, o colapso do socialismo de Estado, entre outros fatores que irão compor o que chamamos de globalização, provocou a retomada do cooperativismo como alternativa ao desemprego crescente, provocando o renascimento do interesse sobre

o tema e a multiplicação de empresas cooperativas, agora consideradas em um novo momento do desenvolvimento capitalista.

Ao passo que o neoliberalismo ascende juntamente com a economia pós-fordista, trazendo com ele o rastro de crise e instabilidade que gerou elevado desemprego, as experiências solidárias em cooperativas de produção, de trabalho e de recuperação de empresas surgem como resposta aos problemas gerados pelas práticas antissociais e nenhum pouco inclusivas do capitalismo. No entanto, o poder hegemônico desse sistema atua, como argumenta Gaiger (2001, p. 31), sob uma lógica em que, “à medida que avança, o capitalismo dissolve, submete ou mantém reclusas outras formas sociais de produção. Para essas, às vezes, a única saída é adotar a base material moderna, oferecida como mercadoria, e curvar-se ao capital comercial e financeiro”. A economia solidária sobrevive, portanto, sob a lógica das trocas de mercado e articulada, embora em continua tensão e embate, com a estrutura e ideologia capitalistas.

Seu cerne, no entanto, se encontra na cooperação e na solidariedade mútua entre os membros cooperados. Este cooperativismo é uma das principais características dada aos empreendimentos solidários, cuja proposta inicial tinha caráter revolucionário, assentada nos valores sindicais dos países industrializados. O exemplo clássico, conforme descreve Singer (2001, p. 45) é encontrado na ação dos trabalhadores que faziam parte dos movimentos de barganha em prol da melhoria das condições de trabalho e se opunham às demandas do patronato inglês. Estes eram colocados pelos seus patrões em uma espécie de lista negra, que lhes negava novas oportunidades de emprego e, como forma alternativa de subsistência, recorriam aos empreendimentos solidários. Mesmo não seguindo à risca a proposta inicial, mais especificamente em seu teor revolucionário, os valores do cooperativismo fundamentam as iniciativas de economia solidária no contexto recente. Singer (2002, p. 04) reitera o seu pensamento ao afirmar que as cooperativas surgem como:

[...] tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo.

O empreendimento solidário difere da empresa de cunho essencialmente capitalista por defender a união entre a força de trabalho e a detenção dos meios de produção. Enquanto na empresa capitalista existe um poder de mando separado por níveis hierárquicos e a injeção de capital por parte dos investidores em prol da lucratividade sobre este capital

investido, na empresa solidária todos os trabalhadores possuem igual poder quanto às decisões organizacionais e ao capital a ser investido. (SINGER, 2000).

É notório que o sistema de produção capitalista, por suas próprias contradições, manifestas na desigualdade, na subordinação, na exclusão, ainda que se mostre imponente, não consegue impedir o desenvolvimento de outras formas de produção. Os empreendimentos solidários surgem em função das crises que permeiam o capital e com a intenção de organizar a produção por meios socialmente mais justos e mais democráticos. Mesmo não possuindo a hegemonia ideológica e objetiva do regime de acumulação capitalista, a economia solidária cria características peculiares a um regime social fortificado pela distribuição igualitária do poder de decisão, das estratégias organizacionais e da renda adquirida com o trabalho coletivo. Em suma, para que uma organização seja considerada economicamente solidária, faz-se necessária a aderência às práticas do cooperativismo e da autogestão, propriamente ditas. Além disso, o modo de produção social não se molda às perspectivas do capital, pois cria valores legais e institucionais específicos para o benefício do bem comum de todos os membros envolvidos neste processo.

Na América Latina como um todo, e no Brasil, mais especificamente, o fenômeno da economia solidária vem ganhando relevância face à histórica incapacidade da economia e dos Estados resolverem o problema estrutural da não inserção de vastos contingentes populacionais no mercado de trabalho regulado, base da constituição de direitos. A ampliação dos movimentos em defesa de reivindicações democráticas pela redução das desigualdades sociais e pela geração de oportunidades de emprego e de renda estão na base da emergência das iniciativas de empreendimentos solidários, sobretudo, pós década de 1990, quando também, asseverou-se o contexto de crise econômica.

2.4.3 Economia Solidária no Brasil

A dinâmica global contemporânea dos processos organizacionais e tecnológicos do capitalismo provocou a diminuição considerável das massas trabalhadoras da indústria ao mesmo passo que permitiu o crescimento de novas modalidades de emprego precário, parcial, temporário, terceirizado e subcontratado. Esse processo, mais intensamente desencadeado no Brasil a partir da implementação das políticas neoliberais da década de 1990, desestruturou o mercado de trabalho fazendo avançar e tornando muito mais complexa a fronteira do desemprego e do trabalho informal. As mudanças institucionais e econômicas criaram uma massa de pessoas “supérfluas” ao sistema, mudando a direção das discursões a respeito dos

problemas de ordem social. A luta pela diminuição da exploração do trabalho e pela expansão do emprego regulado deu lugar às perspectivas de inclusão social, independente da sua modalidade e sob formas diversas de ocupação (DUPAS, 1998, p. 121). A economia solidária seria chamada como alternativa ao desemprego e exclusão crescentes.

Segundo Singer (1999), a crise gerada pelo advento do neoliberalismo fragilizou o seu modelo econômico, criou novas alternativas de produção e solidificou a economia solidária. Isto se deu por meio da construção de alianças feitas entre a força de trabalho excedente e a influência de militantes críticos e engajados em causas que se opõem às instabilidades do sistema econômico. Com o passar dos anos, a economia solidária se reveste de novas perspectivas e tem se tornado tema central nas atuais pautas da academia, do poder público e da sociedade civil, onde se encontram presentes, de maneira recriada, os valores culturais do movimento operário que outrora asseguravam, com vivacidade, a luta pelos direitos trabalhistas.

As mais variadas formas de organização oriundas da economia solidária demonstram a diversidade de atividades alternativas às práticas capitalistas, eficazes para a promoção do bem comum apregoado por seus incentivadores. Alguns exemplos simbolizam as iniciativas como é o caso dos agricultores que recorreram às cooperativas de créditos para unificar forças contra a agroindústria criada pelo capitalismo; dos grupos de produção e compras coletivas que passam a ser utilizados como estratégia de fortalecimento de categorias e, o exemplo que serve de referência para este estudo, o caso dos catadores de materiais recicláveis, que formaram associações e cooperativas para se organizarem em redes de articulação, produção e comercialização dos recursos coletados nos lixões e em área urbana. Também na mesma categoria estão as experiências de recuperação, pelos trabalhadores, de fábricas em processo de falência, fato que ocorreu com alguma relevância nos anos 1980 e 90. Nesse processo, o papel do sindicato foi fundamental, pois as forças sindicais atuaram como representantes legais na formação de cooperativas de trabalho, geradoras de emprego e renda, além do desenvolvimento de práticas de economia solidária. O sindicato convencia os trabalhadores “a se unirem numa empresa em que todos são donos por igual, cada um com direito a um voto, empenhados solidariamente em transformar um patrimônio sucateado num novo empreendimento solvável”. (SINGER, 2002, p. 7).

Além dos sindicatos, outras entidades foram criadas para dar suporte ao desenvolvimento dos empreendimentos solidários no Brasil. Este é o caso da Associação Nacional dos Trabalhadores de Autogestão e Participação Acionária, a ANTEAG. Criada em 1994, todas as atividades da associação se voltaram para o aprimoramento de técnicas que

promovam eficácia na administração de empreendimentos autogestionários, criação de convênios entre as Secretarias Estaduais do Trabalho, capacitação técnica e promoção de estudos sobre a viabilidade socioeconômica dos seus membros.

Os grupos sociais ganharam mais força ao se mobilizarem em empreendimentos de economia solidária. A sociedade civil organizada passou a promover, de maneira ativa, os valores de uma política baseada em associativismo, pelo qual o agir coletivamente gera, numa comunidade, a possibilidade de autogestão e melhoria da qualidade de vida e renda. Sobre a perspectiva brasileira criada em torno dos grupos sociais, Maria da Glória Gohn (2008, p. 446), relata que:

No Brasil, a partir dos anos 90, a tendência dos grupos sociais organizados se articularem em redes e criarem fóruns a partir dessas redes passou a imperar como modismo, de um lado, e “exigência para sobrevivência”, de outro. À medida que o cenário da questão social se alterou, novíssimos atores ou sujeitos sociais entram em cena, como as ONGS e as entidades do Terceiro Setor; as políticas sociais públicas ganharam destaque na organização dos grupos sociais, gerando inúmeros projetos sociais de intervenção direta na realidade social.

A parte conceitual da economia solidária se torna mais abrangente e é revisitada a cada nova mobilização social feita pelos trabalhadores engajados neste processo. Todo movimento de incentivo ao compartilhamento de atribuições em prol do bem comum traz uma contribuição significativa ao conceito e reforça o desejo de mudança das estruturas socioeconômicas inerentes ao capitalismo. Scherer-Warren (1987) defende a tese de que o principal agente motivador dos movimentos sociais, trazendo para a realidade dos movimentos ligados à economia solidária, é a construção de um novo sujeito social que redefine o ambiente de cidadania no qual está inserido. É por meio destes modelos que novas formas de relações sociais, econômicas e políticas alternativas são criadas.

Os processos de flexibilização vigentes em uma sociedade neoliberal têm impulsionado estas novas formas organizacionais baseadas em empreendimentos solidários. No Brasil, esta temática ganhou força a partir da criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), quando associações e cooperativas se uniram para discutir possibilidades de transformação da sociedade e a criação de uma economia fundamentada no trabalho coletivo em que o fim é o bem comum e não a lucratividade.

Outro momento em que a história da economia solidária brasileira recebeu incentivos consideráveis foi durante o Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre no ano de 2001. Neste encontro, diversas entidades passaram a se articular em prol do fortalecimento do movimento nacional dos grupos solidários. Também foi oficializada no

FSM a formação de um Grupo de Trabalho de Economia Solidária, composto por 12 organizações e redes fortalecedoras da economia solidária. De acordo com o site do Fórum Social Mundial, deste encontro surgiram as Plenárias Nacionais de Economia Solidária. As PNES são mobilizações nacionais que buscam a integralização dos movimentos sociais, com a perspectiva de mobilizar e gerar discussões a respeito do tema perante a sociedade civil e, principalmente, o poder público.

Tais mobilizações surtiram efeito perante o Governo Federal, pois no ano de 2003 foi instituída uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego e sob o comando do economista Paul Singer. Singer passou a ser um elo entre a sociedade civil organizada em empreendimentos solidários e o poder público. Por meio deste novo campo de atuação, passam a existir outras perspectivas em relação aos direitos referentes à sociedade civil, principalmente, às classes trabalhadoras que retiram dos empreendimentos solidários o seu sustento, e os deveres que devem ser garantidos pelo Estado, pelas vias das leis e das políticas públicas.

Já no ano de 2005 constatou-se a existência de fóruns ligados a área em todos os estados brasileiros, inclusive nos estados nordestinos. As regiões norte e nordeste são consideradas as mais pobres e desiguais do Brasil. Segundo dados fornecidos em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) destas regiões corresponde a menor fatia do PIB do país, exatos 18%. Esta realidade, de baixo dinamismo econômico, de elevado desemprego e de um histórico e vasto mercado de trabalho informal na região justifica o número crescente de trabalhadores que recorrem ao trabalho informal baseados em economia solidária.

Conforme um estudo realizado pelo SEBRAE em 2007, a região nordeste é onde está concentrada a maior parte dos empreendimentos solidários, com 44% do total dos empreendimentos no país. Este dado reflete os problemas sociais e econômicos vividos pela região, mas, por outro lado, parece retratar uma tendência de criação e fortalecimento de uma cultura solidária por parte das associações e cooperativas. De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, o mapeamento das cooperativas e associações solidárias cadastra cerca 1500 novos empreendimentos a cada ano, só no nordeste. Boa parte destas organizações solidárias se concentra na forma de cooperativas e associações de materiais recicláveis.

2.4.4 A Economia Solidária nas Cooperativas de Materiais Recicláveis

Os conceitos dados para cooperativas de trabalho por autores brasileiros têm se aperfeiçoado no decorrer dos anos. Lima (1998), tendo como base a Organização das Cooperativas Brasileiras, fragmentou em dois segmentos este conceito de cooperativa: as de trabalho e as de produção industrial. Segundo o autor, nesta primeira definição encontram-se as cooperativas “pragmáticas” ou “falsas cooperativas”, onde funcionam empresas terceirizadas ou as que participam de programas estatais de geração de renda. Já o segundo grupo é composto pelas cooperativas “defensivas”, onde os trabalhadores se reúnem a partir de mobilizações sociais para manter as atividades de fábricas em situação de falência ou empreendimentos solidários que recebem ajuda de Organizações Não Governamentais (ONG’s), sindicatos ou sociedade civil, como por exemplo, as cooperativas de materiais recicláveis. Estas cooperativas de materiais recicláveis são oriundas de práticas de economia solidária.

No Brasil, especificamente, antes dos anos 1980, já se observava a existência de cooperativas de crédito, habitacional e agrícola. Todavia, a disseminação de cooperativas de produção e trabalho se deu a partir de 1985. Nos anos de 1990, pós reestruturação produtiva e implementação de políticas neoliberais, muitas empresas fecharam suas portas ou foram reerguidas graças ao empenho de trabalhadores cooperados, que abdicaram dos seus direitos trabalhistas para se tornarem patrões em um regime autogestionário. Alguns autores, como Holzmann (2001) e Nascimento (1993), relatam histórias de indústrias brasileiras que faliram ou tentaram se recuperar por meio do cooperativismo.

Holzmann (2001) narra o caso de uma fábrica de fogões localizada no Rio Grande do Sul, a Wallig. Duas cooperativas, uma mecânica e outra de fundição, surgiram a partir da suspensão das atividades da fábrica em 1984. A cooperativa de fundição era formada por trabalhadores com menos grau de instrução, enquanto a mecânica era composta por trabalhadores qualificados. Este foi um dos fatores que fez com que esta última cooperativa fosse a única a permanecer funcionando após concessão dos prédios adquirida em juízo no ano de 1991. Percebeu-se, neste caso, um melhor desempenho econômico e a anuência dos trabalhadores qualificados para com a cooperativa, o que a fez continuar suas atividades.

Práticas de economia solidária também permearam a experiência frustrada de uma tentativa de recuperação fabril da Tecelagem Mandacaru, em João Pessoa. O Estado, em resposta a uma intensa mobilização social dos trabalhadores, assumiu as atividades da fábrica, mas, por conta de problemas com o obsoletismo dos equipamentos, a falta de uma cultura de

associativismo e percalços com a logística e comercialização dos produtos, o empreendimento solidário acabou por fechar as portas em 1990. (NASCIMENTO, 1993).

Este exemplo de insucesso de cooperativismo citado acima descreve uma das grandes dificuldades dos empreendimentos que possuem como orientação a economia solidária: a gestão. Com relação às cooperativas de materiais recicláveis, especificamente, Zanin e Mônaco (2008) endossam este argumento ao afirmar que existem deficiências nestes empreendimentos pela falta de conhecimento dos processos que envolvem os materiais recicláveis. Segundos os autores, os problemas surgem pela:

falta de entendimento da cadeia produtiva da reciclagem, principalmente no que diz respeito aos atores envolvidos e os papéis que eles desempenham na cadeia, a jusante e a montante da atividade dos catadores; e o desconhecimento do ambiente dos negócios e das tecnologias existentes. (ZANIN e MÔNACO, 2008, p. 105).

Alguns autores fazem uma crítica mais profunda a respeito dos problemas enfrentados pelas cooperativas. Singer (2004) afirma que as dificuldades existentes nas relações de trabalho dos empreendimentos solidários não são, em si, culpa das cooperativas, mas do desemprego em massa, que faz com que os trabalhadores se submetam a condições precárias de trabalho e remuneração, seja direta ou não.

No caso das cooperativas de materiais recicláveis, Lima (2005, p. 34) atribui responsabilidades a todos os envolvidos no processo de administração dos resíduos sólidos ao afirmar que problemas de gestão dos resíduos não são exclusividade das cooperativas, mas também do poder público. De acordo com a sua concepção, em quase sua totalidade, inexistiu um “Modelo de Gestão Integral de Resíduos Sólidos” e como consequência disto, o seu gerenciamento é executado mediante as operações diárias e rotineiras, sem planejamento e sem nenhum controle.

Algumas dificuldades estruturais e técnicas demonstram claramente a incapacidade do poder público quando o assunto é apoio às cooperativas e associações. De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), ainda não existem leis mais específicas que atendam às atuais necessidades relacionadas ao fomento das cooperativas e associações que trabalham com os resíduos sólidos no país. Isto permite que os preços cobrados por atravessadores, por exemplo, não equivalham aos esforços da mão de obra do catador e ao preço real da matéria-prima coletada.

Para Gonçalves (2003), não há dúvidas quanto à importância das cooperativas. Todavia, este autor considera que o tema deve ser abordado com cuidados, pois os catadores

têm dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho e estão em um meio suscetível a grande exploração econômica, social e política. Dagnino (2006) complementa esta ideia ao afirmar que

o problema não é apenas de organização do processo de trabalho, como supõe a maior parte dos autores que abordam essa questão a partir da perspectiva da Economia Solidária e da autogestão. Mas é da tecnologia *latu senso*... Não basta que o empreendimento seja de cooperados e nem que adote a autogestão. É necessário que disponha de Tecnologia Social. (DAGNINO, 2006, p. 195).

Estas são constatações que tornam evidentes a fragilidade e a precariedade dos empreendimentos solidários. Rutkowski e Lianza (2004) especificam estes aspectos ao abordarem as dificuldades específicas das cooperativas e associações, como a falta de procedimentos efetivos de autogestão no cotidiano, nas formas solidárias e eficientes de se produzir riqueza em práticas referentes a empreendimentos cuja base é a Economia Solidária. Para os autores, fatores como planejamento, organização, liderança e controle são fundamentais para a melhoria e o aprimoramento das práticas até então utilizadas, diminuindo ou extinguindo fatores de ordem precária existentes nas cooperativas.

Um fator importante que contribuiu para o aprimoramento das atividades das cooperativas de materiais recicláveis no Brasil foi a Lei 12.305/2010, que incorpora valores e princípios da economia solidária. Trata-se de uma ferramenta importante para o diálogo social e o fortalecimento da autogestão, fundamentais no cooperativismo. O artigo primeiro da Lei 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e estabelece seus princípios, objetivos e instrumentos, assim como as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e os instrumentos econômicos aplicáveis.

Esta lei foi instituída com o propósito de regulamentar o setor em todo o país, cobrindo áreas que dizem respeito ao Estado, às regiões metropolitanas e às microrregiões brasileiras. Cada município passa a ser responsável por cumprir a lei, devendo, inclusive, extinguir todos os seus lixões até o ano de 2014 e substituí-los por aterros sanitários. Na Seção IV, no Art. 18 (Lei 12.305/2010), estão dispostas atribuições do poder público para a manutenção dos recursos em prol das novas práticas relacionadas aos resíduos, onde:

A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para

serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

Trata-se de suporte aos atores sociais envolvidos no processo de coleta dos materiais recicláveis e reconhece o valor dos empreendimentos solidários, onde uma cooperativa ou associação é caracterizada como a união de pessoas que desejam sair do estado de desemprego e almejam viver sob um sistema considerado independente, autogestionário, democrático e coletivo, capaz de aliar interesses sociais e econômicos.

A cadeia de reciclagem ganhou forma com o passar dos anos, promovendo, inclusive, a categorização da mão de obra nas cooperativas. Zanin e Gutierrez (2011) afirmam que, na perspectiva econômica, a reciclagem detém uma cadeia produtiva com forma piramidal, dividida em três níveis. A base desta pirâmide é composta por catadores informais e empreendimentos coletivos; no segundo nível estão os sucateiros e empresas beneficiadoras e, no topo da pirâmide, as empresas de reciclagem propriamente ditas.

Tendo como uma das principais características a participação ativa de todos os envolvidos, desde o processo de tomada de decisão até a divisão dos lucros, as cooperativas são uma “alternativa para a humanização e formalização do trabalho dos catadores junto aos sistemas de coleta de resíduos, nos quais estes exercem atividades de coleta, triagem de resíduos sólidos e comercialização”. (ZANIN; MÔNACO, 2008, p. 39). Os autores acrescentam que

essas cooperativas de catadores desempenham importante papel na gestão ambientalmente sustentável dos resíduos, pois articulam a etapa de descarte à incorporação destes no mercado da reciclagem, evitando que as sobras de muitas atividades humanas sejam destinadas a aterros e lixões. (ZANIN; MÔNACO, 2008, p. 102).

Gonçalves (2003) complementa estas falas de Zanin e Mônaco ao dizer que as principais funções das cooperativas de materiais recicláveis são coletar, beneficiar e comercializar os recicláveis, gerando trabalho e renda. Trata-se de uma estratégia emergencial para a solução de problemas crônicos, como a falta de emprego e condições adequadas de subsistência.

Diante do exposto neste referencial e da escassez de estudos empíricos no tema referente a região nordeste e ao Estado da Paraíba, pretendeu-se investigar, no ambiente proposto, como está disposta a organização do trabalho coletivo e a dinâmica da cooperação em uma cooperativa de materiais recicláveis de Campina Grande-PB. Na seção seguinte, será assinalado o ambiente da pesquisa a ser explorado.

III ASPECTOS METODOLÓGICOS

A construção do conhecimento pode ser justificada por duas perspectivas, a da razão e a da emoção. Na perspectiva da razão, o pensamento cria relações, traduz concepções e transforma em conceitos. Enquanto na emoção, as sensíveis experiências são adquiridas por meio de percepções e processos intuitivos.

Independente de se originar na razão ou emoção, o homem capta estas perspectivas de acordo com os seus valores, crenças e sua visão de mundo. Segundo Vera Rudge Werneck (1967), para que um homem viva plenamente a sua condição humana, os valores são tidos como o sentimento da vida. Estes valores são imprescindíveis para a determinação do paradigma a ser utilizado pelo pesquisador e para validação de novos conceitos geradores de conhecimento.

Com relação à validação do conhecimento científico, Chalmers (1993, p. 41), diz que este “não é conhecimento comprovado”. Todavia, na concepção do autor:

[...] representa conhecimento que é, provavelmente, verdadeiro, quanto maior for o número de observações formando a base de uma indução e maior a variedade de condições sob as quais essas observações são feitas, maior será a probabilidade de que as generalizações resultantes sejam verdadeiras.

O conhecimento científico é uma das formas mais ricas de se obter a verdade. Verdade esta, que se replica na academia, por meio das instituições de ensino e na sociedade civil, por meio das práticas. Japiassu (1977, p. 15), diz que “É considerado saber, hoje em dia, todo um conjunto de conhecimentos metodicamente adquiridos, mais ou menos sistematicamente organizados, susceptíveis de serem transmitidos por um processo pedagógico de ensino”.

Trata-se de uma via de mão dupla, onde a teoria e a prática conversam numa sinfonia afinada, mas não numa uniformidade regrada à rigidez de processos de aprendizagem. Sobre os processos de aquisição do conhecimento e novas estruturas de aprendizagem, Piaget (2002, p.51), afirma “que não há processos em sentido único, visto que se uma forma operatória é sempre necessária para estruturar os conteúdos, estes podem frequentemente favorecer a construção de novas estruturas adequadas”.

Para se entender um fenômeno e tornar suas análises verdadeiras, faz-se necessária a compreensão de uma determinada realidade. O conhecimento desta realidade não se dá apenas pela estruturação do pensamento, mas, também, pela reflexão crítica imbuída de

conhecimento acumulado. (QUIROGA, 1991). O estudo aprofundado para a produção do conhecimento envolve concretamente um objeto. (IANNI, 1988). Em síntese, o acúmulo do conhecimento explica com profundidade, e em síntese, o pensamento concreto.

3.1 NATUREZA DA PESQUISA E ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO

A escolha metodológica que se alinhe a pressupostos teóricos, ontológicos ou epistemológicos do pesquisador é fundamental para a construção de uma linha de raciocínio coerente, capaz de solucionar a problemática e os objetivos propostos em todo e qualquer estudo.

Diante da multiplicidade de abordagens metodológicas disponíveis, este estudo seguiu um delineamento baseado numa abordagem qualitativa, cujos aspectos e experiências pessoais se justificam por questões de subjetividade e complexidade. Merriam (2002, *apud* GODOI; BALSINI, 2006, p. 94), relata que pesquisadores qualitativos seguem esta lógica para a compreensão dos significados construídos pelas pessoas e como elas criam e dão sentido às experiências de mundo vivenciadas.

O encadeamento da pesquisa teve como norte os pressupostos de Burrell e Morgan (1979), balizados no paradigma interpretativo e com uma epistemologia dialética. Esta, por sua vez, vislumbra o mundo por uma ótica onde os conflitos e contradições se fazem presentes e realçam a análise das constatações subjetivas por meio de uma abordagem metodológica ideográfica.

Para o alcance do objetivo proposto, realizou-se um estudo de caráter exploratório, observacional, que, segundo Vergara (2008, p. 47), é realizado “em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”. Gil (2006, p. 41) afirma que as pesquisas exploratórias “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. O estudo realizado também se enquadra sob a forma de pesquisa descritiva, que tem “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento das relações entre variáveis” (GIL, 2006, p. 42).

Quanto aos meios, esta pesquisa recebeu o suporte documental e bibliográfico. De acordo com Vergara (2008, p. 47), a pesquisa bibliográfica é o “estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”. Também foi realizada uma pesquisa de campo que, de acordo com a visão de Gil (2006, p. 53), o estudo “[...] procura muito mais o

aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis”.

3.2 O CONTEXTO E OS SUJEITOS DA PESQUISA

Diante das transformações no mundo do trabalho e do aumento dos empreendimentos solidários, cuja base se encontra na informalidade, o contexto da pesquisa se deu na cooperativa de materiais recicláveis mais antiga do Estado da Paraíba, a COTRAMARE.

Fundada por representantes da igreja católica e por um grupo de professores e estudantes da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, no ano de 2001 e localizada na cidade de Campina Grande, a Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis vem construindo sua história na cidade, transformando a vida de seus cooperados, antes condicionados à catação no lixão da cidade e desenvolvendo na população campinense a importância da coleta seletiva.

Os sujeitos da pesquisa são os catadores de materiais recicláveis cooperados na COTRAMARE. Atualmente o número de cooperados é de 11, divididos de maneira praticamente igualitária em termos de gênero. Nove colaboradores se dispuseram a responder ao roteiro de entrevistas. Outro sujeito deste estudo foi a representante da Cáritas Diocesana de Campina Grande-PB, Ana Virginia Rocha de Almeida Guimarães, responsável pela execução do projeto que promove o fortalecimento do associativismo e cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis no Estado da Paraíba.

Importante salientar que os nomes de todos os sujeitos da pesquisa são mencionados no decorrer do estudo pelo fato de haver liberação prévia fornecida via vídeo e via termo autorização escrito, permitindo o uso de imagem para fins correspondentes à pesquisa.

3.3 A ETNOGRAFIA ENQUANTO ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Um primeiro contato com a cooperativa já foi efetivado pelo autor como experiência etnográfica, cujo produto foi apresentado em dois eventos acadêmicos da área. A estratégia de pesquisa utilizada neste estudo empírico foi de cunho etnográfico. A imersão do pesquisador no campo foi utilizada como suporte para a compreensão da dinâmica que permeia a organização da cooperativa. Para que esta compreensão fosse possível, foram

utilizadas duas técnicas características de pesquisas etnográficas: a observação não participante e o diário de campo. Todas as impressões foram coletadas por meio de uma série de vídeos que serviram como testemunho para a construção desta pesquisa. O estudo etnográfico na concepção de Godoy:

abrange a descrição dos eventos que ocorrem na vida de um grupo (com especial atenção para estruturas sociais e o comportamento dos indivíduos enquanto membros do grupo) e a interpretação do significado desses eventos para a cultura do grupo. (GODOY, 1995, p. 28).

Inicialmente, a etnografia foi utilizada como fonte de análise para investigação de comunidades e tribos não ocidentais. Não se estudavam organizações com base neste método. Todavia, a partir das décadas de 20 e 30, a Escola de Chicago inovou seus conceitos ao pesquisar qualitativamente os estudos sobre grupos de indivíduos. (DENZIN E LINCOLN, 2000). De acordo com Sousa Santos (1988, p. 22), muitos pesquisadores organizacionais não utilizavam a etnografia em seus escritos pelo fato de suas atribuições enquanto ciência adquirirem características de uma postura antipositivista e no ideário de uma tradição filosófica da fenomenologia.

O processo de cunho etnográfico deste estudo se deu em dois momentos. No primeiro deles, o pesquisador iniciou seus contatos via e-mail e telefone com Ana Virginia Rocha de Almeida Guimarães, uma das organizadoras do projeto inicial da cooperativa e atual responsável pela execução do projeto que promove o fortalecimento do associativismo e cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis no Estado da Paraíba. Num destes contatos foi passado um *release* com a história da criação, práticas implementadas pela atual gestão e as perspectivas futuras da cooperativa. A Ana foi a mediadora responsável pelo contato direto do pesquisador com o grupo de cooperados da COTRAMARE.

Logo em seguida, o pesquisador fez o reconhecimento do campo de estudo em um evento promovido pelas entidades de financiamento, coordenação e execução do projeto CATAFORTE – Fortalecimento e Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis. No dia 15 de outubro de 2011, no município de Cabedelo – região metropolitana da capital paraibana, João Pessoa, ocorreu o encerramento das atividades de formação e assistência técnica e diplomação de cerca de 200 catadores inscritos do Estado.

Antes do período da etnografia em si, foi realizada uma visita ao grupo de catadores na cooperativa de materiais recicláveis onde os mesmos atuam. O contato direto entre pesquisador e pesquisados possibilitou a criação de um vínculo inicial de diálogo e

confiança. Os membros da COTRAMARE aceitaram ser objeto de estudo e colaborar com a pesquisa de maneira muito amistosa. Sobre a reflexão gerada nestes contados, Andion e Serva (2006, p.154) defendem que “na etnografia, a reflexividade é realizada pela ida e volta constantes ao universo do eu (pesquisador) e do outro (pesquisado)” (2006, p. 154).

Entre os dias 19 e 29 de dezembro de 2011 foi realizado o segundo momento, a etnografia propriamente dita. O pesquisador imergiu no campo e se tornou um dos catadores de materiais recicláveis da COTRAMARE, cooperativa mais antiga no Estado da Paraíba. Os hábitos e costumes do trabalho de um catador durante este período foram sendo experimentados pelo pesquisador de maneira gradativa e contínua.

Os cooperados entenderam tão bem a proposta de estudo que não hesitaram em delegar atribuições comuns a todos já no primeiro dia de atividades do pesquisador. Foram coletados materiais recicláveis nas casas que possuíam o selo do “amigo do catador”, foram feitas a separação e prensa do material de acordo com a classificação (plástico, pet, ferro, alumínio, papel), dentre outras funções. Situações de descontração e conflito foram sutilmente acontecendo já durante as primeiras horas de contato direto. Com base nestas percepções Silva (2000, p. 66), constata que:

O empreendimento etnográfico se situa sempre além das possíveis limitações de métodos e técnicas de pesquisa, porque os antropólogos aprendem no campo que as anotações nos diários, as imagens “congeladas” nas fotografias ou “revividas” nas fitas de vídeo cassete e os registros que se disse, cantou ou rezou são frágeis fios de Ariadne que precariamente ajudam a não nos perdemos nos labirintos da cultura do outro, mas que em si mesmo pouco revelam sobre as experiências vividas nos caminhos percorridos nesse labirinto.

A experiência de cunho etnográfico foi fundamental para esta proposta de estudo, representando um avanço ao estabelecer encontros específicos, acontecimentos e compreensões de um determinado contexto. (TEDLOCK, 2000). Contexto este, que diz respeito a eventos que ocorrem na vida de um grupo, como consequências da ação dos indivíduos no interior desse grupo.

Outra técnica utilizada durante a etnografia foi a observação participante. Ou seja, o pesquisador foi até a cooperativa de materiais recicláveis e se tornou um dos catadores da COTRAMARE no período de 10 dias. Houve uma interação direta e constante durante o período de funcionamento da cooperativa nestes 10 dias da experiência. O pesquisador dialogava o tempo inteiro com os catadores, buscava meio que realizar o trabalho e discutia a respeito dos conflitos existentes no interior da organização. Esta experiência possibilitou ao pesquisador a apropriação da realidade vivida pelo grupo, sendo uma técnica que concede ao

pesquisador a aptidão para escrever e interpretar as práticas existentes neste grupo e no campo (TEN HAVE, 2004). O olhar com tom de observação permeou todo o processo etnográfico e confirmou as falas de Francis e Hester (2004, p. 26), ao defenderem que as “observações não são o fim da investigação, elas são o início para o que é chamado de ‘análise constitutiva’”.

A técnica que propõe o arquivamento das impressões obtidas durante a etnografia e que fecha o tripé dos instrumentos e coleta de dados deste estudo é o diário de campo. Num registro feito em vídeos, foram captadas em diversos momentos da experiência e ao final de cada dia as impressões que mais chamaram a atenção do pesquisador durante o processo, que é “essencial e constitui uma das características mais conhecidas do método antropológico”. (ANDION E SERVA, 2006, p. 163). Esta experiência de cunho etnográfico facilitou o acesso aos sujeitos da pesquisa.

3.4 INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS

Algumas técnicas de instrumentos e coleta de dados são primordiais para que determinado fenômeno seja estudado. Segundo Andion e Serva (2006, p. 163), estes meios “[...] podem enriquecer a análise que o pesquisador se propõe a empreender”.

A entrevista é uma das técnicas mais populares utilizadas em uma pesquisa qualitativa por se tratar de uma maneira eficaz de se encontrar respostas, ser “um caminho de conhecimento”. (SEIDMAN, 1997, p. 1). Visão também compartilhada por Demo (2002, p. 291), ao dizer que esta é “cabível quando se necessita conhecer o ponto de vista de alguém sobre algo”.

Fontana e Frey (2000, *apud* GODOI; Mattos, 2006, p. 301), defendem que a entrevista privilegia o seu espaço na discussão epistemológica pelo fato de “[...] cientistas sociais costumarem reconhecer as entrevistas como encontros interacionais e que a dinâmica social da entrevista pode determinar a natureza do conhecimento gerado”.

Durante o período em que foi realizada a etnografia, o pesquisador entrevistou os sujeitos envolvidos na pesquisa para o aprofundamento no campo e para conhecer um pouco a história de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis da COTRAMARE. A maior parte das entrevistas foi feita e registrada em vídeo durante a execução das catações, no meio da rua, ou durante a separação do material coletado, no galpão alugado pela cooperativa. Todavia, foi realizada uma segunda série de entrevistas de cunho semiestruturado, com foco aprofundado no objetivo de estudo, que **é investigar a estrutura e as regras de cooperação como fatores geradores de renda em uma cooperativa de materiais recicláveis de**

Campina Grande-PB. Este segundo momento, em que outras entrevistas foram realizadas junto aos catadores, possibilitou que novas impressões, mais precisas e dinâmicas fossem captadas. Os catadores se sentiram muito mais à vontade para relatar os seus anseios, angústias, decepções e objetivos de vida.

Para que este objetivo fosse atendido, o pesquisador buscou, por meio dos seus instrumentos de coleta de dados, a entrevista e a observação, descrever a estrutura e a organização do trabalho na cooperativa; identificar o perfil dos catadores e as regras de entrada e permanência na cooperativa; conhecer a dinâmica da cooperação e da interação social; com foco nos mecanismos que constroem a participação; buscou-se também caracterizar o padrão de condições de trabalho e de renda dos catadores. Nesta proposta de instrumento de coleta de informação, dois roteiros de entrevista serviram de base para a compreensão do fenômeno. Todavia, o pesquisador não se prendeu a eles como uma camisa de força, deixando os entrevistados à vontade para falarem.

3.5 TRATAMENTO DOS DADOS

Uma das principais características que norteou este estudo empírico qualitativo foi o desejo pela compreensão de um fenômeno inserido em um determinado contexto social. Para que isto se torne possível, faz-se necessário o entendimento sobre o que é cultura e o papel desta cultura nas organizações. Santos (1987, p. 20) atribui duas concepções à cultura, “a primeira concepção de cultura remete a todos os aspectos de uma realidade social; a segunda refere-se mais especificamente ao conhecimento, às ideias e crenças de um povo”.

Esse conjunto de concepções a respeito de cultura refletem as interrelações entre seus sujeitos e produzem falas replicadas por meio de um discurso. Trata-se de uma abordagem complexa e que merece do pesquisador atenção redobrada, quanto à sua análise.

A codificação dos dados desta pesquisa foi feita via análise dos discursos dos sujeitos deste estudo, com base na transformação do mundo do trabalho e nos conceitos e contextos a respeito do Trabalho Informal e Economia Solidária. Análise que buscou organizar e reconstruir os sentidos do discurso em uma determinada situação, neste caso, os sentidos produzidos nas falas dos catadores de materiais recicláveis da COTRAMARE. Sobre este sentido, Fernanda Mussalim (2004, p. 123), diz que a “Análise do Discurso considera como parte constitutiva do sentido o contexto histórico-social”.

Analisar o discurso é contemplar a fala dos sujeitos produzindo sentidos inerentes às suas atividades sociais. (FERNANDES, 2008). Para que esta contemplação produza um

entendimento coerente, será analisado, inclusive, o silêncio existente no discurso dos entrevistados. A reflexão do silêncio mostra a complexidade do discurso, onde poderão ser encontrados reflexos de contradição da produção de sentidos entre o que foi e não foi dito. (ORLANDI, 1997).

A interpretação dos discursos proferidos pelos sujeitos da pesquisa foi, em sua maioria, feita à luz da literatura reunida. No que se refere às limitações da pesquisa, o cuidado será redobrado quanto à neutralidade científica e à fidedignidade da interpretação dos dados.

Este é um processo delicado, que requer do pesquisador o rigor dos fundamentos teóricos que dizem respeito ao modo como se analisar um discurso. O fato de a análise desse discurso ser complexa e plural está claro na fala de Godoi (2006, p. 398), ao dizer que são necessárias ferramentas metodológicas sofisticadas, “capazes de tanto interpretar as mensagens explícitas quanto desvendar os sentidos ocultos, silêncios ou omissões”. Com estes cuidados tomados, serão evitadas interpretações de cunho pessoal e parcialidade conceitual no momento da análise.

IV COTRAMARE: conflitos e contradições de um empreendimento solidário

Esta seção está voltada para reflexão a respeito dos argumentos dos entrevistados, fazendo as devidas conexões com o referencial teórico estudado. Localizada na cidade de Campina Grande, a COTRAMARE – Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis Ltda., é a mais antiga cooperativa de materiais recicláveis do Estado da Paraíba. Atualmente, conta com a participação de 11 catadores (06 mulheres e 05 homens), dos quais 09 se disponibilizaram a participar das entrevistas. Também foi realizada uma entrevista com uma das organizadoras do projeto inicial da cooperativa e atual responsável pela execução do projeto que promove o fortalecimento do associativismo e cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis no Estado da Paraíba. A seguir, apresentamos a análise e a compreensão dos principais relatos que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

4.1 Estrutura, organização e as condições de trabalho da COTRAMARE

Idealizada e formatada por um grupo de representantes da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Cáritas Diocesana, entidade da igreja católica, a COTRAMARE surge como um dos principais projetos de implementação da coleta seletiva dos materiais recicláveis no Estado da Paraíba. Este é um exemplo clássico do que Lima (1998) atribui às cooperativas defensivas, onde trabalhadores se reúnem por meio de mobilizações sociais para a criação de empreendimentos solidários.

Trata-se um trabalho baseado em economia solidária, cujas responsabilidades são atribuídas de maneira igualitária entre os seus membros, mesmo que haja a figura central de um presidente na cooperativa. O papel da liderança em um grupo como este serve para equilibrar as relações entre os catadores e os grupos de apoio, os atravessadores e a sociedade em geral. A liderança em uma cooperativa pode ser mais bem representada por meio do pensamento de Fraser (2001, p. 252), quando relata que tal perspectiva reforça os “padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, a fim de alterar todas as percepções de individualidade”.

Este empreendimento solidário é fruto de um projeto acadêmico desenvolvido pela então aluna do curso de Serviço Social da UFCG, Ana Virginia Rocha de Almeida Guimarães. Todavia, segundo relatos da própria Ana, a mudança social na vida dos catadores que trabalhavam no lixão da cidade começou a partir das obras filantrópicas realizadas pelo padre Vicente, um dos párocos de Campina Grande nos anos 2000. De acordo com a narração

da Ana, o “padre Vicente fazia um trabalho junto com algumas pessoas da igreja, de apoio, distribuía alimento e começou também um trabalho de... (pausa) Fez tipo um barraquinho lá mesmo (no lixão) pra começar a atividade de sala de aula com eles, alfabetização desses catadores”. Além da alfabetização, procurou-se mostrar aos catadores o valor da coleta seletiva solidária para o aprimoramento do seu trabalho e para a construção de uma sociedade ecologicamente consciente.

O padre Vicente foi o principal interlocutor entre os trabalhadores do lixão e a comunidade acadêmica, na pessoa da Ana Virgínia. Para que fosse bem implementado, o projeto de coleta seletiva necessitava da criação de uma cultura solidária, capaz de gerar reflexão, empenho e adesão por parte dos catadores. Como este número de catadores era bem elevado, cerca de 400, as pessoas escolhidas para o desenvolvimento do projeto piloto foram os catadores pertencentes ao projeto de alfabetização do padre Vicente.

Fundada no ano de 2001, inicialmente em um galpão no próprio lixão da cidade de Campina Grande-PB, a COTRAMARE foi criada com o intuito de retirar os catadores do lixão com o passar do tempo e desenvolver a coleta seletiva na cidade, organizando os catadores de materiais recicláveis em rede. A estrutura física era muito simples, pois o grupo de apoio não havia angariado fundos suficientes para a construção de uma cooperativa que atendesse as necessidades de todos os catadores. Além do galpão, havia uma balança, uma prensa e uma sala de aula onde todos os conhecimentos sobre a coleta seletiva eram repassados. Eles já tinham um conhecimento prévio do tema de Economia Solidária, dado pelo padre Vicente, e estavam mais abertos à proposta da Ana.

Atualmente, a Ana Virgínia é representante da Cáritas Diocesana de Campina Grande-PB, responsável pela execução do CATAFORTE no Estado da Paraíba. Um projeto nacional, com recursos do Ministério do Trabalho, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, e com gerenciamento da Fundação Banco do Brasil, o CATAFORTE tem por objetivo o desenvolvimento de quatro ações para com os catadores: formação para temas voltados às suas atividades, ações de assistência técnica às organizações de catadores, mobilização para a implantação da política nacional de resíduos sólidos e a construção de um plano de atuação em rede de catadores, em nível local, estadual, regional e nacional. Na Paraíba, cerca de 200 catadores fizeram parte deste importante projeto de fortalecimento das práticas de economia solidária nas cooperativas de materiais recicláveis do Estado.

Este projeto oferece um suporte material, didático, conceitual e prático para os catadores que desejam organizar as atividades da cooperativa da qual fazem parte, desde as

instalações, passando pelas normas técnicas e jurídicas, até o desenvolvimento e a reiteração do sentimento maior que envolve o cooperativismo, que é a coletividade e a busca constante pelo bem comum. A COTRAMARE foi uma das participantes do Projeto CATAFORTE e muito do que foi demonstrado durante os dias em que os catadores paraibanos estiveram reunidos foi absorvido pela cooperativa. Segundo seus membros, é por meio de tais objetivos que a cooperativa faz a sua história baseada nos preceitos da economia solidária.

Na visão de Guélin (1998), a economia solidária é composta por organismos produtores de bens e serviços, mas o poder não é hierarquizado e a participação dos indivíduos não tem como fim a lucratividade. Mesmo com o suporte oferecido pelos voluntários do projeto, a continuidade das atividades e o poder decisório são comandados pelos próprios catadores, que nem sempre possuem um conhecimento apurado quanto à gestão dos recursos, administração da renda e da própria estrutura da cooperativa.

No caso da COTRAMARE, foi elaborado pelos voluntários da UFCG e da Cáritas Diocesana um regimento com normas e regras que devem ser seguidas pelos catadores. Este regimento interno serve como agente norteador das atividades diárias da cooperativa, como os planos e as políticas de desenvolvimento do empreendimento e orienta quanto ao que é permissivo ou não na rotina da cooperativa. Como exemplo, tem-se: cada catador deve zelar pelos equipamentos existentes, usar fardamento e cumprir os horários de funcionamento da cooperativa. Porém, de acordo com a atual presidenta da COTRAMARE, Lucicleide do Nascimento (39 anos), a principal regra para quem quer se tornar um cooperado é

a pessoa ser cooperada, seja catador, entendeu? Que seja de catador pra catador. E que (pausa) não deva a justiça. Que [...] (pausa) Como é que se diz mais [...]. A gente tem um regimento interno da cooperativa, da cooperativa mesmo e a regra é seguir o regimento.

Este tipo de regimento também é encontrado em empresas com fins lucrativos, só que nas empresas de economia solidária, todos os trabalhadores possuem igual poder quanto às decisões organizacionais e ao capital investido, como bem esclarece Singer (2000), em sua literatura. Neste tipo de documento, são fornecidas diversas instruções em prol do bom funcionamento da cooperativa, como horário de funcionamento, pontos de coleta, responsabilidades e atribuições de cada membro cooperado, e, inclusive, os pré-requisitos básicos para o ingresso do catador.

A questão do ingresso de novas pessoas na COTRAMARE vai ao encontro dos princípios das organizações baseadas em economia solidária, como a valorização do ser

humano e a distribuição igualitária de renda e riquezas. A decisão de quem entra e quem sai da cooperativa é decidida em assembleia, quando todos estão reunidos. Obviamente que, quem tem mais tempo de casa acaba influenciado neste tipo de decisão. A respeito de como conheceram a COTRAMARE, os catadores relatam:

A cooperativa formou-se lá no lixão, aí do lixão ela veio pra cá. Já teve uns problema, aí botaram aqui a cooperativa, aí de lá nós viemos pra cá. Nós já trabalhava pra vender na cooperativa lá. (Rita Luiz da Silva – 64 anos).

Vim junto com a minha mãe pra cá. Chegou o Projeto CATAFORTE, fizemos o projeto e estamos até hoje. É o seguinte, era no lixão a cooperativa, era como se fosse uma associação. Aí depois teve uma ideia de montar uma cooperativa lá no lixão, né? Aí de lá não deu certo, viemos pra cá. Aí tamo até hoje aqui. (Alciete Luiz da Silva – 28 anos).

Através do lixão mesmo. Nós trabalhava no lixão, aí me trouxeram pra cooperativa. (Carlos Antônio Ferreira – 55 anos).

Pelo companheiro. (Sr. Antônio, outro catador cooperado o convidou para fazer parte da cooperativa). (Manoel de Batista Costa – 40 anos).

Lucicleide... sempre eu via eles catando lá pelo Catolé (bairro da cidade de Campina Grande), aí eu conversando com ela, ela me chamou pra vim fazer uma experiência aqui. Quando eu cheguei aqui, elas me ensinaram o trabalho que elas faz, e eu aprendi e tô aqui até hoje. (Diana Kaline dos Santos – 39 anos).

Eu já conhecia a diretora (Lucicleide do Nascimento) de uma reunião que a gente fez em João Pessoa. (Projeto CATAFORTE). Aí, tava ela e o marido dela, aí eu conheci eles lá. Aí quando eu vi ela aqui, eu passava e perguntava a ela se tinha uma vaga pra mim. Aí ela: - Quando surgir, eu falo pra você. Surgiu, aí ela mandou me chamar. (Elizete Maria de Sousa – 42 anos).

Cabe atentar para o fato de como os laços de parentesco, amizade e aqueles estabelecidos nas redes sociais criadas a partir mesmo do trabalho e da condição de catador são importantes na definição dos que ingressam na cooperativa. Os depoimentos elucidam nesse sentido, destacando a informalidade das relações.

Apesar de haver um regimento interno que doutrina os catadores e os coloca em condições de igualdade no interior da cooperativa, a influência da presidenta sobre os cooperados lhe dá autonomia para determinadas atitudes, como esta de convidar uma nova catadora para fazer parte da COTRAMARE. Por ela ser mais articulada com as instituições de apoio, os demais catadores confiam em seu poder de decisão. Todavia, quando é preciso se discutir algo em maior proporção, reuniões são realizadas no próprio ambiente de trabalho. O diálogo é uma marca constante em todo este processo.

Uma das estratégias da política pública pensada pela SENAES para integrar os empreendimentos de economia solidária com fins de gerar renda e do combate ao desemprego

em massa é a formação de grupos sociais organizados em rede, uma estratégia que responde à “exigência para a sobrevivência”, como bem argumenta Gohn (2008). Muitas das atividades que dão vida a esses empreendimentos carecem de uma regulamentação profissional, como vimos no referencial quanto ao caso dos catadores. A regulamentação, iniciativa que as redes podem favorecer e fortalecer, poderia ser um caminho para o reconhecimento e a valorização da atividade dos catadores de lixo e por onde eles poderiam construir ou embasar o sentimento de uma identidade ligada ao trabalho capaz de facilitar sua organização política e um maior reconhecimento social.

Coutinho (2004) vai mais longe e argumenta que este é o modelo de trabalho que deveria ser considerado uma profissão não atrelada diretamente às necessidades de sobrevivência. Para a autora, a conotação investida poderia ser a de cunho econômico, cujo fim é a renda, e que facilitaria a construção de uma identidade do trabalhador que retira do material reciclável o seu sustento. Essa seria, a depender da capacidade organizativa das associações e de sua pressão sobre o Estado, uma verdadeira conquista, sobretudo quando se considera o elo final da cadeia produtiva que a coleta de material reciclável atende: grandes empresas capitalistas. Essas poderiam melhor remunerar, e diretamente, sem a influência dos intermediários, as associações de catadores. A realidade da CONTRAMARE, no entanto, está longe desse modelo e uma das carências e queixas dos seus associados perpassa justamente o tema da necessidade de uma identidade social, de reconhecimento profissional, aquele sentimento de pertença, de “um lugar no mundo” que a categoria trabalho foi capaz de engendrar na chamada sociedade salarial (CASTEL, 19998).

Ainda assim, mesmo se autoconsiderando trabalhadores fadados ao fracasso profissional, pela falta de estudos e qualificação, os catadores lutam por manter sua dignidade. Sem qualquer tipo de oportunidade que represente crescimento técnico e profissional, despojados de capital cultural e social, eles sabem que coletar lixo representa alternativa de sobrevivência, mas pela via de um trabalho útil, socialmente aceitável, o que, em vista do abandono social, é melhor do que o recurso a uma condição mais agravada, ilícita, como no caso do ingresso na marginalidade, alternativa para muitos dos que partilham de sua mesma posição-condição social; ou mesmo, de estar “atoa”, sem qualquer tipo de organização ou estrutura de apoio, como no caso dos que coletam diretamente nos lixões. Nesse sentido, para os membros da COTRAMARE, estar na cooperativa significa um tipo de evolução ou, no dizer dos sociólogos, uma oportunidade de mobilidade social, evidentemente, não muito distante do patamar de precariedade de sua condição anterior. Os depoimentos a seguir são representativos desse sentimento:

Catava o material, catava o material lá dentro do lixo, cavando com um gancho, com um gadanhe (gadanha - foice). É um serviço (reflexão) É (pausa) Eu dizia assim quando alguém ia me entrevistá lá dentro do lixão, eu dizia que era um serviço como (reflexão) eu me sentia lá como animais, que não era conhecido né? O nosso trabalho [...] E aí surgiu a cooperativa, comecei a participa da cooperativa. Tô té hoje, vai fazer 13 ano. (Lucicleide do Nascimento – 39 anos).

É porque lá eu vivia só no lixão, né, num tinha ninguém, só tinha os trabalhador, eu num tinha família, eu vivia lá só, aí me achava muito desprezada lá sozinha, aí eu vim punta ela (ficar junto dela). (A filha, Alciete, que entrou para a cooperativa antes da dona Rita). (Rita Luiz da Silva – 64 anos).

Porque eu tava desempregado, tinha entrado pra um ano. (Manoel de Batista Costa – 40 anos).

Antes eu trabalhava em casa, tomando conta das minhas criança, aí foi no tempo que eu me separei. Aí o pai não quis dar nada, batalhei atrás de um emprego, não consegui, aí comprei uma carroça de geladeira. Comecei a catar na rua, aí conheci Lucicleide e ela me deu essa oportunidade de eu vim trabalhar aqui. Já vai fazer dois ano que eu tô aqui dentro. O que eu conseguia na rua, por quinzena eu tido o dobro do que eu tirava na rua por mês, que tirava setenta, oitenta reais. Aqui é muito melhor. (Diana Kaline dos Santos – 39 anos).

Por meio destes relatos, constata-se a trajetória seguida por cada catador até o ingresso em uma organização solidária, estruturada por meio de um regimento em que o centro é o cooperativismo e com uma estrutura diferenciada de tudo o que, até então, foi vivenciado por eles. Torna-se perceptível que o papel da cooperativa vai além da sua missão de gerar renda e melhorar as condições de vida do catador. Este é um meio que oferece maior visibilidade ao trabalhador que saiu do lixão e lhes confere um certo sentimento de pertencimento a uma categoria cuja atividade, a de retirar do meio ambiente o material que pode ser reciclado, é socialmente reconhecida, embora pouquíssimo valorizada.

A COTRAMARE funciona de segunda à sexta, das 08:00h da manhã às 17:00h, com pausa para o almoço por volta do meio-dia. A sua dinâmica de funcionamento se dá da seguinte forma: pela manhã duplas de catadores, preferencialmente um homem e uma mulher, saem para fazer a coleta dos materiais recicláveis em pontos estratégicos, definidos por planejamento feito pela presidenta, os demais catadores e o grupo de apoio, e que são baseados nas residências que aceitaram fazer parte da coleta seletiva do bairro escolhido. Devidamente fardados, os próprios catadores fizeram uma campanha de conscientização na comunidade. As casas que se propuseram a juntar o material receberam adesivos com a logo da cooperativa. Geralmente, em cada coleta, o homem carrega o carrinho, enquanto a mulher entra em contato com os moradores e pega o material reciclável.

Percebe-se uma pequena divisão de gênero no desempenho desta e de outras duas funções, a de prensar o material reciclável e a de cozinhar o almoço dos cooperados. No momento em que as mulheres se revezam na cozinha, os homens prensam o material. Tal divisão se dá pelo fato de os catadores acreditarem que a mulher é mais frágil do que o homem para determinadas funções, como as que exigem mais força física, por exemplo. Porém, mesmo havendo tal divisão de gênero durante a coleta, todo mundo faz de tudo um pouco. A única menção de hierarquia presente na COTRAMARE se refere à formalização da Lucicleide do Nascimento como presidente e representante dos interesses da cooperativa. Todavia, cabe a todos, de maneira igualitária, inclusive a presidenta, fazer a coleta, separação, pesagem e a venda dos materiais recicláveis. Cabe a todos, também, deliberarem sobre as decisões da cooperativa. Os depoimentos de três catadoras resumem bem esta lógica de organização:

É todas. Eu puxo carrinho, eu vou fazer minha coleta só, eu vou mais acompanhante com homem, também. Tem vez que eu vou com uma mulher. Aí, eu separo o material, peso e anoto os pesos. É tudo. (Elizete Maria de Sousa – 42 anos).

Faço tudo. Puxo carrinho, separo o material, faço o almoço. Eu não preno. Mas se eu for, eu consigo. (Alciete Luiz da Silva – 28 anos).

O trabalho aqui é assim: amanhece o dia nós toma café, aí troca de roupa, bota a farda da gente, pega os carrim mais um homem e vamo pra rua pra fazer porta a porta, chega de tarde, despeja os carrim e vamos separar. É um trabalho difícil. (Rita Luiz da Silva – 64 anos).

O pensamento de Singer (2004) endossa esta última parte do depoimento da senhora Rita, ao afirmar que este é um trabalho duro. Para o autor, as dificuldades deste tipo de empreendimento não são, em si, culpa das cooperativas, mas do desemprego em massa, que faz com que os trabalhadores se submetam a condições precárias de trabalho e remuneração. Trata-se um trabalho árduo, degradante e cheio de problematizações que vão além da aparente dificuldade de se trabalhar com um material de risco e mau cheiroso, como é o caso do material reciclável selecionado a partir do lixo de uma sociedade. Estes atores sociais se submetem a tais danos, riscos ou constrangimentos porque não encontram outra solução mais viável de obter renda para melhoria na qualidade de vida. É um sentimento que Bauman (2005, p. 39) traduz como “heróis não decantados da modernidade”, onde, dia após dia, “reavivam a linha de fronteira entre normalidade e patologia, saúde e doença, desejável e repulsivo, aceito e rejeitado, [...], o dentro e o fora do universo humano”.

As dificuldades não se limitam apenas ao trabalho em si, mas se estendem às condições que o tornam possível de ser realizado, como, no caso aqui estudado, de ser um trabalho precário, insalubre, desprovido de qualquer direito, inclusive de cobertura social. Se um trabalhador adoece e não pode trabalhar, ele não tem de onde tirar seu sustento. Fica nítida, também, a ineficiência do poder público brasileiro no que se refere ao apoio às cooperativas e associações de materiais recicláveis. Este assunto se encontra nas mais diversificadas pautas do setor, inclusive o próprio Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) reconhece que ainda não existem leis mais específicas que atendam às atuais necessidades relacionadas ao fomento das cooperativas e associações que trabalham com os resíduos sólidos no país.

No caso da Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis, instalada no bairro do Quarenta, em Campina Grande-PB, sua estrutura física se resume a um pequeno galpão onde são armazenados os materiais recicláveis coletados. Este galpão não tem capacidade suficiente para receber toda a coleta e, além de tudo, é alugado. A cooperativa desembolsa duzentos reais, enquanto os apoiadores do projeto cobrem a despesa com o aluguel, cerca de trezentos reais. Além de dividir a pouca renda adquirida entre si, os catadores precisam cobrir gastos com este aluguel, a conta de energia e o consumo de água.

Quanto às máquinas e equipamentos, a cooperativa conta apenas com uma prensa, que compacta e organiza o material; uma balança, utilizada para a pesagem do material já separado e prestes a ser vendido e quatro carrinhos pertencentes à cooperativa, que armazenam o material reciclável durante a coleta nos bairros. Além disso, a COTRAMARE possui dois ventiladores, um fogão, uma geladeira e uma mesa, todos adquiridos por meio de doações. Estes materiais estão sucateados e dificultam consideravelmente a eficácia da atuação dos catadores. O espaço físico é pequeno, sem ventilação e sem higienização, o que torna ainda mais cansativo e precário o trabalho desenvolvido no interior da cooperativa. No que se refere ao principal objeto de trabalho, que são os carrinhos de coleta, constata-se que são totalmente inadequados ao uso, pois possuem apenas duas rodas para o catador suportar a média de peso de 300 kg (trezentos quilos) de material reciclável por coleta. Os catadores precisam conviver com esta triste e cruel realidade, além de lidar com as intempéries climáticas. Faça chuva ou faça sol, o trabalho não pode e nem deve parar. Os depoimentos a seguir sintetizam com propriedade esta realidade, pois os cooperados da COTRAMARE relatam quais são as maiores dificuldades para a realização do seu trabalho. Segundo eles:

A dificuldade é a mesma: falta de reconhecimento do Poder Público pra gente ter o espaço da gente, porque o espaço tá pequeno. Infelizmente, a gente tem vontade de chamar mais pessoas pra participar da cooperativa, mas, infelizmente, o espaço é pequeno. E a outra dificuldade é porque a gente não tem o transporte da cooperativa pra a gente fazer as coletas. Os carrinhos tá tudo se quebrando. É consertando e os carrinhos se quebrando. Fica difícil. (fala de pesar). (Lucicleide do Nascimento – 39 anos).

Rapaz, o problema aqui são só os carrinho. Os carrinho dão trabalho, senão fosse os carrinho as coisas andavam mais, né? (Francisco de Assis Silva – 44 anos).

Transporte é uma das dificuldades. As passagens de ônibus é uma das dificuldades que a gente tem aqui e os companheiros se afastando. Tem pouca gente pra trabalhar, eu acho que eles tão descreditando. Assim, vem com empenho pra cooperativa, vem com o empenho de, não sei, trabalhar, receber e, quando chega aqui... Não que eu tô culpando ninguém, nada disso, porque tem muito serviço mesmo e tem pouca gente pra fazer, gente pra separar o material. Aí vão se afastando. É isso, se afastando. (Alciete Luiz da Silva – 28 anos).

As dificuldades que a gente tem mais é a dos carrinhos, pra gente fazer a coleta, não ter uma prensa pra gente trabalhar, porque tá quebrada. Os carrinhos da gente acabou-se, tá tudo acabado. (Rita Luiz da Silva – 64 anos).

É o problema de eu não pegar em peso, porque fica uns dizendo: - Ah se um trabalha igual, se ganha igual, tem que trabalhar igual. E com isso eu vou me entristecendo. Me atrevo e vou pegar em peso, só quem sofre é eu quando chego em casa. Eu não sei ver uma pessoa trabalhando e eu ficar de braço cruzado, olhando. (Geralda Ferreira Fidelis – 49 anos).

Carrinhos, prensa quebrada, muito trabalho e pouca gente, aí o trabalho atrasa todo. Com a prensa funcionando, o material é amassado e sai mais rápido e toma menos espaço aqui dentro. O espaço aqui tá muito apertado. Aqui tem semana que o material tá por aqui, assim [...] (apontando para o teto). (Carlos Antônio Ferreira – 55 anos).

Estas falas expressam com muita clareza o tamanho do problema, que é a gestão de empreendimentos baseados em uma economia solidária. Não há o apoio ou reconhecimento por parte do poder público, não há a existência de direitos trabalhistas capazes garantir sequer o transporte dos trabalhadores, não há uma sociedade totalmente consciente do papel do catador, não há recursos físicos, materiais ou financeiros suficientes para manter a estrutura em bom funcionamento e, pior, há pessoas que exploram tais dificuldades em prol do benefício próprio, como é o caso dos atravessadores. Estes atravessadores são microempresários ou intermediários com algum capital mais estruturado, que adquirem todo o material recolhido pelos catadores em suas cooperativas e revendem, a um preço mais alto, às grandes empresas de reciclagem. Os intermediários, sob a lógica da exploração capitalista, minam, atravancam as possibilidades de melhor remuneração e capitalização da associação, daí as dificuldades a que os trabalhadores se reportam e que ameaçam a própria sobrevivência da CONTRAMARE. Não há um empenho logístico das

grandes empresas de reciclagem para que esta realidade seja mudada, nem de regulação por parte do Estado.

A inexistência de uma regulamentação e a insuficiência e mesmo ausência do auxílio público, imprescindível nesse estágio de estruturação e organização do empreendimento solidário, impedem que ele atravesse a fronteira do imediatismo da sobrevivência e de sua condição de extrema precariedade. Tais condições permitem que os preços pagos por atravessadores não valorizem os esforços do catador e sejam muito aquém do preço real da matéria-prima coletada. Gonçalves (2003) afirma que as cooperativas de material reciclado possuem um importante papel para o desenvolvimento das atividades sociais de uma população. Porém, o problema não está na relevância da atividade, mas como ela se relaciona com a lógica capitalista e com a ausência do Estado, sobretudo, no campo dos direitos. Tais fatores colaboram para que os catadores tenham dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho, por estarem em um meio suscetível a grande exploração econômica, social e política.

A organização informal, denominada por muitos especialistas, principalmente sociólogos, como um problema endêmico ou constante na sociedade, gera uma grande massa de organizações com uma estrutura operacional precária, com modos de trabalho mal geridos, de baixa capitalização e com poucos recursos que se transformam em renda. Este é o caso das cooperativas de materiais recicláveis, que mobilizam a mão de obra de centenas de trabalhadores que não possuem outro meio de sobrevivência. Esta acaba sendo a solução possível para quem precisa de renda e não tem qualificação ou cobertura social, ao menos que seja suficiente a sobrevivência pela via do recebimento de programas assistencialistas do Governo Federal Brasileiro no combate à pobreza, como no caso do Bolsa Família.

A maioria das pessoas que estão submersas no mundo da informalidade sofrem por não superar tais dificuldades e se consideram à margem da sociedade e afastados de qualquer processo que caracterize desenvolvimento político, econômico e, principalmente, social. Quando Francisco de Oliveira (2000, p. 87), afirma que o setor informal nada mais é do que “o rabo do sistema econômico brasileiro, profundamente desigual”, está trocando em miúdos a dura e cruel realidade de uma sociedade que se tornou refém de um sistema econômico marcado pelo desemprego, pela exclusão e pela desigualdade. As pessoas que lidam com os resíduos sólidos percebem na pele as contradições e crueldades do regime econômico desigual expresso no pensamento de Oliveira, e que os coloca à margem dos padrões de civilidade e dignidade socialmente construídos. Elas sofrem os estigmas e reprovações de sua condição social, a indiferença e a falta de perspectiva de mudança dessa

condição. No discurso de alguns catadores não há muito otimismo com relação à perspectiva de futuro e a condição de inferioridade se mostra patente no não reconhecimento dos outros, algo que no dizer de Ribeiro (1995) perpetua a alteridade. Quando questionados se acham o seu trabalho valorizado, os catadores da COTRAMARE exprimem o sentimento de não serem percebidos e, muitas vezes, de serem desdenhados pela sociedade:

Por algumas pessoas, outras não. Não é todo o mundo que dá valor não. Tem canto que a gente chega que o povo nem fala direito. (Francisco de Assis Silva – 44 anos).

Nem sempre (Reflexão e pesar). É porque é assim... O povo diz que a gente é lixeiro, né? Sempre quando eu vou pra coleta na segunda-feira, tem um senhor, que ele anda de muleta, que quando ele me vê chegando com o carrinho assim, passando, aí ele já entra de costas, bem devagarzinho, fechando o portão. Eu acho que ele pensa que, como eu trabalho nisso, eu devo ser alguma pessoal mal, né? Aí eu acho que isso é, sei lá, falta de respeito. (Elizete Maria de Sousa – 42 anos).

É por uns e outros não. Às vezes não é, porque você pode passar trinta anos e você nunca ter nada. Se você não fizer um pezinho de meia, não vai ter nada. (Geralda Ferreira Fidelis – 49 anos).

Pra mim, é e não é, né? Por causa que, se tivesse uma renda a mais, pra sobreviver, era melhor ainda, não era? Não tem indenização nenhum, não é isso? (Manoel de Batista Costa – 40 anos).

Para outros catadores, no entanto, o sentimento de realizar um trabalho valorizado (ou que se valorizou) é mais presente, seja pela melhora das condições de trabalho propiciada pela organização da cooperativa, da estrutura material que ela oferece e dos valores novos que ela tenta desenvolver, relativamente à condição de trabalhar sozinho no lixão, onde reina a competição e se trabalha “como” e “com animais”, conforme já argumentamos; seja pela referência a uma ética do trabalho, do ganhar a vida com o suor de um trabalho, quando a opção poderia ser a da desocupação ou o trabalho ilícito. Apercepção desses catadores é mais otimista, dado que a relevância do seu trabalho se dá por meio dos seus esforços diários e da conquista de saírem do lixão para uma estrutura organizacional onde é realizada a coleta seletiva solidária. De acordo com eles:

Eu acho que somos valorizados sim. Antigamente as pessoas tinham a gente como catador, como um catador qualquer, né? E hoje não. Hoje a diferença é que vê como um trabalhador. Antigamente era excluído. O catador não tinha valor, era como animais, né? Passava por a gente e fingia não tá vendo. Mas hoje, com a coleta seletiva, o trabalho da gente é mais reconhecido porque a gente tá limpando o meio ambiente. (Lucicleide do Nascimento – 39 anos).

Pra mim é valorizado, porque o que me banca vem daqui de dentro. Pra mim, é muito. A diferença daqui pro lixão é que, lá no lixão as pessoas de lá não têm muito educação. Ali você tem que tá dando seu sangue. Tem um coletor, tá em volta do

lixo lá, né? Tem umas mil pessoa pra tirar dali seu sustento, né? Pra tá ali tem que ser rápido e esperto pra pegar o material, porque se não... E aqui não, aqui você chega na porta com calma, bate palma, a mulher vem com o material, joga no carrinho e assim, é bem diferente. Lá a gente trabalha junto com os animais: urubu, porco, vaca. Lá é assim tudo sujo, e aqui não. Aqui trabalha de sapato, de farda, né? Bem mais tranquilo, muito bom. (Alciete Luiz da Silva – 28 anos).

Com certeza! Porque eu gosto de trabalhar. (Rita Luiz da Silva – 64 anos).

É, graças a Deus, pra melhor! Eu acho que, a gente sai pra coletar na rua, aí a gente somos bem recebidos nas casas, nas repartições que a gente vai buscar alguma doação. O pessoal gosta e dá muita atenção pra gente. Nós somos muito bem tratados nas ruas. (Carlos Antônio Ferreira – 55 anos).

Porque esse é um trabalho digno como qualquer um porque a gente tá fazendo um benefício tanto pra gente como pro meio ambiente. Assim... (reflexão) Pra vista do ano passado, é um pouco. Tamo sendo reconhecido aos poucos. Mas ainda tem preconceito da parte da sociedade. (Diana Kaline dos Santos – 39 anos).

Mesmo com todas as dificuldades, o catador da COTRAMARE apropria o discurso da dignidade do trabalho baseado nos valores do trabalho coletivo, cooperado fomentado pela economia solidária. Isto fica claro na fala da Alciete, quando ela compara a condição de seu trabalho de coleta dos resíduos quando era realizado no lixão com o que realiza atualmente na cooperativa. Alguns benefícios são enaltecidos, como a diferença do local de coleta, a estrutura de trabalho, as pessoas envolvidas em todo o processo e, inclusive, na partilha da renda adquirida.

Barros, Franco e Mendonça (2007) afirmam em sua obra que a fragmentação existente entre os setores formal e informal é considerada como fator gerador de desigualdade de renda no Brasil, concebida pela própria dinâmica do mercado de trabalho. Este pensamento, além de se aplicar, especificamente, à realidade da renda do trabalhador informal, traz consigo interpretações facilmente apropriadas para se pensar as relações sociais de desigualdade. A instabilidade na renda, a precária condição de trabalho, a ausência de direitos, os estigmas sociais sofridos relegam esses trabalhadores a uma condição, no dizer de Castel (1998) de não sujeitos sociais. Tornando prático este raciocínio, percebe-se que os catadores da COTRAMARE se sentem isolados da sociedade, pouco motivados a participarem de movimentos sociais de sua comunidade e sem estímulo, inclusive, pela falta de recursos e pela fadiga das longas e árduas jornadas, para se voltarem para o lazer ou para cultura. Ao serem indagados a respeito desta perspectiva, a maioria dos catadores afirmou não participar de eventos culturais ou sociais promovidos na cidade ou de apenas participar dos eventos realizados em torno das atividades da cooperativa como, por exemplo, do Encontro Regional de Catadores de Materiais Recicláveis, o que parece ser um bom indício de uma possibilidade de organização. Os relatos dos catadores expressam bem esta realidade:

Tenho acesso aos eventos promovidos pelos coordenadores do projeto de coleta seletiva solidária e, quando possível, a shows existentes na cidade. Gosto de conhecer pessoas novas. (Lucicleide do Nascimento – 39 anos).

Não, eu sou mais caseira. Eu sou mais de tá em casa. Nem eu gosto e nem a grana não dá pra ir. (Diana Kaline dos Santos – 39 anos).

Com relação à participação dos cooperados da COTRAMARE em algum movimento social da comunidade, como clube de mães ou orçamento participativo, a fala da catadora Geralda Ferreira Fidelis (49 anos) é bem representativa. Ela diz: “Não. Não vou porque eu não vejo resultado, não vejo melhoria pelo bairro. Quando entrar um presidente que eu ver que fez alguma coisa pelo bairro, aí eu arrumo a minha carteirinha”. Castel (1998) consegue traduzir bem esta realidade quando argumenta que este contingente de trabalhadores, instáveis, precários em termos de renda, condição de trabalho e mobilização política, é desamparado pelo Estado e que tal desamparo é proporcional ao desenvolvimento social e cultural de cada país. Porém o autor esclarece que, independente do grau de desamparo, estas relações contribuem para fazer ruir os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores. Um catador cooperado, embora sirva às grandes estruturas capitalistas, está longe do leque de direitos que poderia auferir se fosse remunerado como um assalariado dessas grandes estruturas.

4.2 O perfil do trabalhador informal da COTRAMARE

Atualmente, a COTRAMARE conta com a cooperação de onze catadores de materiais recicláveis. São onze histórias de vida que se entrelaçam pelo árduo trabalho informal. A partir da análise feita por Amaral, Druck e Filgueiras (2004), é possível compreender o modo como a população distante da relação salarial e sem proteção social, obtém, como alternativa de sobrevivência, as ocupações de baixa produtividade, de renda instável e é marcada por trajetórias erráticas, sempre oriundas de ocupações informais, muitos vindos do campo. Muitos deles seguem a trajetória dos pais, reproduzindo a imobilidade social. Dos nove entrevistados da COTRAMARE, três trabalham desde a infância com materiais recicláveis. Os depoimentos dos catadores apresentam bem esta realidade:

Trabalhava no lixão. Minha vida dava pra fazer um CD, um DVD. Porque comecei com nove ano. Minha mãe lavava roupa de ganho (para se ganhar dinheiro, as mulheres lavavam as roupas de outras famílias). E aí, o primeiro material que eu vendi deu o mais de que a minha mãe que lavava roupa de ganho. E aí, minha mãe

parou a lavagem de roupa e foi pra dentro do lixão, com a minha outra irmã que tinha oito ano. (Lucicleide do Nascimento – 39 anos).

Trabalhei a vida inteira com reciclagem, inicialmente no lixão e, depois, na cooperativa. Mas, tenho um curso de padeiro. Minha família é toda de padeiro. (Francisco de Assis Silva – 44 anos).

Comecei desde os oito anos de trabalho. Eu venho acompanhando o lixo, acompanhando o lixo até agora os meus vinte e oito anos, e tô aqui na cooperativa. (pausa para reflexão) Eu cheguei lá no lixão, vi que a situação que a gente tinha lá era meia precária. (Alciete Luiz da Silva – 28 anos).

Outros dois possuíam profissões diferenciadas, mas decidiram buscar uma nova oportunidade de sustento no lixão. Os dois a seguir, somados aos três anteriores saíram do lixão da cidade, desativado em janeiro de 2012, diretamente para a cooperativa. Eles contam sua transição para o lixão campinense da seguinte forma:

Trabalhava de empregada doméstica e por causa que a mulher viajou pra ir morar em João Pessoa, e eu num quis acompanhar ela. Eu comecei de lá do lixo, aí depois vim pra rua e daqui mesmo nós ficou aqui (na cooperativa). (Geraldina Ferreira Fidélis – 49 anos).

Eu tinha uma vizinha, eu trabalhava em roçado, aí o roçado num tava dando mais nada aí me chamou pra vim trabalhar no lixão. Aí eu vim trabalhar no lixão, trabalhei até uns vinte e seis anos lá, aí depois da cooperativa viemos pra cá. (Rita Luiz da Silva – 64 anos).

Os demais preferiram abandonar suas profissões, como as de empregada doméstica, servente de pedreiro e costureira, porque achavam mais rentável o trabalho de catador. Esse é um aspecto interessante, uma vez que, embora precário, o trabalho como catador parece ser mais atrativo que outras atividades informais, seja porque as possibilidades de ganho dependem mais diretamente do esforço do catador, seja porque seu trabalho é dotado de mais flexibilidade e autonomia. Eles relatam que:

Antes eu trabalhava em casa, tomando conta das minhas criança. Aí foi no tempo que eu me separei. Aí o pai não quis dar nada, batalhei atrás de um emprego, não consegui. Aí comprei uma carroça de geladeira. Comecei a catar na rua, aí conheci Lucicleide e ela me deu essa oportunidade de eu vim trabalhar aqui. Já vai fazer três ano que eu tô aqui dentro. O que eu conseguia na rua, por quinze eu tiro o dobro do que eu tirava na rua por mês, que tirava setenta, oitenta reais. Aqui é muito melhor. (Diana Kaline dos Santos – 39 anos).

A minha profissão era pedreiro. Mas, eu abusei a profissão de pedreiro. Eu acho melhor trabalhar nisso aí do que trabalhar de pedreiro. Porque quando eu trabalhava de pedreiro nunca arrumei nada. Só fazia só. (pausa) É arrisco. Você trabalhar atrepado, com andaime, com trinta metro, cinquenta metro atrepado. Você trabalhar no chão é bom, mas quando você trabalha atrepado com esse negócio de prédio? (Carlos Antônio Ferreira – 55 anos).

Trabalhei de doméstica mesmo e tem o curso de costureira industrial. (Elizete Maria de Sousa – 42 anos).

Vigilante, ajudante em construção civil, encanador e catador. (Manoel de Batista Costa – 40 anos).

As políticas neoliberais implementadas no Brasil a partir dos anos 1990 constituíram a chamada Acumulação Flexível, elevando os índices de desemprego e de precarização do trabalho. Autores deste campo, como no caso de Castel (1998), Druck (2002) e Sennett (2003), caracterizam tal realidade como um agente propulsor da descartabilidade da mão de obra do trabalhador e um dos principais responsáveis pelo aumento dos postos de trabalho informais. O mercado informal é composto por uma massa de trabalhadores que estão à margem do emprego regulado e com direitos garantidos por lei. Muitos destes que possuem baixo nível de escolaridade já não servem mais aos critérios de contratação do mercado de trabalho formal e fazem parte do que Ramalho e Arrochelas (2004, p. 106) consideram como um “vasto contingente em situação de pobreza”.

O perfil dos membros da COTRAMARE confirma esta afirmação, pois dos nove entrevistados, três são analfabetos, cinco possuem o ensino fundamental incompleto e apenas uma atingiu de maneira incompleta o ensino médio. Apesar de os catadores afirmarem ter o ensino fundamental e médio incompletos, é perceptível a dificuldade que eles têm para pronunciar corretamente as palavras, ler e assinar os termos de liberação de imagem para a realização desta pesquisa. Ou seja, a pouca educação recebida em sala de aula não foi suficiente para torna-los cidadãos devidamente alfabetizados.

Quanto à média de idade, percebe-se que há um equilíbrio entre os membros cooperados. A mais nova catadora possui 28 anos e a mais velha possui 64 anos de vida, enquanto os demais membros possuem idades que variam entre 39 e 55 anos. Mesmo não havendo uma regra imposta pelo mercado em relação à idade, sabe-se, por exemplo, que é mais difícil para pessoas de mais idade e de baixa instrução se enquadrarem nos perfis demandados pelos “mercados modernos”.

Outras duas realidades importantes para se traçar o perfil dos sujeitos estudados, é o estado civil e o número de filhos. No caso desta pesquisa, percebe-se uma variação do estado civil de cada catador. Existe uma mulher casada, duas solteiras, duas divorciadas e uma viúva, enquanto dois homens possuem relação estável e apenas um é casado. Já no quesito “número de filhos”, constata-se que quanto maior o grau de instrução, menor o número de filhos. As duas catadoras solteiras e com algum nível de escolaridade não possuem filhos, enquanto a maioria dos catadores sem instrução possui acima de três filhos. A seguir, tem-se

uma tabela com a síntese dos dados sócio demográficos dos catadores de materiais recicláveis da COTRAMARE, sujeitos desta pesquisa:

Tabela 01 – Dados Sócio Profissionais

ENTREVISTADO	IDADE	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL	Nº DE FILHOS
Alciete Luiz da Silva	28	Ens. Fund. Incompleto	Solteira	00
Carlos Antônio Ferreira	55	Ens. Fund. Incompleto	Casado	03
Diana Kaline dos Santos	39	Analfabeta	Divorciada	03
Elizete Maria de Sousa	42	Ens. Médio Incompleto	Solteira	00
Francisco de Assis Silva	44	Ens. Fund. Incompleto	Relação Estável	01
Geralda Ferreira Fidelis	49	Ens. Fund. Incompleto	Casada	04
Lucicleide do Nascimento	39	Ens. Fund. Incompleto	Divorciada	03
Manoel de Batista Costa	40	Analfabeto	Relação Estável	03
Rita Luiz da Silva	64	Analfabeta	Viúva	04

Fonte: Elaboração própria.

Além das informações coletadas acima, o perfil sócio demográfico destes trabalhadores informais denuncia as dificuldades vividas por esse contingente de trabalhadores no campo dos direitos, como a falta de informação e os acessos que deveriam ser garantidos pelo Estado nas áreas da saúde, seguridade social e educação/qualificação. Por exemplo, torna-se clara a falta de controle de natalidade entre a maioria dos trabalhadores informais, o nível de estresse para se conseguir uma fonte de renda é considerado elevado e o risco da recorrência dos trabalhadores a vícios, como ao alcoolismo e a dependência química, se torna uma constante. Além destes fatores, tem-se a concentração da violência nas regiões periféricas, onde a grande maioria dos trabalhadores informais reside, conforme apreenderam Ferreira e Velloso (2008, p. 3), segundos os quais, “áreas violentas coincidem com áreas com alto índice de informalidade”. Problemas relacionados ao empobrecimento e ao uso de drogas fazem parte deste contexto.

Trazendo para a realidade da COTRAMARE, temos como exemplo a internação de um catador cooperado, acolhido no terceiro trimestre do ano de 2012 por uma clínica de reabilitação para dependentes químicos de Campina Grande, a Fazenda do Sol. Segundo relatos dos familiares do catador, fatores como precarização e estresse no trabalho, amizades com pessoas envolvidas com o tráfico de drogas, condições degradantes de moradia e acesso à educação contribuíram consideravelmente para que o jovem se tornasse um viciado em drogas lícitas e ilícitas. Problemas de saúde decorrentes da condição social, da ausência do Estado e dos riscos do trabalho são sempre presentes na vida dos catadores, como é o caso da Lucicleide (39 anos), que está com problemas cardíacos e da Geralda (49 anos), que tem problemas ósseos. Quando perguntadas a respeito das mudanças pessoais ocorridas durante o

ano de 2012, período em que o pesquisador manteve contato direto com os catadores, elas relatam:

O que mudou... (pausa). Apareceu doença agora em mim, um problema no coração, pressão alta, que no outro ano eu não tinha, né? Se tinha, eu não procurava o médico. E não tinha, nenhum assim (pausa) Não sentia nenhuma dor. E desse ano pra cá veio aparecer. Agora no meio do ano, né? Que vá “simbora” tudo. Isso aconteceu por causa do estresse. Porque trabalhar com grupo é muito difícil. Cada um tem sua mente diferente, diferença. E aí “ajunta” o estresse, “ajunta” eu querer fazer hoje e não conseguir. Aí eu me estresso. (Lucicleide do Nascimento – 39 anos).

Se mudou... (ar de riso enquanto reflete). Nada. A vida continua a mesma. (sorriu enfaticamente). (refletiu um pouco mais). Ficou pior, com esse problema de saúde, aí piorou mais ainda. É problema nos ossos. Eu não posso mais pegar em peso e isso aqui meu (os dois pulsos) tá meio inchado. Eu não posso pegar em peso que dói muito. Eu não durmo de noite. É tanto que eu vou me afastar (da cooperativa) pra poder fazer pra fazer os exames. (Geralda Ferreira Fidelis – 49 anos).

A grande dificuldade está, justamente, em o catador se afastar das suas funções na cooperativa porque é de lá que ele tira seu sustento e o de sua família. A partir das concepções de Tokman & Souza (1976, 1978), é possível identificar que as relações existentes neste mercado informal, de fato, não estão bem estabelecidas. Não há formalidades legais existentes na organização do trabalho e nem nas legislações trabalhistas. Isto se dá pelo fato de o empreendimento solidário não possuir meios que ofereçam proteção social que beneficie ou dê suporte aos seus membros, no que se refere a amparar e assistir o cidadão e os seus familiares, principalmente em situações de doença, velhice e/ou desemprego.

Trata-se de uma labuta onde o fim, que é o bem coletivo, só se dá por meio da soma dos esforços individuais. Ou seja, você ganha o que coleta de material reciclável durante a quinzena ou mensalmente. Caso se afaste por alguma razão, o vínculo é quebrado sem qualquer restrição, de maneira parcial ou definitiva. Todos os envolvidos neste processo são prejudicados quando um catador é afastado. A produtividade cai e, por consequência, o rendimento com a venda do material também é reduzido. Ao ser questionada sobre o que fará da vida após o afastamento da cooperativa, sua principal renda familiar, Geralda Ferreira Fidelis (49 anos), afirma:

Eu sei lá... (ar de desilusão). O abençoado (esposo) lá de casa trabalhava em serviço emprestado do governo (trabalho terceirizado), aí o prefeito botou pra fora. Só vendendo aquele CD. Eu sei lá o que eu faço. (ar de receio e dúvida). Muito difícil.

Ainda discursando sobre este tópico, Geralda afirma que, além da pequena contribuição auferida pelo seu esposo com a venda dos CD's em um carrinho ambulante, a

família da catadora recebe um auxílio do Governo Federal no valor de R\$110,00, do Programa Bolsa Família. E aqui cabe destacar a importância desse tipo de programa, embora insuficiente, para a sobrevivência de muitas famílias. Estes são os únicos meios para a garantia de subsistência durante o afastamento da cooperada da COTRAMARE. A própria catadora tem ciência que será bastante difícil manter a família de seis membros durante sua ausência do trabalho e diz, em tom de desabafo: “Eu sei que vai ser um pouco difícil, mas eu não posso fazer nada”. (Geralda Ferreira Fidelis – 49 anos).

Diante deste relato, percebe-se o quanto é complicado para o trabalhador informal lidar com situações que provocam a ausência do trabalho, não há muito que se fazer, senão se conformar com a perda da fonte de renda com a qual o catador se mantém.

Este tipo de trabalho precário e paupérrimo cria uma classe de pessoas marginalizadas sob um regime de indigência. A lei da acumulação capitalista dita estas regras de exclusão e faz com que as forças do capital suprimam qualquer relação igualitária no campo dos direitos humanos e sociais e, por consequência, no âmbito trabalhista. O quesito da indigência vivida pelos trabalhadores precarizados acaba sendo pautado pelo descaso do Estado em relação a mudanças na estrutura do sistema econômico e na priorização de mudanças nas medidas socioculturais. Tais medidas procuram amenizar o problema da exclusão/indigência, mas não as práticas capitalistas de acumulação de riqueza, caracterizadas pela nítida exploração da mão de obra trabalhadora. Elas não promovem emancipação econômica e social. (KOWARICK, 1975). O relato da catadora acima é mais um exemplo vivo de que os processos flexíveis do capitalismo ditam como regras para “munir o capital de mecanismos que permitem maximizar a exploração e também extrair mais-valia”. (TAVARES, 2004, p. 78).

Mendes e Campos (2004, p.10), afirmam que, com os processos flexíveis, a população foi “obrigada a “inventar” seu próprio trabalho”. Mais que isto, as pessoas que se encontram no mundo da informalidade precisam improvisar meios que os ajudem em momentos de dificuldade e garantam sua sobrevivência. No caso do Brasil, uma medida de combate à pobreza foi implantada pelo Governo Federal e tem funcionado como paliativo para casos como este da Geralda, que é o Programa Bolsa Família.

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Governo Federal para famílias que se encontram em situação de pobreza. Trata-se de uma política assistencialista que funciona como uma injeção de verba capaz de “aliviar” a miséria do povo menos favorecido da sociedade brasileira. Esta política assistencialista pode ser considerada uma cópia ou imitação das políticas de bem-estar social experimentadas pelos países europeus

durante a Grande Depressão. Ela tenta suprir, sem maiores reforços, como uma ampla política de educação/qualificação as demandas da população menos favorecida e gerar novas fontes de riqueza, por meio da criação de uma dinâmica econômico-produtiva de baixíssimo padrão.

Mesmo recebendo o Bolsa família, os sujeitos desta pesquisa ainda relatam sentir dificuldades para manter as contas em dia. No caso do catador Francisco de Assis Silva (44 anos), que está com dívidas acumuladas no cartão de crédito, nem sempre a quinzena recebida da cooperativa, somada ao Bolsa Família, é suficiente para sanar suas despesas. A respeito de a renda familiar ser suficiente ou não para se manter, o catador afirma: “Tenho o Bolsa Família e, às vezes, cato material à noite, por fora. É suficiente pra se manter. Dá, apertado, mas dá”. O depoimento confirma que esse tipo de empreendimento solidário resolve, de forma precária, o problema do imediatismo da necessidade.

Dos nove entrevistados, apenas quatro recebem algum auxílio do Governo Federal. Os demais catadores só possuem como fonte de renda o trabalho na COTRAMARE ou recorrem ao trabalho extra, como a catação noturna mencionada pelo senhor Francisco. Esta segunda opção também é seguida pelo catador Manoel de Batista Costa (40 anos), que se diz obrigado a fazer “biscates” para sustentar a sua esposa, 03 filhas e 03 netas que vivem em sua casa. Esse é um indicativo da sobrecarga e das longas jornadas de trabalho que muitos têm de empreender para sustentar a família. A renda mensal retirada por uma cooperativa de materiais recicláveis é muito instável, e no caso da COTRAMARE não é diferente. Este pensamento pode ser sintetizado pela fala do catador Manoel de Batista Costa (40 anos), que diz: “Aqui a gente só tira o que vende”. Ou seja, a renda recebida por cada cooperado ao final da quinzena é fruto do empenho coletivo. Sobre o valor da renda recebida, a presidenta da COTRAMARE, Lucicleide do Nascimento (39 anos), acrescenta:

Assim... (pausa) Quando... (reflexão) É porque vem mais material das doações. Quando vem muitas doações, a gente chega a tirar R\$ 500,00, R\$ 400,00, R\$ 380,00, R\$ 290,00. Vai pela semana que é boa, entendeu?

Algumas características a respeito da captação do material reciclável servem como ilustração para o discurso da Lucicleide. Por exemplo, o mês de dezembro é considerado o mais rentável para a cooperativa, pois a maioria das famílias está limpando as suas casas para as festividades de final de ano.. Já nos meses de janeiro, fevereiro e julho, a tendência é que a coleta seja bem inferior, pois estes são períodos de férias.

Quanto às doações das empresas, também há variações no volume e no período de entrega do material. A cidade de Campina Grande-PB possui duas cooperativas e uma

associação de materiais recicláveis. As duas cooperativas firmaram um acordo com as instituições públicas, de onde as doações seriam distribuídas para ambas, em períodos alternados. Por exemplo, o INSS doa seu material por seis meses para a CATAMAIS, segunda cooperativa da cidade; e, depois de seis meses, doa para a COTRAMARE, cooperativa foco desta pesquisa. Mesmo havendo tal distribuição, não há competitividade entre as cooperativas. Ambas atuam em bairros diferenciados e não criam obstáculos para o desenvolvimento uma da outra. Existem, inclusive, catadores da COTRAMARE que são amigos de catadores da CATAMAIS.

De acordo com a presidenta da COTRAMARE, foram firmadas parcerias com o INSS, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e a Companhia de Energia da Paraíba – Energisa. Estas parcerias são garantidas pelos gestores públicos, mas com o embasamento das regras impostas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, cuja Lei 12.305/2010 institui a responsabilidade compartilhada para os geradores de resíduos, além de incentivar e apoiar a construção de uma logística reversa para os materiais recicláveis liberados no ambiente. Para as empresas privadas, esta realidade é um pouco diferente. Doar o material reciclável pode ser uma prioridade existente no regimento interno da organização, mas, na maioria dos casos, a doação representa benefícios adquiridos por meio da concessão de descontos ou dedução fiscal por parte do Estado para empresas que são ecologicamente responsáveis.

Estas doações são bastante significativas, pois representam a maior fatia da renda adquirida pelos catadores. Renda esta dividida de maneira igualitária e solidária entre os cooperados da COTRAMARE. Zanin e Gutierrez (2011) alegam que o regime de cooperativismo modifica as relações de trabalho e cria um ambiente de parceria e solidariedade em prol da potencialização dos resultados gerados pela ação coletiva. Em relação a estas características, foi possível constatar que a verba adquirida como fruto da coleta e das doações é religiosamente dividida em partes iguais. Todavia, tornou-se perceptível, também, o descontentamento por parte de alguns catadores, que deram a entender ser injusta tal divisão, porque uns trabalham mais do que outros.

A própria presidenta da cooperativa deixou claro que a renda é dividida em partes iguais porque a COTRAMARE é regida por princípios de cooperativismo e economia solidária. Porém, não acredita que a divisão seja justa pelo fato de existirem catadores que se dedicam mais ao trabalho do que outros. Ao ser indagada se acha justa ou não a divisão da renda entre os catadores, Lucicleide do Nascimento (39 anos) responde:

Se é justa? (reflexiva). Eu acho assim...(pausa) É... (reflexão) A divisão... (reflexão) É que tem uns que trabalham mais do que o outro. (Enfaticamente) Eu não acho a divisão certa, mas como a gente tá trabalhando com cooperativismo, (risada) a gente tem que dividir em partes iguais.

Esta fala da catadora gera reflexões a respeito do modo como as práticas de cooperativismo estão sendo aplicadas. O cooperativismo é uma doutrina que prioriza as relações de colaboração ou associação no desenvolvimento de uma atividade econômica baseada em preceitos de economia solidária. Singer (2002) esclarece que tal atividade econômica se difere da típica organização capitalista, principalmente, pelo fato de o capital ser distribuído de maneira igualitária e as decisões serem tomadas por assembleia. Todos são patrões e constroem o empreendimento de acordo com os valores e interesses comuns a todos.

Tais pressupostos existentes nos argumentos ideológicos e organizacionais da economia solidária são seguidos, via regimento interno, no desenvolvimento das atividades dos cooperados da COTRAMARE. São feitas reuniões periódicas para se decidir o futuro das atividades da cooperativa e o modo como será utilizada a renda. Algumas decisões são tomadas, inclusive, durante o horário de almoço, quando todos os catadores estão reunidos em volta da mesa. Todavia, quando a Lucicleide diz não achar justa a divisão do dinheiro adquirido com as coletas e doações do material reciclável demonstra o nítido descontentamento ou a falta de esclarecimento com relação à prática cooperativista de divisão de renda. Essa situação nos diz da dificuldade dos atores sociais desse tipo de empreendimento assimilarem os valores de uma cultura cooperativista quando a referência na nossa sociedade ainda é predominantemente a da lógica da competição e do individualismo.

Sobre este aspecto, coube-nos questionar sobre o que, de fato, os catadores entendem por cooperativismo. Dos nove entrevistados, apenas quatro responderam saber o que significa a palavra cooperativismo. Segundo eles:

É a união, é ter o respeito com o parceiro do trabalho. É compartilhar e cooperar com todas as atividades da cooperativa, participar das reuniões, em rede. É se unirem para conversar sobre o nosso trabalho, sobre dia a dia. (Elizete Maria de Sousa – 42 anos).

Eu acho que é assim... (reflexão) A união, o trabalho em conjunto, em grupo. Eu acho que é isso. (Alciete Luiz da Silva – 28 anos).

Não é ser unido, né? Não é a união, né? (Rita Luiz da Silva – 64 anos).

Um cooperar com o outro. Eu vejo assim... (pausa) Eu sempre uso essa palavra aqui, porque a maioria aqui, não todos, participa de cooperativismo, mas nunca achou na mente. Cooperativismo é assim: um vem com o carrinho e o carrinho tá pesado. Se eu tô aqui sentada, eu vou ver Sr. “fulano” puxando um peso e eu não puder ajudar. Tem que ajudar! Um tem que cooperar com o outro. Eu sempre explico isso aqui,

mas aqui é difícil. Uns fica vendo o outro pegando o peso e fica lá olhando, bota as mãos nos “quarto”, fazendo pose de tirar foto. Aí fica difícil... (risada desconcertante). (Lucicleide do Nascimento – 39 anos).

Novamente, os depoimentos refletem a dificuldade de assimilar a cultura cooperativista num contexto histórico em que prevalecem os valores individualistas e competitivos da sociedade capitalista. Percebe-se a compreensão das quatro catadoras a respeito do que significa o termo cooperativismo. Para elas, esta é uma ideologia diretamente ligada aos pressupostos de parceria ou associação inerentes às práticas de economia solidária, e a fatores mais subjetivos, como companheirismo e amizade. Há um senso de responsabilidade maior por parte delas em relação aos cinco outros que desconhecem o significado do termo cooperativismo. Isto se tornou perceptível durante o período de observação realizado pelo pesquisador, pois estas catadoras demonstraram maior empenho e cooperação na realização do seu trabalho. Estas mesmas catadoras foram as únicas a responder se consideram forte ou não o sentimento de cooperação na COTRAMARE. Em suas concepções:

Assim sabe... (Reflexão e olhar de reprovação) Mais ou menos. Porque uns querem daquele jeito que tem que ser e outros não querem. (Elizete Maria de Sousa – 42 anos).

Existe. Senão não tava até agora, a coisa não existiria. (Alciete Luiz da Silva – 28 anos).

Por ora, existe. Por ora, não existe. Por ora, tudo é amor, mas cinco minutos, tudo é discussão. (Rita Luiz da Silva – 64 anos).

É... (pausa) Nem todo mundo sabe o que é cooperativismo. Porque assim, não é sempre a mesmas pessoas que participaram da cooperativa (rotatividade). Porque todo ano é assim... (pausa) Participa e saí, aí já entra outro... (pausa) Aí é diferente, né? (Lucicleide do Nascimento – 39 anos).

Estas falas dão o tom pessimista ao sentimento de cooperativismo que permeia as práticas de economia solidária utilizadas pela COTRAMARE. Nota-se a insatisfação por parte das catadoras que se pronunciaram sobre o que entendem por cooperativismo. Na prática, os interesses de cada catador, principalmente dos que alegaram não saber o que é cooperar, são voltados para as suas necessidades individuais. Ou seja, a necessidade de sobrevivência.

Outro aspecto que chama atenção no relato da Lucicleide é o da rotatividade. O sacrificado trabalho em uma cooperativa de materiais recicláveis absorve uma grande massa de pessoas que vive em um regime de pobreza e que busca renda por meio de uma economia solidária. Porém, este número é bastante variável devido à alta rotatividade de pessoas que

nem sempre se submetem às regras propostas pela cooperativa. O trabalho no lixão é autônomo e as regras (por exemplo, onde, como e quando catar os resíduos) são estabelecidas pelo próprio catador. Quando estes se propõem a fazer parte da cooperativa, as normas nem sempre são aceitas de pronto, dificultando a missão proposta e a coletividade necessária e, ainda, o desenvolvimento de uma cultura da solidariedade e da identidade destes trabalhadores em sua relação recíproca de cooperativismo.

Sobre a rotatividade mencionada, a atual presidente da COTRAMARE, Lucicleide do Nascimento, de 39 anos, relata as dificuldades para manter a cooperativa aberta e mudar as concepções dos catadores que vieram do lixão:

Quando a gente começa, é... (reflexão) Entra numa guerra. Agente num pode deixar a peteca cair. A gente tem que segurar, né? Porque a cooperativa era com 94 cooperados. Hoje existe com 11, porque muitos não acreditavam, né? E aí foi doze, não, depois foi 20, depois de 20 foi diminuindo, diminuindo... Ficou 13 e as pessoa dizendo vai sair. Agente vai sair e as porta vai se fechar. Quando penso que não, a cooperativa ficou com 04. É assim... (pausa) Entra gente e sai gente, entendeu? Que muitos não acredita e muitos porque ainda existe o lixão e existe o atravessador lá. O atravessador que fica pagando todos os dias se eles precisa do dinheiro, ele recebe. E quando começa a trabalhar na cooperativa, não. Tem que ser igual ao estatuto daqui e a lei (o dinheiro é concedido por quinzena ou mensal).

Muitos destes catadores que colaboram para a rotatividade de uma cooperativa de materiais recicláveis baseada em preceitos de economia solidária saem por conta do descumprimento de regras, de conflitos interpessoais ou atritos causados pela falta de cooperação e solidariedade. As interferências deste gênero, somadas ao fenômeno da rotatividade, influenciam diretamente a dinâmica da cooperação e da interação social na cooperativa.

4.3 Dinâmica da cooperação e da interação social

Singer (2004) considera que a dinâmica de funcionamento de uma cooperativa baseada em economia solidária pode ser comparada a uma organização de cunho capitalista. O que a difere, essencialmente, é o fim organizacional. No caso da organização capitalista, o fim é a lucratividade, enquanto na organização solidária, o fim é o bem comum e a divisão igualitária da renda. Decerto que a gestão partilhada é outra característica que difere os empreendimentos solidários da típica empresa capitalista, fazendo sobrepor os ideais de participação. A dinâmica da cooperação e da interação social em uma cooperativa torna a organização mais humana, voltada aos interesses coletivos e a participação de todos atores

sociais. Um dos principais fatores que colaboram para que haja este engajamento social é a relação interpessoal construída no interior das organizações. Quando perguntados a respeito da relação com os demais colegas de trabalho, os catadores afirmam:

Tem hora que eu tenho vontade de matar um, mas não posso. (Sorri, mas com ar de desabafo). Tem hora que eu sou chata mesmo porque eu vejo o serviço ali e as pessoas fica se “escorando”, entendeu? Eu me abuso, mas depois a gente fica na mesma relação junto de novo. (Lucicleide do Nascimento – 39 anos).

A gente discute, claro, discute. Mas quando dá meia hora tá tudo bem, tudo alegre, conversando, trabalhando normal. Nada de coisa séria, graças a Deus. Briga séria aqui, nunca teve. (Alciete Luiz da Silva – 28 anos).

Bem. De vez em quando tem umas picuinhas, mas é assim mesmo. Isso é da vida, dá pra levar. (sorriso) Isso tem em todo o canto. (Geralda Ferreira Fidelis – 49 anos).

Por meio destes relatos constata-se a existência de pontos divergentes que desestruturam momentaneamente as relações pessoais no decorrer das atividades desenvolvidas pelos membros da COTRAMARE. Todavia, estes pontos não são determinantes para que a cultura organizacional, baseada no cooperativismo, perca o seu foco maior, que é a solidariedade. Por parte dos catadores, há o desentendimento, mas o que prevalece é o bom senso e a necessidade de humanização em prol do bem comum. Zanin e Mônaco (2008, p.39), complementam esta linha de raciocínio, ao afirmarem que a existência das cooperativas é uma “alternativa para a humanização e formalização do trabalho dos catadores junto aos sistemas de coleta de resíduos”.

Esta tentativa de humanização e formalização do trabalho dos catadores sempre será uma constante para os que seguem, acreditam e apoiam as mobilizações sociais voltadas ao trabalhador informal. Porém, como Dagnino (2006) afirma, falta tecnologia social adequada para empreendimentos desta natureza. O trabalho precário e árduo, as dificuldades estruturais e sociais, o descaso do poder público e a falta de engajamento da sociedade com a coleta seletiva de materiais recicláveis sempre favorecerão a existência de conflitos no interior da organização social. Para os catadores da COTRAMARE, os principais tipos de conflitos só existem, basicamente, por conta da morosidade e da fraca disposição para a cooperação de alguns colegas de trabalho. Segundo eles, os principais tipos de conflito são:

As pessoas se escorar no serviço, sabendo que a gente mesmo somos patrão. E eu sempre digo a eles, aqui não tem patrão. Apenas somente sou representante da cooperativa deles. Quer dizer que o meu compromisso é mais com eles e eu trabalho... (leve exaltação). Eu digo assim às pessoas: o que eu tenho mais de benefício é trabalhar mais, porque eu sou responsável. Eu vou participar de reunião, eu vou participar da separação, eu vou participar da venda, entendeu? Aí eu tenho

mais compromissos, aí as pessoas só tem o compromisso de coletar o material e jogar aqui dentro. Eu tenho que tá em cima, “gente, vamos organizar o material”. Tá em quatro semanas, a quinzena da gente é em três semanas, mas tá com quatro semanas que a gente não pega em dinheiro. (Lucicleide do Nascimento – 39 anos).

Tipo assim... (pausa) É porque... (reflexão) Um tá trabalhando, o outro tá se escorando. Aí o outro chama e o outro não gosta. É só esse conflitozinhos, assim mesmo.

Porque uns trabalham mais e outros trabalham menos. Quando eu venho me escorar é porque eu tô muito doente. Se me vê parada num canto é porque tô quase morrendo. (Geralda Ferreira Fidelis – 49 anos).

Assim... (pausa) O conflito que tem é só na hora de separar os troço. Quando um não quer separar, aí a gente reclama, acha ruim. Fica um com a cara feia pro outro, mas é questão de vinte minutos, só. Quando a gente vê tá um olhando pra cara do outro e rindo. (Diana Kaline dos Santos – 39 anos).

De maneira unânime, estas afirmações descrevem o principal responsável pelos conflitos existentes no interior da COTRAMARE: a cooperação, uns cooperam e se dão mais que outros, quando a partilha dos resultados do trabalho é igualitária. Esse é, na verdade, um problema de todo empreendimento coletivo posto que tem origem na natureza humana, na tendência de algumas pessoas seguirem a lei do menor esforço. O empreendimento capitalista resolve esse problema pela via da compensação diferenciada ou pela via da dispensa do trabalhador; o empreendimento solidário, tendo um fim em si mesmo, o de manter a solidariedade e o bem comum, deve resolver esse problema por meio do desenvolvimento de uma cultura mais consciente de cooperativismo e pelo estabelecimento conjunto de regras que devem ser partilhadas. Obviamente que todos os catadores reconhecem as suas limitações e dificuldades físicas e emocionais. Entretanto, a insatisfação coletiva se dá para com aqueles catadores que não possuem a consciência da importância da sua contribuição na geração de renda. No trabalho onde o material reciclável é o principal meio de sobrevivência, o catador é quem coleta, separa, prensa, pesa e vende. Em suma, é a soma dos esforços coletivos, revertidos em proventos, que é distribuída equitativamente, independentemente da cota proporcional da contribuição de cada um. Esse é, portanto, um conflito natural que pode ser administrado à medida que a organização se consolida, à medida que os sujeitos partícipes amadurecem sua interação e convívio..

Mesmo existindo dificuldades consideráveis, como esta da cooperação desigual para o trabalho de alguns colegas de trabalho, todos os catadores pertencentes a este empreendimento solidário alegaram ser amigos e trabalhar harmonicamente no dia a dia da cooperativa. Os nove entrevistados relataram passar por momentos de estresse, mas o que

prevalece entre eles é o senso de humor e a união do grupo. Esta constatação é endossada por meio dos seguintes depoimentos a respeito da união entre os cooperados da COTRAMARE:

[Tem] dia que eu começo meio estressada, né, porque todo mundo é humano, né? Sempre sai uns cortezim, mas depois... (pausa) Nada sério não. Somos amigos.

Eu digo assim... (reflexão) Cada um tem sua maneira de viver, sua maneira de falar, né? As palavras machucam, mas, infelizmente, a gente tá num mesmo barco. A gente continua no mesmo barco. Eu acho que a união faz a força. A desunião também começa aqui, um conflito deles e depois que a gente se senta, parece que não tá acontecendo mais nada. Falta coisa pouca pra ficar mais unido, mas eu acredito. (risos). (Lucicleide do Nascimento – 39 anos).

Este sentimento de união representado na forma de uma metáfora, quando Lucicleide cita estar em um barco junto com os seus colegas de profissão, reforça o que Zanin e Gutierrez (2011) alegam a respeito do regime de parceria e solidariedade estabelecido com o objetivo de potencializar os resultados gerados pela ação coletiva de todos. Os resultados só são alcançados de maneira satisfatória quando há uma mobilização coletiva, um trabalho em equipe. A mobilização coletiva e o trabalho em equipe dos cooperados da COTRAMARE podem ser sintetizados pelas falas das catadoras Geralda Ferreira Fidelis (49 anos), quando diz que prefere trabalhar em equipe “porque uma andorinha só não faz verão, né?” e Diana Kaline dos Santos (39 anos), quando diz: “a diferença é que, em equipe, a gente cresce junto, e sozinha é [...] a pessoa sozinha não consegue nada, né? E em equipe não, a equipe vai crescendo e a gente vai crescendo junto também. E eu aprendi muito depois que cheguei aqui dentro”.

Por meio deste relato é possível apreender que os ideais do bem comum e os interesses coletivos propostos pela economia solidária se encontram, de alguma forma, presentes na CONTRAMARE, muito embora, não sem conflitos e contradições. Os catadores têm a ciência de que a categoria se torna fortalecida quando se trabalha unido, em equipe. Muito deste aprendizado mencionado pela Diana pode ser atribuído ao empenho com o qual a atual presidenta da cooperativa, Lucicleide do Nascimento, tem realizado suas atribuições. As especificações dadas por Rutkowski e Lianza (2004) sobre os procedimentos efetivos de autogestão no cotidiano das cooperativas para a produção de riqueza se adéquam perfeitamente à realidade da COTRAMARE. Os autores citam que, fatores como planejamento, organização, liderança e controle são fundamentais para a melhoria e o aprimoramento das práticas até então utilizadas.

Mesmo os problemas inerentes aos empreendimentos solidários sendo ainda elevados, o papel da presidenta da cooperativa tem sido primordial. Para ser eleita e liderar a

cooperativa por quatro anos, de 2010 a 2014, a Lucicleide se candidatou em um processo de votação democrático. Neste, os catadores elegeram a responsável por responder às atividades de comando da cooperativa, como orientar a equipe durante todo o processo de coleta seletiva, ser interlocutora da COTRAMARE perante os órgãos públicos e representar a cooperativa em eventos ligados à economia solidária. Diante de toda esta responsabilidade, a Lucicleide chega a ser comparada pelos demais catadores a uma líder empresarial de uma empresa privada ou como uma “patroa”, como mencionado pela Diana.

Apesar de trazer para si a responsabilidade da presidência da cooperativa, a Lucicleide sempre enfatizou a importância da participação coletiva nas diversas atividades da cooperativa. Esta ênfase acaba encontrando reflexo na opinião dos catadores a respeito do período em que responde pelo funcionamento da cooperativa. De acordo com eles:

Bom, eu acho que ela faz o possível pra beneficiar a gente. Ela faz o possível dela. (Alicete Luiz da Silva – 28 anos).

Ela é muito boa pessoa, respeita a gente e a gente respeita ela. Eu sei que ela não pode trabalhar por tá doente. Eu sempre defendo ela. (Rita Luiz da Silva – 64 anos).

Ela é dedicada aos funcionários e ao trabalho. (Manoel de Batista Costa – 40 anos).

A presidenta é uma boa presidente. Ela só pega no pé da gente pra gente fazer o serviço certo, que é o direito dela. Em todas as empresas é assim. Ela é uma boa uma boa patroa, uma boa amiga. (Diana Kaline dos Santos – 39 anos).

De maneira geral, a Lucicleide, enquanto presidente da COTRAMARE, tem sido muito bem aceita. Porém, por conta de um problema de saúde, a catadora tem se mostrado menos motivada à realização de suas funções. Esta insatisfação se torna nítida quando a Lucicleide do Nascimento (39 anos) faz uma auto avaliação do seu posto de trabalho. Ela diz:

O que eu posso fazer, eu faço. No que estiver no meu alcance. Eu tô satisfeita, mas, infelizmente, se eu pudesse, já teria entregado esse cargo. Porque é difícil. (risada) Eu disse a eles ainda hoje a eles, antes de você chegar. “Eu queria que o meu mandato acabasse ou algum de vocês assumisse o meu lugar, porque eu não sou obrigada a fazer, entendeu?”. Que ninguém é obrigado a fazer, mas eu não sou mais obrigada por eu sou, eu que sou representante, eu que tenho que fazer. Assim... (pausa) Quando é pra participar de uma reunião e eu não posso participar, porque eu tenho um médico pra ir. Eu deixo de ir pro médico pra ir participar de uma reunião, entendeu? Aí fica difícil. Aonde os outros não podem ir... (pausa com ar de revolta) Ah, isso não é meu cargo. É o seu cargo, que é a presidente. Eu me chateio “modo” isso, entendeu? Quer dizer, eu deixo de agir um negócio meu, particular, médico, pra ir agir um negócio da cooperativa. Porque não tem ninguém que quer fazer.

De fato, a liderança de um empreendimento solidário não é nenhum pouco fácil. É por esta razão que nem todos os cooperados estão dispostos a assumir tal responsabilidade.

Além de se lidar com os problemas referentes à própria condição do trabalho, o presidente de uma cooperativa necessita controlar as atividades de gestão da organização, sobretudo, o de articular a cooperação. Trazendo como exemplo a realidade da COTRAMARE, tem-se a dificuldade da Lucicleide de conscientizar os catadores sobre a utilização dos equipamentos de segurança, como luvas, botas e máscaras, durante o manuseio com os materiais recicláveis. Há aqui a necessidade, sobretudo, de se estimular a cooperação. Sobre os equipamentos de segurança, a presidenta afirma que

Aqui foi doado luva, máscara, entendeu? Mas a maioria não quer usar porque não gosta. Dona Rita mesmo, eu reclamo direto. Ela só trabalha de sandália. Se levar um corte, e aí? A segurança é chegar em casa e ficar deitado e a gente trabalhar pra manter os tempos que ela tá em casa, na cama. Aí fica difícil, né? (Lucicleide do Nascimento – 39 anos).

A preocupação maior da Lucicleide está em manter a integridade física do catador para continuar ativo na função que desempenha. Neste trabalho informal, não existem auxílios ou ajudas de custo para quem se ausenta por alguma razão, mesmo que seja por motivo de doença. É preciso haver um cuidado com a saúde, pois caso ocorra necessidade de afastamento, o catador fica descoberto de assistência trabalhista, a cooperativa diminui o seu ritmo de trabalho e, por consequência, a renda também é reduzida. Mesmo cientes de tais riscos, os catadores insistem em não usar os equipamentos de segurança. Segundo eles:

Rapaz, eu não uso bota porque eu mesmo não gosto. (Francisco de Assis Silva – 44 anos).

É porque eu não gosto de usar luva. Eu não sei trabalhar com a minha mão presa. Se eu levar um corte, tem nada não, sara. (risos). (Rita Luiz da Silva – 64 anos).

A gente usa por conta própria. Trabalho sem luva, sem nada. A gente tem medo, mas pra gente sobreviver, tem que enfrentar, né? (Manoel de Batista Costa – 40 anos).

Por meio destes depoimentos, constata-se que, mesmo sabendo dos riscos que correm, os catadores preferem trabalhar de maneira mais cômoda e menos segura. Seus relatos dão conta de que o importante é o fim e não o meio com o qual chegam à sua fonte de renda. Há uma consciência amadurecida de que este é um trabalho degradante, mas mesmo que haja formas de reduzir a insalubridade e os riscos, como essa da utilização dos equipamentos de segurança, eles resistem a elas, até mesmo por um fator cultural: uma cultura de trabalho completamente destituída dos parâmetros de higiene, segurança e proteção, enfim, de direitos, como é a marca do trabalho de origem, a coleta no lixão.

Nesse sentido, a COTRAMARE parece andar muito lentamente na direção de uma expectativa central do fomento aos empreendimentos solidários: a da criação de trabalho decente, um conceito novo formulado pela OIT para combater a expansão, no mundo, do trabalho precário, desumano, em condições degradantes. A OIT (1999) conceitua o trabalho decente como um “trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança como forma de acesso a uma vida digna”. Tal definição poderia se adequar a qualquer outra forma de trabalho, menos a da catação de material reciclável, pois este é um trabalho insalubre e sem direitos sociais e trabalhistas. Os catadores, no entanto, atribuem um significado diferente ao termo “decente” dado ao trabalho de catação. Para eles, o trabalho é decente porque lhes permite ganhar a vida com o esforço próprio e fazendo algo socialmente reconhecido, um sentido que passa, como já argumentado, pela ética do trabalho, e cujo contraponto é a desocupação ou o trabalho ilícito:

porque é daqui que eu tiro o meu sustento. Não tenho outro emprego. (Lucicleide do Nascimento – 39 anos).

Pra mim é decente. Eu tô trabalhando honestamente. (Elizete Maria de Sousa – 42 anos).

Com certeza é decente. Porque é um trabalho que, graças a Deus eu não tô roubando, não tô pegando o que é dos outros. Tô pegando o que é meu, que as pessoas doam pra gente. (Alciete Luiz da Silva – 28 anos).

Com certeza. Porque o meu trabalho é limpo e eu não dependo de ninguém. (Rita Luiz da Silva – 64 anos).

Pra mim, eu considero. Porque a gente somos trabalhador, a gente vive do suor, entendeu? (Manoel de Batista Costa – 40 anos).

Com certeza. Eu tenho muito orgulho. É um trabalho digno, né? Melhor do que tá pegando no que é alheio, do que tá pedindo. (Diana Kaline dos Santos – 39 anos).

Percebe-se que o sentido do “decente” atribuído pelos catadores ao trabalho se traduz na oportunidade de trabalho, na honestidade e no esforço físico em prol da sobrevivência. Essa concepção pode ser justificada entre eles mesmos em decorrência do ambiente e da condição social que predomina onde estão inseridos, em que os sujeitos sociais são desprovidos de educação e informação. Esses fatores impedem (ou limitam) que os trabalhadores desenvolvam uma consciência de direitos. Para se ter uma ideia, a maioria dos catadores entrevistados, por exemplo, alegou estar satisfeita por trabalhar na COTRAMARE, mesmo com as dificuldades de transporte do material coletado, locomoção, espaço físico, separação e prensa do material reciclável e do baixo valor do seu trabalho por conta do papel dos atravessadores. A consciência da possibilidade da ação política ante o poder público

parece ainda bastante incipiente. A noção de direitos, no entanto, aparece referenciada ao ideal de um trabalho com carteira assinada ou a de ser patrão do próprio negócio, ambos relacionados à lógica da organização capitalista do trabalho. Essa referência, pois, parece nos dizer que a noção e o ideal do empreendimento solidário ainda não foram muito bem assimilados pelos membros da COTRAMARE. A luta é árdua e a cooperativa segue sobrevivendo porque há os que acreditam nela, inclusive, cabendo destacar o papel dos fomentadores e dos apoiadores, sobretudo no âmbito das políticas da SENAES e das ONGs, sem os quais a iniciativa não existiria.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ESTRUTURA DOS EMPREENDIMENTOS INFORMAIS COMO GERADORES DE RENDA

Diante de um cenário onde a crise do capitalismo alastra efeitos devastadores sobre a economia e a sociedade como um todo, a economia solidária tem evoluído nas últimas décadas como tábua de salvação para o problema do desemprego. Pochmann (2004) acredita que este avanço pode ser atribuído ao aparecimento de um enorme excedente de mão de obra que disputa um espaço no mercado e, também, por militantes sociais que estão engajados na construção de alternativas de organizações produtivas e sociais ao modelo capitalista hegemônico.

Esta dissertação buscou investigar a estrutura e as regras de cooperação como fatores geradores de renda em uma cooperativa de materiais recicláveis de Campina Grande-PB. A escolha do tema surgiu da necessidade de compreensão do aumento das práticas informais baseadas em uma economia solidária. Tal expansão ganha expressão, principalmente, após a implantação de políticas neoliberais por parte do Estado brasileiro na década de 1990, Estado este historicamente ausente ou insuficiente nas áreas do serviço social, mas fortemente propenso a fomentar os interesses do grande capital. Esse traço da intervenção do Estado brasileiro foi responsável pela construção de uma sociedade marcada pela desigualdade, decorrente do precário padrão de emprego e renda, do elevado desemprego, dos empregos informais, da pobreza.

Os empreendimentos de economia solidária se expandem no contexto neoliberal como forma de tentar minimizar essas deficiências sociais. São, em sua maioria, e como é o caso do objeto dessa pesquisa, empreendimentos constituídos por pessoas que se encontram à margem da sociedade, no limiar da pobreza extrema e que buscam nas práticas informais de economia solidária uma forma mais digna e humana de sobrevivência. As atividades de um catador constituem, no contexto da precariedade de recursos materiais e culturais no contexto aqui constatado, um tipo de trabalho árduo, sem reconhecimento social e sem direitos trabalhistas e mesmo humanitários.

A atividade de um catador de material reciclável em regime de cooperativa, se comparada a de um catador de um lixão ou de um aterro sanitário, pode até ser considerada menos insalubre, pois estes trabalhadores informais estão lidando com materiais já previamente separados pela população, que se dispõe a selecionar o lixo de suas residências.

Os catadores atuam diretamente com a população como agentes ambientais, como pessoas que conscientizam a sociedade para a importância do reaproveitamento das coisas descartadas no ambiente. Todavia, o risco de contaminação, a falta de estrutura e cuidado responsável com o material reciclável ainda fazem a atividade ser perigosa, parcamente remunerada e sujeita a ser alvo de inúmeros preconceitos. Não há o reconhecimento da profissão pela sociedade, que muitas vezes se mostra preconceituosa, omissa e pouco engajada aos valores da preservação ambiental. Ademais, não há qualquer formalização no campo dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Como agentes sociais deste contexto, os catadores de materiais recicláveis da COTRAMARE retratam muito bem esta realidade mencionada. A maioria dos cooperados não possui nível de instrução considerado satisfatório, vive em regiões periféricas e com fragilizada cobertura do Estado no terreno dos serviços públicos; é diretamente dependentes dos atravessadores para a compra do material coletado, o que desvaloriza fortemente o seu trabalho e dificulta a possibilidade de crescimento do empreendimento solidário; não encontra perspectivas de melhorias para as suas condições de vida pela fragilidade da sustentabilidade do empreendimento e pela escassa qualificação; experimenta sentimentos contraditórios quanto à construção de sua identidade e quanto ao sentido e mesmo viabilidade da cooperação.

Esse último aspecto, realçado nos conflitos atinentes à divisão e à distribuição do trabalho, põe em evidência a ausência de uma cultura de cooperação e solidariedade, a partir da base, numa sociedade onde historicamente predominaram os valores do individualismo alimentados pela organização capitalista da produção. Nesse sentido, parece-nos pertinente afirmar que o desenvolvimento dos valores da cooperação solidária depende de reiterada formação e aprendizagem coletiva, capazes de fomentar uma consciência de cooperativismo. Isso requer contínuo apoio institucional, notadamente, das políticas de fomento da economia solidária levadas a cabo pela SENAES, não apenas no campo da disseminação ideológica, mas, mais centralmente, no campo da representação e da luta política pela regulamentação da atividade, pela capitalização dos empreendimentos e pela sua emancipação e sustentabilidade ante os intermediários e os produtores a montante e a jusante da cadeia produtiva.

O conceito de Economia Solidária ainda está em construção nas teorias do mundo do trabalho, e, sobretudo, no mundo dos significados e valores dos atores sociais que vivem os experimentos, abrangendo uma variedade de atividades relacionadas. Isso faz questionar a crença exacerbada da intelectualidade que a defende como um conceito já absorvido de maneira global e com certa naturalidade na maioria dos empreendimentos solidários. Ainda

que a falta de coesão ou especificidade em seu conceito seja contemplada com bons olhos, pois tudo o que diz respeito à ES demonstra o empenho e o desejo de se construir uma sociedade melhor do que a atual (SINGER, 2005), o fato de a Economia Solidária ser considerada por estudiosos, pela sociedade civil e até pelo próprio Estado como uma resposta prática, sustentável e uma tendência para soluções referentes ao descaso social (SINGER, 2005; POCHMAN, 2004) parece, pelas dificuldades aqui encontradas, ser, no mínimo, controverso e questionável. Os catadores de materiais recicláveis vêm se esforçando para fortalecer sua rede, onde as experiências de cada cooperativa servem como exemplo para o desenvolvimento de novas práticas organizacionais, novos modos de gestão dos processos, novas maneiras de fortalecimento do cooperativismo e das relações interpessoais existentes entre os cooperados. Todavia, mesmo sendo uma forma de garantia de sobrevivência, a grande maioria das estruturas dos empreendimentos solidários ainda é considerada pouco eficiente em termos técnicos, deficitária em relação aos recursos e à organização dos cooperados, inadequada quanto aos padrões de funcionamento e, além de tudo, pouco rentável para os seus membros cooperados.

No caso do objeto de estudo desta pesquisa, evidencia-se a carência em todos estes aspectos. A COTRAMARE não dispõe de um galpão próprio e espaçoso o suficiente para comportar todo o material reciclável coletado e os equipamentos, como os carrinhos de coleta, as máquinas de prensagem e a balança, além das instalações em geral, estão muito depreciados, o que dificulta consideravelmente a realização das atividades da cooperativa. Além disso, os catadores são pouco preparados para abordar e conscientizar a população da importância da coleta seletiva e não possuem o apoio do poder público para o desenvolvimento de suas atividades.

O dilema e desafio da organização de trabalhadores na construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária estão no fato de que estes trabalhadores lidam com questões de cunho organizacional e administrativo, só que sob uma vertente ideológica e com visão distinta das organizações privadas, que é a da lucratividade. A grande problemática se encontra justamente no modo como os empreendimentos sociais lidam com este tipo de questões quando os valores do cooperativismo são pouco enraizados e o aprendizado é ameaçado o tempo todo pela exiguidade dos recursos e da renda. Ainda são encontradas dificuldades consideráveis, sobretudo nas dinâmicas da cooperação e da interação social entre os membros cooperados.

A percepção adquirida por meio desta pesquisa é que os catadores cooperados se enquadram no que Zanin e Gutierrez (2001) descrevem como um regime de parceria

estabelecido com o objetivo de potencializar os resultados gerados pela ação coletiva de todos, mesmo havendo dificuldades de relacionamento e problemas relacionados à dinâmica organizacional. Torna-se perceptível que os desentendimentos e conflitos estão sempre presentes entre os cooperados, mas o que prevalece é o senso de comprometimento, talvez não necessariamente pela causa social, pelo bem comum do grupo, mas pela necessidade de sobrevivência do empreendimento, que, embora precariamente, oferece condição mais digna de trabalho relativamente à condição de trabalhar individualmente no lixão e oferece algum suporte didático e material a partir das entidades de fomento. Há contradições, mas é clara a ideia de que o resultado só é alcançado de maneira satisfatória quando há uma mobilização coletiva.

O engajamento pode ser comparado a uma metáfora utilizada pela presidente da COTRAMARE, Lucicleide do Nascimento, quando diz que todos os catadores estão em um mesmo barco e, apesar das dificuldades, devem remar juntos em uma mesma direção. As questões centrais deste aspecto e que complicam o bom funcionamento das relações interpessoais existentes no interior da cooperativa estão na morosidade do trabalho exercida por alguns, o que torna a distribuição das tarefas desigual para ganho igual, e no descomprometimento por parte de alguns membros. A lentidão na execução das tarefas acaba prejudicando todo o processo, desde a coleta, passando pela seleção e pesagem do material reciclável, até à sua comercialização, portanto, o descompromisso de alguns prejudica todo o grupo.

Diante de todas as dificuldades mencionadas no decorrer deste estudo, percebe-se que o trabalho realizado pelos catadores de materiais recicláveis ainda está longe de ser considerado digno pelas vias conceituais da Organização Internacional do Trabalho (1999). O trabalho referente a esta categoria não pode ser considerado de todo produtivo, por não se ter uma estrutura física e organizacional adequada ao desenvolvimento do processo de coleta seletiva e por não promover a melhoria da qualidade de vida do trabalhador nem no interior da organização nem fora dela. Além disso, esta é uma profissão insalubre, destituída de direitos trabalhistas e rendimentos incertos e instáveis. Este aspecto conclusivo endossa o que Gonçalves (2003) relata a respeito das principais funções das cooperativas de materiais recicláveis, que são: coletar, beneficiar e comercializar os recicláveis, gerando trabalho e renda, mas, além de tudo, esta é uma estratégia emergencial para a solução de problemas crônicos, como a falta de emprego e condições adequadas de subsistência.

Foi possível observar que o padrão de condições de trabalho e de renda dos catadores da COTRAMARE traduz à risca a precariedade da atividade. A grande maioria dos

cooperados relatou descontentamentos ao desempenhar a sua função, não vislumbrando perspectivas esperançosas em relação ao futuro do empreendimento solidário. O cansaço, a fadiga, o comodismo, o despreparo e a baixa renda estão presentes na fala de todos eles e fazem com que a incerteza e a insegurança do trabalho dificultem ainda mais a construção da identidade do catador perante o poder público, a sociedade civil e entre os próprios catadores.

Conclui-se, portanto, que os catadores de materiais recicláveis cooperados da COTRAMARE são um grande e verdadeiro exemplo das contradições da sociedade capitalista. Entre o lucro exacerbado tão almejado pelas empresas capitalistas, o outro lado da moeda da exploração do trabalho, e a utopia socialista de uma sociedade mais humanizada e igualitária, estão os milhares de trabalhadores que vivem sob um regime de quase indigência e abandono social. Falta reconhecimento por parte do poder público, não se tem uma estrutura adequada para a realização do trabalho, as máquinas e os equipamentos estão em péssimo estado, a renda adquirida por meio da catação não é suficiente para se viver com conforto, segurança e dignidade, os catadores estão desestimulados em relação ao futuro da profissão e a população ainda não está consciente do seu papel, enquanto responsáveis pelo lixo que descarta no meio ambiente. Os sujeitos desta pesquisa nos mostram uma realidade sofrida e repleta de dificuldade, mas, ao mesmo tempo, realçam os princípios da honestidade, dedicação e muito trabalho em prol da reprodução da vida. Enfim, há por meio do exemplo dado pelos catadores da COTRAMARE, a possibilidade de reflexão quanto aos valores sociais e morais criados e estigmatizados pela sociedade capitalista. E há muito por se fazer para a construção e sustentabilidade de uma Economia Solidária que não viva do refugio, como rebotalho, na expressão de Marx, da exploração da Economia Capitalista.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Crise do fordismo e reforma trabalhista no Brasil. **Revista Jurídica da Unirondon** – n. 3/2002.

_____. **O Novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação Produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Maria Aparecida. “**Setor Informal**” ou **Trabalho Informal? Uma Abordagem Crítica sobre o Conceito de Informalidade**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: UNICAMP. Campinas (SP), 2001.

ANDION, Carolina; SERVA, Maurício. A etnografia nos estudos organizacionais. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ANTEAG. <<http://www.facesdobrasil.org.br/membrosfaces/32-acssociacao-de-certificacao-socioparticipativa-da-amazonia.html>>. Acesso no dia 25 de setembro de 2012, às 00:15h.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

_____. Reestruturação Produtiva e Mudanças no Mundo do Trabalho Numa Ordem Neoliberal. In DOUTORADO, L. F.; PARO, V. H. (Orgs.). **Políticas Públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. In: ALVES, Giovanni. Crise do fordismo e reforma trabalhista no Brasil. **Revista Jurídica da Unirondon** – n. 3/2002./2001/1999.

_____. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2007ª/2003/1995.

BALTAR, Paulo Eduardo. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, Marcelo Weishaupt; HENRIQUE, Wilnês. (Org). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: Unesp/Unicamp. 2003.

BARROS, R.P.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **Discriminação e Segmentação no Mercado de Trabalho e Desigualdade de Renda No Brasil**. Texto para Discussão Nº 1288. Rio de Janeiro: IPEA. Julho de 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçada**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento europeu em crise**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

BOITO JR, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOYER, Robert. Os modos de regulação na época do capitalismo globalizado: depois do boom, a crise? In: FIORI, José Luiz et al. (Orgs). **Globalização: o fato e o mito**, Rio de Janeiro, ed. UERJ, 1998. p.195-210.

_____. In: SCHOR, Juliet (Ed) **Capital, the State and Labour a Global Perspective**. United Nations University. Press. UK, 1995.

_____. As alternativas ao fordismo. In: BENKO; GEORGE; LIPIETZ, Alain (Orgs.) **As regiões ganhadoras** – Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: CELTA Editora, 1994.

BUBER, Martin. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva, 1945.

BURRELL, G.; MORGAN G. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. London, UK: Heinemann Educational Books, 1979. Tradução livre de Prof. Wellington Martins.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **O setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: IPE, 1983.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **AURORA**. Ano II número 3 – Dez./ 2008. ISSN: 1982-8004.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **Observatório Global**. Barcelona: LAIEE, 2008.

_____. **A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura**. 5 ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2001.

_____. **The internet galaxy**. Oxford: Oxford, 2001.

CHALMERS, Alan F. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

COSTA, Márcia da Silva. O sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 20 Nº. 59. Outubro de 2005.

_____. Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das relações de trabalho no Brasil. **RAE-eletrônica**. Editora: Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. v. 2 · n. 2 · jul-dez/2003.

COUTINHO, M. C. **O lixo como estratégia de sobrevivência: a psicologia nas organizações solidárias**, 2004. Disponível em <http://www.extensio.ufsc.br/20042/Direitos_Humanos_CFH_Maria_Chalfim.pdf>. Acesso em: 05 de março de 2013, às 01:26h.

DAGNINO, R.. **Tecnologia Social: retomando um debate**. Espacios, vol.27, no. 2, p. 069-085, 2006.

DEMO, P. **Introdução à Sociologia: Complexidade, interdisciplinaridade e Desigualdade Social**. São Paulo: Atlas, 2002.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: The Discipline and Practice of Qualitative Research. In: DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. (Eds). **Handbook of Qualitative Research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000.

DRUCK, Maria da Graça; FILGUEIRAS, Luiz Filgueiras; NEVES, Laumar. **Sindicatos e dirigentes sindicais na Bahia dos anos 90**: diagnóstico e perspectivas. Caderno CRH, Salvador, n. 33, p. 143-478, jul./dez. 2000.

DRUCK, Maria da Graça. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. **Caderno CRH**. Salvador, n. 37, p. 11-22, jul./dez, 2002.

_____. Globalização e Reestruturação Produtiva: o Fordismo e/ou Japonismo. **Revista de Economia Política**, vol. 19, nº 2 (74). abril-junho/1999.

DUPAS, G. A lógica da economia global e a exclusão social. In: **Revista Estudos Avançados**, v. 12, 1998, p. 121 – 159.

FARIA, M. S.; SANCHEZ, F. J. B.. A Economia Solidária no Governo Federal: intersetorialidade, transversalidade e cooperação internacional. In: BENINI, E. et. al. (Orgs.) **Gestão Pública e Sociedade**: Fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões. 480p, 2011.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2008.

FERREIRA, S. G.; VELLOSO, L. A. **Economia do Tráfego na Cidade do Rio de Janeiro**: uma tentativa de calcular o valor do negócio. Nota técnica – 2008.35. Rio de Janeiro: SEFAZ-RJ: 2008.

FERREIRA, C. G. **O fordismo, sua crise e o caso brasileiro**. Cadernos do CESIT, nº 13. Campinas, 1993.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio M; DRUCK, Graça e AMARAL, Manoela Falcão do. **O conceito de Informalidade**: um exercício de aplicação empírica. Caderno CRH, Salvador, v.17, n. 41, p.211-229, mai./ago. 2004.

FILGUEIRAS, Luís. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo, 2000.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Ajustes e milagres latino-americanos. In: **Os Moedeiros Falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FISCHER, Tânia. **Redes, alianças estratégicas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FORD, H. **Os princípios da prosperidade**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1964.

FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária. **Publicação de Apresentação**. FBES: Brasília, 2006.

FRANÇA-FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL.

<http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=14_1&cd_language=1>. Acesso em 14 de fevereiro de 2013, às 23:43h.

FRANCIS, D.; HESTER, S. **An Invitation to Ethnomethodology: language, society and interaction**. London: Sage, 2004.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Ed. da UnB, 2001.

FURTADO, C. A. **Formação economia do Brasil**. Fundo de Cultura: Rio de Janeiro, 1959.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. In: **PITCPES/UFPA – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários**. Economia Solidária – Volume 1, 2001. <<http://www.cultura.ufpa.br/itcpes/textos.htm>> Acessado em 15/set, às 15:22h.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. SP: Atlas, 2006.

GODBOUT, J. T. **Introdução à dádiva**. Rev. bras. Ci. Soc. vol. 13 n. 38 São Paulo Oct. 1998.

GODOI, C. K. Perspectivas de análise do discurso nos estudos organizacionais. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOI, C. K.; MATTOS, P.L.C.L. **Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico**. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOY, A. A pesquisa qualitativa – tipos fundamentais. **Revista de administração de empresas**, v, 35, nº 3, p. 20-29, 1995.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

GOLDENSTEIN, Lúcia. **Repensando a dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GONCALVES, P. **A Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A / FASE, 2003.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GORZ, A. **Estratégia operária e neocapitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GUÉLIN, André. **L'invention de l'économie sociale**. Paris: Economica, 1988.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOLZMANN, Lorena. **Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia**. São Carlos: UFSCar, 2001.

IANNI, O. **Dialética e capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx**. Petrópolis: Vozes, 1988.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego: Estimativas para o mês de maio de 2012 regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre**.

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2012/> Acessado em 04/06/2012, às 11:26h.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

KEYNES, John Maynard. Capítulo 6: Definição de renda, poupança e investimento. In: **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

KOVARICK, Lucio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: CATTANI, A.D. et al. (coord.) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 162-168. ISBN 978-972-40-3722-6.

LAVILLE, Jean-Louis. Globalização e solidariedade. In: **Economia Solidária: desafios para um novo tempo**. Fundação Luís Eduardo Magalhães. - Salvador: FLEM, 2003. 132p. (Cadernos FLEM, 05).

_____. **L'économie solidaire: une perspective internationale**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Print version ISSN 0102-6909. Rev. bras. Ci. Soc. vol.19 n. 56 São Paulo Oct. 2004.

_____. Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho. In: CASTRO, N. A.; DEDECCA, C. S. **A ocupação na América Latina: tempos mais duros**. São Paulo/Rio de Janeiro: Atlas, 1998.

LIPIETZ, Alain. **Audácia: uma alternativa para o século 21**. São Paulo: Nobel, 1991.

_____. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaio FEE**. Vol. 10, Nº 2, 1989. p. 303-335.

_____. **Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.

MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. M. H. C. de; ANTIGO, M. Evolução do diferencial de rendimentos entre setor formal e informal no Brasil: o papel das características não observadas. **Revista Economia Contemporânea**, v. 12, No 2, Agosto de 2008.

MARQUES, Rosa Maria. Globalização e Estados nacionais. **Crítica Marxista**. n. 03, São Paulo: Brasiliense, 1996.

MARX, Karl. **O Capital**. A crítica da economia política. Livro primeiro O processo de produção do capital. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996/1984.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. Scritta. São Paulo, 1996.

MENDES, René; CAMPOS, Ana Cristina Castro. Saúde e Segurança no Trabalho Informal: Desafios e Oportunidades para a Indústria Brasileira. **Rev. Bras. Med. Trab.**, Belo Horizonte. Vol. 2. Nº 3. p. 209-223. Setembro de 2004.

MILLS, W. C. **A Nova Classe Média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda.; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NASCIMENTO, Maria de Fátima. **O próximo e o distante: histórias e estórias de um bairro e uma fábrica de João Pessoa**. Dissertação de mestrado, João Pessoa: UFPB, 1993.

NEVES, Magda de Almeida. As novas configurações do trabalho: diversidade, precarização e dominação. In: ZEBALLOS, Eliseo; SANTOS, José Vicente Tavares; FIGUEREDO, Dario (Orgs.). **América Latina: hacia una nueva alternativa de desarrollo**. Arequipa, Peru: Unsa, 2004. p. 186-199.

NORONHA, Eduardo G. “Informal”, Illegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 18 Nº. 53. Outubro de 2003.

OIT. **Employment, income and equality: a strategy for increasing employment in Kenya**. Genebra, 1972.

OLIVEIRA, Francisco de. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y

experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**. Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9

OLIVEIRA, Francisco de. A crise e as utopias do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel, LARA, Francisco, COSTA, Beatriz (Orgs). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis-RJ: Vozes; Rio de Janeiro: CAPINA; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 4. ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.

PIAGET, J. **Epistemologia genética**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

POCHMANN, Márcio. **Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites**. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. Brasília: IPEA e MTE. Ano 9, n. 24, agosto de 2004.

_____. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

POLANYI, Karl. **A grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

PREALC. La politica de empleo en America Latina. **El Trimestre Economico**, v. 41, n. 164, 1974.

QUIROGA, C. **Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

RAMALHO, Jether Pereira & ARROCHELAS, Maria Helena (Orgs). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez; Petrópolis, Rio de Janeiro: Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade – CAALL, 2004.

RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

RODRIGUES, Leôncio M. **CUT: Os Militantes e a Ideologia**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____. **Declínio das Taxas de Sindicalização: A Década dos 80**. Trabalho apresentado no XXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG. Novembro de 1997.

RUTKOWSKI, J.; LIANZA, S. Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia? In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, p.167-186, 2004.

SADER, Emir. A hegemonia neoliberal na América Latina. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, José Luiz Carlos. **O que é cultura?** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Coleção Primeiros Passos.

SCHERER-WARREM, I. **Movimentos Sociais.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

SEIDMAN, I. **Interviewing as qualitative research:** a guide for researchers in education and the social sciences. 2. Ed. New York: Teachers College Press, 1997.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter:** consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, V. G. **O antropólogo e sua magia.** São Paulo: Edusp, 2000.

SINGER, Paul. **Acontece especial:** I encontro de empreendimentos de economia solidária – outra economia acontece. SENAES/MTE, Brasília, agosto de 2004.

_____. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A Outra Economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, p. 116-125, 2003.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Economia Solidária: possibilidades e desafios. **Proposta.** nº 88/89 Março/Agosto de 2001.

_____. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Globalização e desemprego:** diagnósticos e alternativas. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SOUSA, Cleidianne Novais. Trabalho “Informal”: alavanca e condição de existência da acumulação capitalista. **VI Colóquio Internacional Marx e Engels – CEMARX UNICAMP** – Campinas 3-6 de novembro, 2009.

SUZIGAN, W. et al. **Reestruturação industrial e competitividade internacional.** São Paulo: SEADE, p. 07-32, 1989.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista.** São Paulo: Cortez, 2004.

TEDLOCK, B. (2000) Ethnography and ethnography representation. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research.** London: Sage Publication.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares & OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (orgs). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva:** as novas determinações do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

TEN HAVE, P. **Understanding Qualitative Research and Ethnomethodology.** London: Sage, 2004.

TOKMAN, V. E., SOUZA, P. R. El sector informal urbano en America Latina. **Revista Internacional del Trabajo**, v. 94, n. 3, 1976.

_____, _____. **Distribución del ingreso, pobreza y empleo en áreas urbanas**. El Trimestre Economico, jan./abr. 1978.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Moraes, 1980a.

VERANO, L. **Economia solidária, uma alternativa ao neoliberalismo**. Santa Maria: Cesma Edições, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

WERNECK, Vera Rudge. **Educação e sensibilidade**: um estudo sobre a teoria dos valores. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1967.

ZANIN, M.; GUTIERREZ, R. F. (Orgs.). **Cooperativas de Catadores**: Reflexões sobre Práticas. São Carlos. Claraluz, 2011.

ZANIN, M.; MÔNACO, G. Cooperativas de catadores e o acesso ao conhecimento e inovações tecnológicas. In: HOFFMANN, W.; FURNIVAL, A. (Orgs.). **Olhar**: Ciência, Tecnologia e Sociedade. São Paulo: Ed. Pedro e João Editores, 2008.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS MEMBROS DAS COOPERATIVAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Parte I - Questões Sócio Profissionais

1. Nome / idade / escolaridade / estado civil?
2. Qual a sua qualificação?
3. Quais os documentos que você possui?
4. Você possui algum auxílio do governo? (bolsa assistencial).
5. Quantas pessoas moram na sua casa?
6. Você tem acesso a eventos culturais ou sociais, como cinema, teatro, festas?
7. Você participa de algum movimento social da sua comunidade, como clube de mães, orçamento participativo, etc.?

Parte II – Levantamento da história de vida e profissional dos catadores de materiais recicláveis

8. O que mudou na sua vida de um ano para cá?
9. O que mudou na cooperativa de um ano para cá?
10. Quais as parcerias que a COTRAMARE possui? (Governos, empresas privadas, entidades religiosas).
11. Como conheceu a COTRAMARE?
12. Por que você decidiu entrar para a cooperativa?
13. Há quanto tempo está na cooperativa?
14. Existem regras para quem quer entrar na cooperativa? Se sim, quais são?
15. Como está estruturada a cooperativa? (Máquinas e equipamentos, galpão, ferramentas).
16. Como são divididas as atividades de cada membro da cooperativa?
17. Qual a sua função na cooperativa?
18. Quais são as dificuldades que você enfrenta ao desempenhar as suas atividades?
19. Você acha que o seu trabalho é valorizado?
20. Você utiliza equipamentos de segurança? Você sabe a importância de usar estes equipamentos?
21. Qual a sua relação com os demais colegas da cooperativa?
22. Quais os tipos de conflitos existentes entre os membros da COTRAMARE?
23. Existe amizade entre os membros da cooperativa fora do trabalho? Se sim, o que costumam fazer?
24. Você sabe o significado da palavra COOPERATIVISMO?
25. Você acha que é forte o sentimento de cooperação na COTRAMARE?
26. O que você acha da gestão da presidente da cooperativa?
27. Você acredita que os membros da COTRAMARE são unidos? Vocês se ajudam entre si?
28. Você prefere trabalhar só ou em equipe?
29. Qual a renda média mensal ou quinzenal retirada com a cooperativa? Como é distribuída a renda entre os cooperados? Você acha esta divisão justa?
30. Você tem outra fonte de renda?
31. Você considera o seu trabalho decente? (produtivo, bem remunerado, com liberdade e igualdade, que lhe proporcione uma vida digna).
32. Está satisfeito trabalhando na cooperativa? Está satisfeito trabalhando com este grupo de catadores?
33. Se pudesse, trabalharia em um outro tipo de atividade?
34. Quais são seus sonhos? Quais as suas perspectivas de futuro para a cooperativa e para você?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM A COORDENADORA DO PROJETO CATAFORTE, FORTALECIMENTO DO ASSOCIATIVISMO E DO COOPERATIVISMO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NA PARAÍBA

Parte I - Questões Sócio Profissionais

Nº	Questionamento
1	Sexo
2	Idade
3	Suas principais responsabilidades?
4	Formação/ Qualificação?
5	Há quanto tempo trabalha com os catadores de materiais recicláveis?

Parte II – Levantamento da proposta do Projeto CATAFORTE e da perspectiva da coordenadora em relação ao trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

1. O que é o CATAFORTE?
2. Como e de quem partiu a ideia de se elaborar um projeto como este?
3. Há quanto tempo existe o projeto?
4. Qual o principal intuito (missão) do projeto?
5. Como os administradores do projeto foram recebidos pelos catadores?
6. De onde vêm os recursos que dão suporte ao projeto?
7. Quais as pretensões futuras do CATAFORTE?
8. De que maneira os responsáveis pelo projeto promovem a aprendizagem para os catadores? (Didática de estudo).
9. Existe uma maneira específica de comunicação com os catadores?
10. Os catadores aprendem com facilidade?
11. Como os responsáveis pelo CATAFORTE analisam o modo de aprendizagem por parte dos catadores? São mais eficazes só ou em comunidades?
12. A missão do projeto é bem aceita por todos os membros?
13. Quais são as lacunas existentes no processo de aprendizagem dos catadores?
14. Como corrigir falhas no processo de aprendizagem? Existe algum recurso ou técnica?
15. Os catadores sabem aprender a aprender?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título da Pesquisa: EMPREENDIMENTOS INFORMAIS COMO FONTE DE RENDA:
A EXPERIÊNCIA DE UMA COOPERATIVA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO
ESTADO DA PARAÍBA**

Esta pesquisa faz parte da Dissertação de Mestrado de Fábio Lúcio de Araújo Gomes. Gostaríamos de contar com sua colaboração, que consiste em responder a uma entrevista envolvendo a sua percepção a respeito das práticas organizacionais utilizadas pela cooperativa de materiais recicláveis. Esclarecemos que sua identidade será mantida em sigilo e que todas as informações prestadas serão utilizadas unicamente para os fins desta pesquisa.

Sua participação, portanto, não lhe causará prejuízo profissional algum, mas antes, colaborará para uma melhor compreensão sobre o processo de engajamento dos trabalhadores. Esclarecemos, também, que sua participação é voluntária e que, caso queira, poderá interromper ou desistir desta entrevista a qualquer hora ou deixar de responder a quaisquer das questões que lhe forem feitas.

Qualquer dúvida ou esclarecimento poderá também ser sanado junto à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Administração, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba.

Se você concorda em participar, nós agradecemos muito a sua colaboração e gostaríamos que você colocasse a sua assinatura a seguir, indicando que está devidamente informada(o) sobre os objetivos da pesquisa e os usos dos seus resultados.

ENTREVISTADOR
FÁBIO LÚCIO DE ARAÚJO GOMES

ENTREVISTADA (O)

_____, ____ de _____ de 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Administração
Programa de Pós-Graduação em Administração
Campus Universitário – João Pessoa – PB – CEP: 58.059-900
Telefone: (83) 3216 7454
Mestrando: Fábio Lúcio de Araújo Gomes – Matrícula: 1111.000-69